

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

ELTON ARAUJO DE SOUZA

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE LGBT NO CANAL DO *YOUTUBE* “PÕE NA
RODA”**

BAURU

2022

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

ELTON ARAUJO DE SOUZA

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE LGBT NO CANAL DO *YOUTUBE* “PÔE NA
RODA”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Linha de pesquisa: Processos midiáticos e práticas socioculturais.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Bertolli Filho.

BAURU

2022

Souza, Elton Araujo de.

A construção da identidade LGBT no canal do Youtube "Põe na roda" / Elton Araujo de Souza, 2022
114 f. : il.

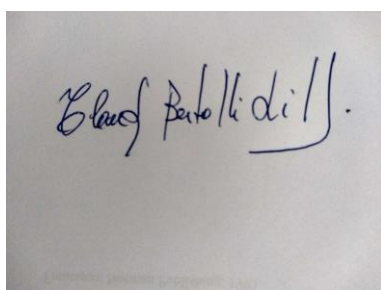
Orientador: Cláudio Bertolli Filho

Dissertação (Mestrado)- Universidade Estadual Paulista (Unesp). Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru, 2022

1. Movimento LGBT. 2. Identidade. 3. Internet. 4. Youtube. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design. II. Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE ELTON ARAUJO DE SOUZA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 30 dias do mês de junho do ano de 2022, às 16:00 horas, no(a) via sistemas de videoconferência e outras ferramentas para comunicação a distância, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de ELTON ARAUJO DE SOUZA, intitulada **A construção da identidade LGBT no canal do YouTube “Pôe na Roda”**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Professor Associado CLAUDIO BERTOLLI FILHO (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru / UNESP Bauru, Professor Associado JOSE CARLOS MARQUES (Participação Virtual) do(a) Departamento de Ciências Humanas e Programa de Pós-graduação em Comunicação / Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação de Bauru - UNESP/Campus de Bauru, Professora Doutora REGINA STELA CORRÊA VIEIRA (Participação Virtual) do(a) Programa de Pós-Graduação em Direito / Universidade do Oeste de Santa Catarina. Após a exposição pelo mestrando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final APROVADO. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.



Professor Associado CLAUDIO BERTOLLI FILHO

Dedico este trabalho à minha querida amiga, professora
e mentora intelectual Nilda Roder (*in memoriam*),
pelos longos anos de amizade e aprendizado.

AGRADECIMENTOS

Frequentemente deparo-me pensando na frase que consta na epígrafe deste trabalho. Por isso os nomes que aqui são lembrados são de amigos e pessoas que estiveram e continuam ao meu lado nas “trincheiras” da vida, pessoas com as quais pude especialmente contar com o apoio e compartilhar os desafios pessoais e profissionais durante esses anos de mestrado.

Inicialmente faço um agradecimento especial ao meu orientador, professor Dr. Cláudio Bertolli Filho, com quem sempre pude contar nos momentos difíceis. Um ser humano incrível com quem tive o privilégio de ter como orientador, por acreditar no meu potencial muito mais do que eu mesmo acreditava. Por nunca ter me desencorajado, pelo contrário: sempre me incentivou a seguir em frente e a não desistir, mostrando-se uma pessoa sensível, compreensiva e solidária diante dos problemas que enfrentei.

Estendo minha especial gratidão aos membros da banca, professor Dr. José Carlos Marques e professora Dra. Regina Stella Corrêa, pela compreensão, paciência e gentileza em aceitarem o convite para participarem da minha banca de defesa da dissertação de mestrado.

Agradeço às mulheres incríveis que estiveram ao meu lado nas trincheiras e que nunca me esquecerei: Márcia Belei Zilio (*in memoriam*), Solange Calvo, Sabrina Bernardes, Marta Raimundo Bianchi, Isabel Cristina Rafael, Karina Fátima da Silva Oliveira, Rosana de Souza Leite Silva e Simone Christine da Costa Araújo.

Agradeço à força-tarefa de amigos queridos que sempre estão ao meu lado nos momentos difíceis e com os quais sempre pude contar, fazendo parte dessa trajetória com seu apoio, incentivo e torcendo por mim. À minha amiga gaúcha, e agora Doutora, Marina Grandi Giongo, que mesmo distante fisicamente, está sempre presente no meu cotidiano e meu coração: muito obrigado querida amiga por estar sempre disposta a me ajudar e a me fazer rir mesmo nos momentos difíceis, principalmente na reta final de entrega da dissertação. Minha gratidão ao meu amigo Murilo Augusto Galassi, pela amizade que temos desde a graduação e por me ajudar, ouvir meus desabafos e pela disposição na entrega e busca de documentos junto ao meu orientador nos períodos em que eu não pude dar conta de tudo.

Não posso me esquecer das amizades proporcionadas pela vivência junto ao PPGCOM, amigos queridos que também me senti à vontade para compartilhar problemas e angústias e que estavam sempre dispostos a me ouvir e conversar, mesmo que por mensagens trocadas pelo *whatsapp*: Deborah Cunha Teodoro e Diuan Feltrin, muito obrigado!

Um forte agradecimento às mulheres da minha vida, minha mãe Célia de Araujo Calasans, e minhas irmãs Janaína Araújo de Souza e Jaqueline Araújo de Souza, por sempre acreditarem em mim, me apoiando e incentivando. Vocês são minha família e o meu porto seguro!

*“– Quem está ao seu lado nas trincheiras?
– Mas isso importa?
– Mais do que a própria guerra.”*

Ernest Hemingway (1899-1961)

RESUMO

A história do movimento LGBT no Brasil beneficiou-se em grande medida com o advento da mídia impressa no país. Ao atrair um público específico, as revistas, jornais, folhetins, entre outros materiais impressos, proporcionavam aos indivíduos a noção de pertencimento à uma comunidade, a exemplo do jornal *Lampião da Esquina*, considerado um importante marco político do movimento LGBT brasileiro. Com a difusão da internet e as mudanças tecnológicas vistas nos anos 2000, principalmente no espaço virtual com toda a sua potencialidade, gradativamente a mídia física impressa vem sendo substituída por diversas formas de explorar as identidades de determinados grupos por meio de uma rede de contatos virtuais. Uma das potencialidades oriundas do desenvolvimento tecnológico foi o surgimento de canais na plataforma de vídeos *YouTube*, fazendo da internet uma ampla rede de sociabilidades e de construção de novos espaços para as identidades LGBTs. Nesse sentido, o problema de pesquisa buscou responder a seguinte questão: é possível pensar em uma construção identitária a partir de veículos midiáticos como o *YouTube*? Para responder à questão de pesquisa, o trabalho faz um recorte referente aos anos de 2014, 2015 e 2016 das postagens de vídeos do canal intitulado “Põe na Roda”, de modo a compreender como um veículo midiático voltado à comunidade LGBT constrói a sua identidade a partir de elementos audiovisuais. Para tanto, utilizou-se a Hermenêutica de Profundidade como método de investigação científica aliada à Análise de Conteúdo para selecionar as categorias que mais aparecem no canal. Desse recorte temporal, foi possível identificar cinco principais categorias presentes em um total de 155 vídeos selecionados. Dentre estes, foram escolhidos apenas 15 vídeos para análise no tocante às categorias I) humor; II) preconceito; III) política; IV) cultura e informação; e V) família. O estudo se justifica pela necessidade de transformar a forma como os sujeitos LGBTs são retratados na mídia, não apenas estigmatizados em razão de sua sexualidade, e sim inserindo-os como protagonistas dotados de humanidade e cidadania.

Palavras-chave: Movimento LGBT. Internet. *YouTube*. Põe na Roda. Identidade.

ABSTRACT

The history of the LGBT movement in Brazil has benefited greatly from the advent of print media in the country. By attracting a specific audience, magazines, newspapers, serials, among other printed materials, provided individuals with the notion of belonging to a community, such as the *Lampião da Esquina* newspaper, considered an important political landmark of the Brazilian LGBT movement. With the spread of the internet and the technological changes seen in the 2000s, especially in the virtual space with all its potential, the physical print media has gradually been replaced by different ways of exploring the identities of certain groups through a network of virtual contacts. One of the potential arising from technological development was the emergence of channels on the *YouTube* video platform, making the internet a wide network of sociability and the construction of new spaces for LGBT identities. In this stage, the research problem sought to answer the following question: is it possible to think of an identity construction from media vehicles such as *YouTube*? To answer the research question, the work makes a cut referring to the years 2014, 2015 and 2016 of the video posts of the channel entitled “Põe na Roda”, in order to understand how a media vehicle focused on the LGBT community builds its identity from audiovisual elements. In order to do so, Depth Hermeneutics was used as a method of scientific investigation combined with Content Analysis to select the categories that most appear on the channel. From this time frame, it was possible to identify five main categories present in a total of 155 selected videos. Among these, only 15 videos were chosen for analysis regarding categories I) humor; II) prejudice; III) policy; IV) culture and information; and V) family. The study is justified by the need to transform the way LGBT subjects are portrayed in the media, not only stigmatized because of their sexuality, but by inserting them as protagonists endowed with humanity and citizenship.

Keywords: LGBT Movement. Internet. *YouTube*. “Põe na Roda” Channel. Identity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - O beijo polêmico	27
Figura 2 - Página do canal Põe na Roda	62
Figura 3 - Categorias presentes nos vídeos selecionados.....	71
Figura 4 - Vídeo viral do canal <i>Põe na Roda</i>	74
Figura 5 - Água (Chuca Consciente)	77
Figura 6 - Xingar os gays não faz sentido	78
Figura 7 - Por que criminalizar a homofobia?.....	81
Figura 8 - Vivendo no armário	86
Figura 9 - A vida fora do armário.....	88
Figura 10 - O que tem na parada LGBT do Rio de Janeiro?.....	91
Figura 11 - HIV hoje	92
Figura 12 - Nome social e banheiros: trans respondem.....	94
Figura 13 - <i>Gay pride</i> em Tel Aviv.....	96
Figura 14 - <i>Drag queens</i>	98
Figura 15 - 24 perguntas para: Silvetty Montilla	99
Figura 16 - Os nossos filhos (famílias homoafetivas).....	100
Figura 17 - Gayme show: pais e filhos	101
Figura 18 - Casal gay com filhos biológicos (barriga de aluguel?)	103
Quadro 1 - Distribuição dos vídeos durante o período analisado.....	64
Quadro 2 - Triagem dos vídeos e distribuição do conteúdo por categoria de análise	71

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 COMUNICAÇÃO E MINORIAS	17
2.1 AS IDENTIDADES DE GÊNERO E SUAS MANIFESTAÇÕES	30
2.2 HISTÓRIA DO MOVIMENTO LGBT NO BRASIL.....	38
3 O MUNDO VIRTUAL	51
3.1 <i>YOUTUBE</i>	57
4 PÔE NA RODA: UM CANAL FORA DO ARMÁRIO	62
4.1 HERMENÊUTICA DE PROFUNDIDADE	64
4.1.1 Análise sócio-histórica	67
4.1.2 Análise formal ou discursiva.....	68
4.1.3 Análise de interpretação/reinterpretação	68
4.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	68
4.2.1 Humor.....	72
4.2.2 Preconceito.....	80
4.2.3 Política.....	89
4.2.4 Cultura e informação.....	96
4.2.5 Família.....	100
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS.....	107

1 INTRODUÇÃO

A Internet tem se afirmado como uma ampla rede de sociabilidades e de construção de novos espaços para as identidades LGBTs, abarcando novos atores sociais que estavam silenciados. Sem limites de tempo e espaço, a Internet deu voz e visibilidade aos sujeitos que se identificam aos mais variados gêneros e sexualidades.

Ao se pensar nas identidades LGBTs, sua construção muitas vezes ocorre por meio do silenciamento, da retração, do estigma, do medo e da insegurança que se fazem tão presentes na vida desses sujeitos. Sem grandes referências ou modelos para se espelhar no passado, muitos crescem sem ter uma visão positiva de ser homossexual ou uma ideia de pertencimento a uma comunidade. Ter um tanto quanto delicado, pois é problemático em pensar em uma “comunidade LGBT”, já que na maioria das vezes existem nichos específicos e com pautas políticas muito diferentes entre si.

O canal do *YouTube Põe na Roda* revela-se um caso interessante a ser observado, pois rompe com as estruturas de preconceito e estigmatização da imagem da homossexualidade ao colocar homens gays como protagonistas de suas histórias. Isso torna-se possível na elaboração de discursos em torno das identidades de gênero e sexualidade ao abordar com naturalidade temas da vivência LGBT.

Ao se pensar na construção de uma identidade LGBT no canal, é possível visualizar que um grupo em específico é privilegiado nos vídeos, no caso, homens homossexuais. O canal é composto por homens gays que falam e produzem os conteúdos audiovisuais a seus pares, mas isso não impede que questões em torno das travestilidades, bissexualidades e lesbianidades sejam abordadas e colocadas em cena nos vídeos. Esses dados conduzem à problemática da pesquisa, de modo a responder as seguintes questões: É possível pensar em uma construção identitária a partir de um canal do *YouTube*? Como essa identidade se constrói no campo virtual?

A televisão como grande produtora do imaginário coletivo historicamente atribuiu um papel negativo em relação às identidades LGBTs, até porque passou-se muito tempo para que homossexuais e travestis não fossem retratadas de forma caricata ou exclusivamente como sinônimos de piada nos canais televisivos.

Ao representar o estereótipo padrão do homem gay com trejeitos femininos, impõe um modelo de que todos são e agem daquela maneira, transmitindo a visão de que ser gay é algo errado, menosprezado e que serve unicamente como chacota e entretenimento para o riso do outro. Um exemplo que ilustra essas questões na TV aberta foi o programa *Zorra Total*, da Rede Globo, que por mais de quinze anos ridicularizava a homossexualidade com personagens caricatos que pouco tinham a contribuir positivamente no debate político em torno da diversidade.

Mas a televisão também foi palco para difusão da arte de figuras importantes e emblemáticas, como a personagem Vera Verão. Interpretada pelo ator Jorge Luiz Souza Lima, conhecido pelo seu nome artístico Jorge Lafond, firmou-se como um ícone da TV brasileira, roubando a cena no programa humorístico *A Praça é Nossa*, do canal televisivo SBT. Sua personagem adentrava os lares dos brasileiros e se impunha enquanto figura feminina que não admitia ser chamada pelo gênero masculino. Um homem negro, artista, que por meio de seu trabalho rompia com os mais variados preconceitos existentes no país.

A identidade é algo complexo e se constrói durante toda a vida do sujeito. Ela não está dada, mas construída de forma entrelaçada com as vivências e experiências de cada indivíduo nas suas relações com o outro e a sociedade. A identidade sofre influência do meio no qual o sujeito se insere, fazendo dos aspectos culturais, políticos, econômicos e sociais determinantes ao processo de elaboração identitária. Esses elementos serão capazes ou não de auxiliar o indivíduo a se reconhecer como pertencente a este ou aquele grupo ao qual tiver maior afinidade e/ou interesses em comum.

Apesar do canal expor um grupo de homens gays como produtores de conteúdo, o recorte identitário é pequeno, pois não é capaz de abarcar a gama de identidades existentes dentro do que se pode chamar de comunidade LGBT, tornando assim o canal “Põe na Roda” um espaço rico de olhares para se pensar diversas questões sobre as identidades LGBT. O canal deixa claro que o enfoque são os homens gays, mas os recortes de classe, raça e geração também ficam claramente visíveis.

A identidade homossexual apresentada no canal é positiva, pois os gays são pessoas comuns que trabalham, estudam, possuem suas relações de afeto sem estereótipos. Isso contribui para romper com padrões negativos construídos pela mídia tradicional bem como discursos religiosos/conservadores da sociedade brasileira, os quais inferiorizam e marginalizam as homossexualidades.

O *Põe na Roda* é revestido por muito humor e ironia, seus participantes dialogam sobre suas vidas, conflitos e lutas contra o preconceito, consolidando a existência do canal há oito anos no *YouTube*. Isso demonstra que ser gay não é viver no limbo social, mas que são sujeitos comuns, onde a principal característica que os diferencia é serem indivíduos que se relacionam com pessoas do mesmo sexo. Assim, o canal surge com o intuito de apresentar o universo gay, o qual mostra-se pouco explorado não só na Internet como também na mídia tradicional que atende a outros segmentos.

O mundo atribui ao homossexual um modelo de identidade que visa a domesticação dos corpos e de suas práticas sexuais enquadradas dentro de um padrão heterossexual. Somente nesse formato que a homossexualidade pode ser aceita e aprovada como “normal” pelos heterossexuais, isto é, desde que não viole a ordem vigente. Ao homem gay é exigido que demonstre ser ativo, másculo, não expresse características e comportamentos femininos.

O discurso machista, coloca a feminilidade em um campo depreciativo, e por isso a prática sexual deve ser do homem gay ativo, e não afeminado, sendo este último quase sempre ridicularizado e motivo de chacota nos programas de humor. Mas nem todos buscam esse padrão, muitos rompem com esse sistema ao requerer uma identidade diferente daquela imposta pelo discurso heteronormativo.

Muitos homens gays apropriam-se positivamente dos traços considerados femininos de sua personalidade e a demonstram/performam publicamente, pintam suas unhas, maquiam-se, usam saias, salto alto, entre outros adereços considerados de uso feminino. Confundindo a pressuposta coerência entre sexo e gênero, esses sujeitos desestruturam e ao mesmo tempo brincam transitando com fluidez entre os universos masculino e feminino, questionando-os. Ao romper com esses padrões que estruturam e regem as relações sociais, possibilitam espaços de discussões e de lutas identitárias. Não é à toa que a cada momento é inserida uma nova sigla na chamada “sopa de letrinhas” LGBT.

Diante do exposto, o trabalho faz um recorte referente aos anos de 2014, 2015 e 2016 por meio das postagens de materiais audiovisuais no canal *Põe na Roda*, na busca por compreender a identidade que o referido canal pretende reproduzir. Para tanto, utilizou-se a Hermenêutica de Profundidade como método de investigação científica aliada à Análise de Conteúdo para selecionar as categorias que mais aparecem no canal. Desse recorte temporal, foi possível identificar cinco principais categorias presentes em um total de 155 vídeos selecionados. Dentre estes, foram escolhidos apenas 15 vídeos para análise no tocante às categorias I) humor; II) preconceito; III) política; IV) cultura e informação; e, por fim, V) família. O objetivo dessa pesquisa é constatar como um canal voltado a comunidade LGBT constrói a sua identidade a partir de elementos audiovisuais.

Dando seguimento à presente introdução, o capítulo inicial trata sobre a comunicação e as minorias LGBTs e sua representatividade nos meios de comunicação por meio de pautas minoritárias para desconstruir discursos preconceituosos em torno da homossexualidade. Além de abordar questões relacionadas à construção das identidades de gênero e sexual, apresenta-se um breve panorama histórico sobre o movimento LGBT no Brasil a partir da ditadura militar.

O segundo capítulo demonstra a importância da Internet na vida em sociedade como instância de produção cultural e de compartilhamento de conhecimento/saberes. Nesse aspecto, a plataforma do *YouTube* torna-se um recurso de possibilidades na divulgação de materiais audiovisuais e de espaço de visibilidade de sujeitos LGBTs.

O terceiro capítulo analisa o canal do *YouTube*, *Põe na Roda*, de modo a identificar como a identidade LGBT se constrói por meio da divulgação de seus vídeos. Para tanto, analisou-se as categorias que mais estão presentes nas referidas produções audiovisuais.

Por derradeiro, nas considerações finais são tecidas algumas reflexões sobre a identidade elaborada pelo canal estudado, por meio das postagens de vídeos que ajudam a compreender a produção e reprodução de bens simbólicos elaborados por meio desses meios audiovisuais.

2 COMUNICAÇÃO E MINORIAS

Considerando a relevância da Comunicação e suas análises no contexto social, cultural e político na sociedade contemporânea, torna-se essencial refletir sobre esse campo do saber científico em relação às minorias, diante da escassez de trabalhos sobre o tema nessa área de estudo.

A inclusão de temas relacionados às minorias tem atraído atenção de diversas áreas do conhecimento, tais como Direito, História, Ciências Sociais, Ciência Política, entre outras. Desse modo, não seria diferente com a Comunicação, pois esta reflete as tendências na qual a sociedade tem caminhado na busca de equidade e respeito às diferenças.

Os meios de comunicação são de grande relevância para a sociedade e o acesso facilitado à informação e ao conhecimento são elementos importantes para expor as barreiras pelas quais determinados grupos sociais enfrentam diariamente na sociedade brasileira. Nas décadas passadas, a representação dos homossexuais na televisão era carregada de preconceitos e estereótipos, e quase sempre, sinônimos de zombaria. Essa imagem permaneceu por muito tempo e ainda é recorrente, porém em menores proporções (VENTURI, 2010).

A partir dos anos de 1950, teve início o aumento constante da articulação de novos movimentos sociais com pautas importantes juntamente com as reivindicações político-econômicas. Os novos atores sociais são compostos por minorias sexuais, étnicas, religiosas, dentre outras, com exigências frente ao Estado pelo reconhecimento de suas pautas identitárias (BARBALHO, 2009).

As minorias LGBTs e sua transformação como um tema nos meios de comunicação sem estereótipos foi sendo construído paulatinamente, mesmo havendo reação por parte de grupos religiosos, políticos e grupos conservadores que se opuseram e se opõem a esse tipo de assunto. Por muito tempo a imprensa escrita ressaltou manchetes sobre casos de violência em que pessoas LGBTs apareciam como figuras centrais das cenas. Os principais veículos de comunicação estimulavam, sustentavam e reproduziam o preconceito, propagando assim ainda mais estigmatização, resultando em mais discriminações e violência a este grupo populacional. Houve uma pressão por parte de grupos LGBTs que começaram a se organizar e a pressionar os jornalistas para que houvesse uma mudança a esse respeito.

Em novembro de 1986 no 21º Congresso Nacional dos Jornalistas, a categoria votou favoravelmente pela proibição de discriminação por orientação sexual nas reportagens. A inserção da temática LGBT nos veículos de comunicação ocorreu de forma bastante lenta até por conta da não aceitação da homossexualidade por parte da classe média, camada que se beneficia da manutenção do *status quo* e que também constitui a principal consumidora dos produtos midiáticos. Apesar disso, aos poucos as telenovelas foram transmitindo em horário nobre essas pautas que lentamente impulsionaram o processo de aceitação. Assim, a temática das minorias LGBTs foi adentrando aos poucos os domicílios dos brasileiros, e enredos de novelas com personagens homossexuais começaram a ser criados por autores como Aguinaldo Silva, Glória Perez, Gilberto Braga, dentre outros (COTTA, 2009).

De acordo com Mendes (2017), as noções de representação e representatividade são complexas e importantes para os movimentos de minorias sociais. Atualmente, o regime da visibilidade é também um recurso voltado a pressionar instâncias governamentais por mais direitos e políticas de igualdade, a fim de garantir a dignidade humana de grupos sociais cotidianamente desprezados e desprovidos de garantias legais e jurídicas.

É notório que a mídia é capaz de legitimar ou silenciar determinados grupos sociais nesse jogo de poder, em que o discurso jornalístico e/ou televisivo é construído para manutenção dos privilégios das classes dominantes e dos sujeitos cisgêneros e heterossexuais. Por isso, se afirma que um dos papéis fundamentais da mídia na contemporaneidade é o espaço da visibilidade, constituindo-se assim um importante palco político de resistência dos grupos minoritários (DARDE, 2008).

Nesse aspecto, é necessário refletir que democratizar a mídia não requer apenas ampliar o acesso e buscar a pluralidade nas representações, pois não se trata unicamente de democratizar o produto. Mas também deve-se considerar o processo de construção dessas representações, que servem como um parâmetro social de leituras e condutas sociais, indicando quem deve ter sua existência respeitada e quem simboliza uma ameaça a essas minorias (MENDES, 2017).

Segundo Rozendo (2012), o posicionamento dos veículos de comunicação é fundamental para a inclusão de temas que visam impedir ou mesmo barrar os possíveis abusos cometidos por instituições como o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, que são os alicerces do Estado. Ao se expor essas violações, busca-se

sensibilizar a sociedade em geral sobre o problema e assim colocá-lo como agenda política para que determinadas ações não sejam banalizadas e obscurecidas pelo sistema. Ou seja, os meios de comunicação devem cumprir o seu papel social por meio da difusão de informações e conhecimento através de seus veículos.

Os meios de comunicação ocupam um lugar de privilégio do ponto de vista do alcance social, não apenas porque são os grandes responsáveis pelo agendamento dos assuntos cotidianos, mas também pela sua capacidade de interferir nas visões de mundo, nos aspectos comportamentais e políticos. Isso ocorre pois o discurso midiático articula saberes e poderes ao criar e recriar uma determinada concepção da realidade. Assim, ao explicar fenômenos sociais, políticos, econômicos e culturais, posiciona-se a favor ou contra as ideologias hegemônicas em diferentes contextos (FERREIRA, 2018).

É por meio da linguagem que a realidade é absorvida socialmente pelos sujeitos e os discursos são difundidos a favor ou contra determinados grupos sociais. A mídia os apresenta como “mocinhos” ou vilões que colocam em risco a ordem social vigente, assim como as minorias são postas como grupos que necessitam se adequar ao modelo social imposto. Torna-se importante refletir sobre os usos de diferentes mídias para desconstruir discursos preconceituosos em torno dos grupos minoritários. Desde mulheres, idosos, povos originários, LGBTs, população carcerária, pessoas em situação de rua e pessoas com necessidades especiais, entre outros.

Com frequência, a grande mídia não só limita o espaço de participação do cidadão comum, como também evita, muitas vezes, colocar em pauta questões de grupos minoritários. Mesmo não estando frequentemente nas manchetes dos telejornais ou nas capas dos veículos midiáticos impressos com regularidade, não deixam de ser componentes da realidade social. A falta de visibilidade e ausência de minorias no âmbito da mídia pode desencadear distintos problemas a esses sujeitos. Entre estes, sublinhe-se principalmente, o fortalecimento de estereótipos por parte dos receptores e a falta de mobilização do poder público em tentar solucionar ou minimizar determinadas situações que afetam completamente esses grupos marginalizados (ROZENDO, 2012).

Para Ferreira (2018), é por meio da linguagem que a realidade é socialmente absorvida pelos cidadãos, o que remete à importância do processo comunicacional. Refletir sobre o senso comum produzido e reproduzido pela mídia exige que se discuta sobre os aspectos da socialização dos indivíduos e a construção de valores, crenças e juízos, arraigados em diferentes fases.

É a partir destes elementos subjetivos que as pessoas definem suas ações e comportamentos no transcorrer das fases de seu desenvolvimento como um sujeito ativo socialmente. Por isso, é preciso pensar formas de pluralizar as vozes na sociedade para que sejam firmados discursos distintos daqueles impostos pela cultura hegemônica. Maior diversidade e a presença da diferença na mídia contribui para maior inclusão de grupos marginalizados, vítimas de dogmas religiosos, machismo, racismo, homofobia e outros tipos de discriminações ainda muito presentes na cultura de diversos povos.

De acordo com Darde (2008), as categorias de informações que são produzidas na sociedade são trabalhadas pelos meios de comunicação, e estes, por sua vez, acabam estabelecendo seus conteúdos segundo um conjunto específico de estratégias comunicativas que tendem a criar e reforçar discursos hegemônicos.

O embate midiático que ocorre por meio da visibilidade das demandas dos referidos segmentos sociais minoritários, aparece como um elemento estratégico para uma nova construção discursiva. Colocar luz sobre pautas polêmicas viabiliza a construção de novos significados e a naturalização de comportamentos, estilos de vida e escolhas individuais, reforçando novos espaços de atuação política com objetivo de desconstruir discursos hegemônicos que marginalizam e excluem outras vivências.

Os meios de comunicação tendem a ser importantes canais de representação política por difundir de forma eficaz conteúdos simbólicos que tendem a privilegiar determinados assuntos em detrimento de outros, definindo um recorte daquilo que é importante para a sociedade em razão de sua visibilidade midiática. Com isso tem-se início os marcos interpretativos construídos socialmente, que possibilitam aos indivíduos atribuírem um certo sentido aos eventos e às situações sociais ali apresentadas.

O destaque dado a determinadas palavras, imagens, metáforas e retóricas em um discurso, produz a legitimação de certas concepções de mundo que tendem a obscurecer outras realidades menos visíveis nestas elaborações textuais e/ou imagéticas, na construção de percepções dirigidas a interesses de determinados grupos sociais (SOARES, 2009).

É por meio desses recortes que as informações divulgadas podem constituir uma forte representação de caráter político de grupos minoritários na busca e garantia de direitos civis, ou ainda uma representação negativa, retratando-os como sujeitos que buscam a obtenção de privilégios e a derrocada da ordem e dos bons costumes. A abordagem adotada vai de acordo com os interesses da grande mídia pautada no discurso hegemônico de grupos reacionários.

Segundo Miguel (2003), a construção discursiva de determinadas instituições e segmentos sociais organizados também constituem importantes fontes de temas a serem propagados pelos meios midiáticos. Tal construção pode trazer tanto um posicionamento ativo quanto reativo em relação aos enquadramentos dos meios massivos na sociedade, buscando sensibilizá-los na tentativa de incluir ou excluir determinadas temáticas que venham a questionar ou romper com determinados padrões sociais estabelecidos.

Diferentes grupos sociais com interesses muitas vezes divergentes, disputam a inclusão ou a exclusão de temas na agenda dos meios de comunicação, já que a mídia, conforme foi dito, é o principal mecanismo de difusão de conteúdos simbólicos no mundo contemporâneo. A mídia, portanto, é o veículo responsável por reunir e difundir as informações que considera possuir uma relevância social. Desta forma, os grupos minoritários visam colocar na pauta midiática determinadas questões com objetivo de sensibilizar a sociedade através dos meios de comunicação, para que suas vivências e realidades sejam postas de forma a contribuir politicamente na garantia de seus direitos (MIGUEL, 2003).

Os meios de comunicação tornam-se grandes aliados dos grupos minoritários na arena política na busca por visibilidade, garantias de direitos e de acesso a diferentes espaços sociais, políticos e culturais. Nesse contexto, a Internet converteu-se em um recurso de inúmeras possibilidades para os grupos subrepresentados.

Miguel (2003) ressalta que as inovações tecnológicas e a sua maior disponibilidade de ofertas de comunicação, bem como uma infinidade de novas mídias digitais na qual os sujeitos têm acesso, tendem a produzir novos discursos por meio de olhares diversificados da realidade social. É importante salientar que os embates discursivos em múltiplas arenas midiáticas tendem a pluralizar diferentes vozes e demandas das minorias por uma sociedade mais democrática, onde está em disputa a promoção de espaços políticos para diferentes grupos sociais que, historicamente, foram excluídos de direitos.

Mesmo diante da existência de discursos de ódio, intolerância e preconceito, aqueles grupos que sempre foram marginalizados, atualmente conseguem se posicionar discursivamente, questionando e confrontando o poder instituído, além de construir espaços de visibilidade para as suas demandas. Entre esses novos locais, o espaço virtual se tornou uma importante ferramenta de ação política, ampliando o leque de possibilidades das minorias na busca por reconhecimento e garantias políticas, sociais e jurídicas, conforme tem ocorrido com a população LGBT no Brasil.

Ferreira (2018) argumenta que as transformações que têm ocorrido na sociedade marcam um novo período, com características que redefinem as novas bandeiras de lutas por direitos e por espaços políticos, ampliando as realidades de grupos que até então se mantinham no obscurantismo. Nesse sentido, é importante salientar que a Constituição Federal de 1988, busca instituir um Estado Democrático de Direito, com vistas a garantir direitos individuais e coletivos, bem como valores de justiça social, cidadania, igualdade e liberdade. Com objetivo de construir uma sociedade livre, justa, solidária, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, geração ou quaisquer outras formas de discriminação existentes em um regime democrático (ALBUQUERQUE, 2013).

A compreensão de democracia não se restringe ao governo da maioria, mas engloba o espaço no qual existem diversas visões divergentes em uma comunidade política, mesmo que prevaleça uma delas. É um espaço que favorece a diversidade na construção da igualdade de condições entre as pessoas diante dessa multiplicidade política. Historicamente, houve o privilégio de determinadas visões de mundo sobrepondo-se a outras por meio de imposição, discriminação e inferiorização do outro.

A democracia tal qual é conhecida nos dias de hoje, não é capaz de conceder as mesmas condições de reconhecimento aos diferentes olhares dos sujeitos, muito menos conceder, de forma satisfatória, um espaço adequado para a manifestação democrática da diversidade dos diferentes grupos existentes. Há que se levar em consideração que a democracia não é uma conquista consolidada, mas é um processo que exige da sociedade uma constante promoção, desenvolvimento e aprendizado, com fins de garantir a permanência desse sistema para atender as demandas sociais (MARTINS; MITUZANI, 2011).

Mesmo que muitos grupos ainda não se sintam devidamente representados, ouvidos e visibilizados da forma como almejam, a democracia ainda é a única possibilidade de vir a ser esse espaço diverso construído pelo mundo ocidental. Safatle (2009) esclarece que a democracia precisa ser compreendida não como um estado no qual a sociedade chegou ou está para chegar, mas como um processo sem fim de problematizações dos valores estabelecidos e de invenção de novos direitos.

É necessário desmistificar a ideia de que haveria sociedades mais democráticas em relação a outras por conta da existência de determinados direitos. No Brasil, por exemplo, o fato de se estabelecer debates e críticas contra o governo em diferentes meios, impresso ou virtual, bem como a ocorrência de embates na arena pública promovidos pelos movimentos sociais, de forma geral demonstra a veia democrática do país, mesmo com todos os desafios existentes para sua plena consolidação.

Segundo Taylor (1994) e Honneth (1995 *apud* SILVEIRINHA, 2009), diante do processo de interconexão entre o mundo e diferentes sociedades, as democracias passaram a ter diante de si desafios em torno das multi-identidades para garantir a representação e participação de minorias para proteção, promoção e realização de seus direitos, mas isso só se torna possível por meio das reivindicações e lutas desses grupos por reconhecimento e respeito pelas diferenças.

Por um lado, um dos desafios que os sistemas democráticos enfrentam é o reconhecimento de que os sujeitos são múltiplos, em termos de marcadores sociais das diferenças como raça, gênero, cultura, classes sociais e geração. Por outro, o desenvolvimento de políticas para equacionar os processos de exclusão provocados pela concentração de poder e renda, e pelo impedimento de acesso de maneira

participativa na vida coletiva, e que tenha exatamente em consideração essas diferenças presentes em determinados grupos minoritários.

É sabido que o poder tende a penetrar na forma, no estilo e no conteúdo do discurso, o que simboliza que esses grupos minoritários quase sempre são excluídos ou silenciados em suas identidades. É importante frisar que questões de injustiça social, violência e todas as formas de opressão que são denunciadas cotidianamente não são resolvidas apenas por se viver em uma democracia. Todavia, é por meio dela que é possível combater esses problemas, cultivar a participação e inclusão de todos os sujeitos de maneira equânime, sem distinção às minorias (SILVEIRINHA, 2009).

As relações de dominação de um grupo sobre o outro sempre existiram em diferentes sociedades, o que provoca um grave processo de exclusão e marginalização das minorias, desvalorizando-as e colocando-as como uma subcategoria ou um subcidadão que não detém direitos. É necessário estar atento à relação de dominação para reivindicar e lutar pelos direitos das minorias para que transformações ocorram positivamente no reconhecimento e garantia por direitos a favor desses grupos. A manifestação é a tomada de consciência e resistência das minorias, pois manifestar-se é expressar a sua existência como sujeito (FORMIGA, 2008).

De acordo com Séguin (2002), conceituar minorias é algo complexo porque não se deve restringir unicamente a critérios étnicos, religiosos, linguísticos e/ou culturais, mas é necessário considerar a realidade jurídica em que determinados grupos estão inseridos. Semprini (1999), por sua vez, argumenta que pode ser conceituada como minoria todo e qualquer grupo humano, cujos membros tenham direitos limitados ou negados pelo Estado.

Essa concepção vai ao encontro do que diz Louro (2001), quando afirma que o termo *minoría* não se refere a uma inferioridade unicamente numérica, muito pelo contrário, esses grupos considerados minoritários sofreram um silenciamento histórico. Entretanto, quando esses sujeitos tomam consciência e começam a se politizar, eles transformam o gueto em território e o estigma em orgulho – gay, étnico, de gênero e tantos outros, e começam assim a ter maior visibilidade.

Essas minorias denunciaram que historicamente a única voz que foi ouvida foi a do homem branco heterossexual e, com isso, foram sendo construídas representações sociais em torno das categorias lésbicas, gays, bissexuais e travestis (LGBT), como sexualidades desviantes que fugiam às normas vigentes da heterossexualidade. Ou seja, todos aqueles que não atendiam ao modelo imposto socialmente como “normal” tinham suas existências atreladas ao âmbito das patologias.

Para Sodré (2009), “minorias” é uma voz qualitativa em relação ao argumento quantitativo de que na democracia prevalece a vontade da maioria. É importante ressaltar que para o autor, a democracia é um regime de minorias, pois somente em um sistema político pautado nos alicerces democráticos é que as minorias podem ser vistas e ouvidas. Todos os movimentos minoritários possuem um objetivo em comum que é a transformação da sociedade.

As minorias apresentam algumas características básicas: I) a vulnerabilidade jurídico-social, que diz respeito ao aspecto do ordenamento jurídico-social vigente no qual esses grupos não possuem garantias legais em relação aos seus direitos civis; II) identidade *in statu nascendi*, no qual esses grupos estão sempre em constante recomeço na tentativa de obter reconhecimento de suas identidades perante o Estado; III) a luta contra-hegemônica travada pelas minorias para minar o poder hegemônico; e IV) estratégias discursivas em que ações demonstram os principais recursos no embate, como por exemplo, passeatas, ocupação de locais públicos, campanhas pela internet, gestos simbólicos de resistência e luta, dentre outros (SODRÉ, 2009).

Durante séculos da história da humanidade, as minorias têm sido vítimas de extermínio, violentadas, marginalizadas, excluídas em todos os aspectos, o que fere o princípio da dignidade humana, que é inerente a qualquer pessoa (LOPES, 2008). Atualmente as minorias sexuais são muito mais visíveis do que nas décadas passadas e isso gera um conflito acirrado com relação a grupos conservadores e reacionários que não aceitam as diferenças, os quais procuram fazer com que essas minorias não tenham direitos garantidos por acharem que as mesmas estão obtendo privilégios (LOURO, 2001).

Essas violações têm ficado cada vez mais visíveis por meio das denúncias promovidas pelos meios de comunicação que rompem com esse espaço ao divulgar atos de violência física ou revelar a existência do discurso de ódio como tem ocorrido nos últimos anos no Brasil.

Não se pode ignorar o espaço que a mídia eletrônica ocupa como forma de luta política por parte das minorias para fazer valer o Estado Democrático de Direito. Dois exemplos podem ser elencados em relação a essa questão envolvendo especificamente a comunidade LGBT nos jornais, televisão e demais redes sociais como *Instagram*, *Twitter* e *Facebook*, como visto durante a *19ª Bienal do Livro* no ano de 2019 no Rio de Janeiro, e o caso mais recente de homofobia ocorrido em 2021 por parte do apresentador de televisão José Siqueira Barros Júnior, mais conhecido como Sikêra Júnior.

Na 19ª Bienal Internacional do Livro que ocorreu de 30 de agosto a 08 de setembro de 2019, na cidade do Rio de Janeiro, no pavilhão Riocentro, na Barra da Tijuca, deu-se a censura por conta de um beijo entre dois personagens de história em quadrinhos da *Marvel*, *Vingadores: a cruzada das crianças*, elemento suficiente para causar a proibição de obras de temática LGBT.

O discurso defendido pelo então prefeito na época, Marcelo Crivella, era a proteção da família e de crianças e adolescentes, alegando que todo o conteúdo violava o Estatuto da Criança e do Adolescente. O mesmo recorreu a medidas jurídicas para impedir que esse material estivesse divulgado nos *stands* da Bienal sem uma proteção (tarja preta) que informasse o seu conteúdo como impróprio.

A polêmica envolveu até mesmo o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), que decidiu a favor do pedido da prefeitura. Automaticamente, o Supremo Tribunal Federal foi acionado pelo Ministério Público Federal para se posicionar sobre essa decisão, que violava o direito à liberdade de pensamento, de expressão intelectual, artística e científica, além de ficar claro o preconceito contido na ação que atacava diretamente à comunidade LGBT e temas envolvendo as questões de gênero e sexualidade.

A repercussão foi tamanha, que a imagem dos dois personagens se beijando foi divulgada em diversos sites da Internet e chegou a estampar a primeira página do jornal impresso *Folha de São Paulo*, reproduzida na Figura 1 a seguir.



Diante da questão, o Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal Dias Toffoli, foi acionado a se pronunciar em relação ao fato e suspendeu a liminar da Presidência do TJ-RJ com uma medida cautelar visando proteger os direitos que estavam ameaçados: o direito de liberdade de pensamento, de expressão intelectual e científica, o que ocorreu em caráter emergencial, pois o evento se encerraria no dia 08 (oito) de setembro.

O segundo caso, mais recente, ocorreu no mês de junho de 2021, no qual se comemorou no dia 28 do referido mês o *Dia Internacional do Orgulho LGBT*. No dia 25 de junho, o apresentador do programa *Alerta Nacional*, da emissora *Rede TV*, Sikêra Júnior declarou em rede nacional discurso de ódio em relação aos homens gays chamando-os de “raça desgraçada” pela veiculação do uso de imagens de crianças na campanha publicitária da rede de *fast-food*, *Burger King*, para promoção da diversidade sexual e de gênero.

¹ Disponível em: <https://esqrever.com/2019/09/07/prefeito-do-rio-de-janeiro-tenta-censurar-beijo-e-maior-jornal-brasileiro-responde-colocando-o-na-capa/> Acesso em: 10 jan. 2021.

Rapidamente outros vídeos do apresentador com falas homofóbicas começaram a ser compartilhados nas redes sociais por ativistas LGBTs e, principalmente, o engajamento do influenciador digital e *YouTuber* Pedro HMC, criador do canal do *YouTube*, “Põe na Roda”. Em suas redes sociais e plataformas digitais, Pedro HMC solicitava a colaboração de seus seguidores a denunciar a fala do apresentador e a cobrar o posicionamento das empresas que patrocinavam o programa.

A campanha viralizou, resultando no rompimento de patrocínio ao apresentador por parte das empresas: *Magazine Luiza*, *Casas Bahia*, *Tim*, *MRV Engenharia*, *Sorridents*, *HapVida*, *Betsul*, *Seara*, *BMW Group*, *Amazon Gás*, *Ford Brasil*, *Nivea Brasil*, *Kicaldo Alimentos*, dentre outras. As empresas alegaram que não compactuam com nenhuma forma de violência, *fake news* e discurso de ódio, manifestando apoio à luta LGBT contra a homofobia no Brasil.

Vale lembrar que em junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal, em um julgamento histórico, na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 26, decidiu em favor da criminalização da homofobia contra pessoas LGBTs como crime de racismo até o Congresso Nacional legislar especificamente sobre essa temática.

O resultado positivo do ato de resistência da militância LGBT só foi possível por meio de uma atitude individual do criador de conteúdo Pedro Henrique Mendes Castilho, mais conhecido como Pedro HMC, que mobilizou um grande contingente de seguidores em um curto espaço de tempo e que se tornou em uma ação coletiva, para cobrar o posicionamento de grandes empresas. O principal argumento é que os ataques proferidos pelo apresentador ocorreram em uma emissora que detém uma concessão pública, a qual deve cumprir o seu papel social ao levar a informação à sociedade ao invés de propagar discurso de ódio em rede nacional.

Além da perda de patrocinadores, no dia 06 de junho de 2021, o *Instagram* removeu da plataforma o perfil do apresentador depois de publicar um vídeo com uma piada machista ao retratar a mulher como objeto sexual ao dizer “Mulher, se você passou em frente a uma obra e nenhum pedreiro assobiou... acabou para você!”. A remoção do perfil foi comemorada pelas militâncias LGBTs e feminista.

A partir de Castells (2013), é possível inferir que os sujeitos conectados em rede se tornam atores coletivos e conscientes de seus papéis no processo de mobilização e de mudança social. A comunicação tem passado na última década por

uma grande mudança tecnológica, que vem corroborar com o fortalecimento dos movimentos sociais. Mas para que esses movimentos sociais estejam coesos no âmbito virtual, é preciso o desencadeamento emocional que envolva os sentimentos de justiça e indignação frente a um ato ou discurso de ódio.

No Brasil, a cada 23 horas em média uma pessoa LGBT é assassinada por homofobia, e esses dados são obtidos por meio de notícias publicadas pelos veículos de comunicação, informações de familiares das vítimas e registros de boletins policiais, pois não há dados governamentais sobre essas mortes, muitas vezes subnotificadas pelos órgãos oficiais do Estado – o que acarreta uma margem de erro de 5 a 10% do que é divulgado pelo Grupo Gay da Bahia (MOTT, 2021).

Atualmente não é mais possível ignorar a magnitude que a mídia eletrônica possui no fazer política e nas lutas pelas causas minoritárias (BARBALHO, 2009). O ambiente virtual se tornou um espaço de debates e interesses em comum, como agora no mundo *on-line*, onde é possível denunciar as violações praticadas contra as minorias.

O mundo virtual acaba por se tornar uma arena sem lei pois não há nada que regule postagens de fotos, vídeos, textos que incitam ao ódio e propagam a violência. Da mesma forma que o ciberespaço permite um campo de visibilidades e empoderamento, em contrapartida, há uma série de condutas que violam direitos. Um ambiente que muitas vezes tende a propagar o racismo, crimes de injúria, pornografia infantil, além de ser um ambiente próprio para a circulação de *fake news*, a exemplo do que ocorreu nas eleições presidenciais de 2018.

A mídia é quem detém o maior poder de atribuir voz e vida socialmente aos discursos e ocupar esse espaço é tarefa essencial da política da diferença, que é dar visibilidade e empoderamento à luta das minorias. Ou seja, para esses sujeitos, o exercício da cidadania se inicia também no acesso democrático aos meios de comunicação disponíveis (BARBALHO, 2009).

Assim, a mídia torna-se uma grande ferramenta de possibilidades ao movimento LGBT para expor os seus anseios e lutas por direitos, como também já foi nos anos de 1970 por meio de jornal impresso, o que é possível perceber na história desse grupo, tratada no tópico a seguir.

2.1 AS IDENTIDADES DE GÊNERO E SUAS MANIFESTAÇÕES

Muito tem se falado sobre as questões em torno das múltiplas identidades LGBTs, que de tempos em tempos vem a surgir uma nova letra. Bem como as pautas políticas de acesso à saúde, à educação e aos direitos básicos de todo e qualquer cidadão, independentemente de orientação sexual e/ou identidade de gênero. Diante dessas questões, torna-se importante apresentar um breve panorama sobre a construção das identidades LGBTs e como elas se refletem no recorte da presente pesquisa, o canal do *YouTube* intitulado “*Põe na Roda*”, cujo conteúdo aparentemente constrói uma identidade pautada na homossexualidade identificada com o gênero masculino.

De acordo com Baliero (2011), foi por volta dos anos 1970, nos Estados Unidos, que se iniciaram as reflexões nas Ciências Sociais em torno das questões de gênero. Esses estudos dedicam-se a explicar as relações entre os sexos a partir da ideia de que o masculino ou o feminino não são características naturais e essenciais oriundas da natureza, e sim construídas pela cultura, que tende a sofrer mudanças de acordo com o tempo e o espaço.

Tal concepção promoveu novas abordagens analíticas com o desenvolvimento de pesquisas sobre feminilidades e, logo em seguida, sobre masculinidades, demonstrando práticas e significados diferentes desses conceitos em períodos e contextos sociais distintos. Nos anos seguintes, ficou evidente que não era mais possível pensar nas categorias homem e mulher sem compreender os aspectos culturais. É possível perceber como os gêneros masculino e feminino são elaborados no mundo social como um todo, restringindo distinções entre espaços, atividades e funções que estariam em pólos opostos e independentes.

As reflexões em torno do gênero pautam análises que visam desconstruir modelos fixos e estereotipados construídos em torno do feminino e do masculino, o que acabou estigmatizando modelos de comportamento atribuídos a cada um desses sujeitos. Ainda nos anos 1970, também se questionou o lugar social ocupado por cada um desses indivíduos diante desses padrões de comportamento constituídos como naturais. Pois como sugere Feitosa (2005), o sentido de ser mulher ou homem depende das relações estabelecidas entre ambos de acordo com o contexto cultural em que esses sujeitos se inserem.

Costa e Vergara (2012) esclarecem que os estudos pós-estruturalistas e culturais se referiram ao gênero como um conjunto de relações de poder materiais e simbólicas que não se reduzem unicamente à figura da mulher. Muito pelo contrário, é importante problematizar os significados e representações que são projetados sobre o corpo que é demarcado pelo jeito de ser, andar, gesticular, vestir e falar. Para tanto, deve-se visibilizar e problematizar as maneiras pelas quais os corpos são significados, sendo necessário questionar os discursos biologizantes que foram se pautando em uma suposta essência genética ou hormonal entre homem e mulher. Sobre esses corpos que foi se estruturando a produção de discursos normatizantes e reguladores a respeito da sexualidade e o gênero dos indivíduos.

É importante pensar os instrumentos pelos quais o poder é produzido e como os seus significados se constituem também em instrumentos de poder, ou seja, refletir como o discurso biológico é reproduzido culturalmente, reforçando as categorias sexuais, nomeando corpos como macho e fêmea, criando uma relação binária. Desta forma, deve se compreender que não é negada a materialidade dos corpos, mas esse corpo deve ser pensado como um portador de marcas históricas e culturais, pois o corpo é político e só pode ser compreendido e lido a partir desses símbolos e significados que são projetados por meio da cultura, da história e da política (BORTOLINI, 2008).

De acordo com Foucault em “A História da Sexualidade: vontade de saber”, a partir dos séculos XVII e XVIII, teve início mecanismos para coibir a sexualidade, pois até então existia uma maior liberdade sobre os corpos. Nesse período a sexualidade começa a atrair maior atenção por parte da Medicina e tem início um cerceamento sobre o corpo e a sexualidade por meio de discursos higienistas (FOUCAULT, 2015).

Segundo Fernandes e Resmini (2016), muito tem sido dito sobre a sexualidade no mundo ocidental. No início do século XVII ainda existia certo espaço de franqueza, em que o segredo ainda não havia se estabelecido em torno da sexualidade e os códigos de comportamento sobre ela eram ainda mais soltos em relação aos períodos que se seguiram, quando as estruturas burguesas encerraram a sexualidade para o espaço privado familiar. A família burguesa confiscou tudo que podia ser dito ou praticado sobre a sexualidade e o que podia ser dito nos lugares públicos já não era mais permitido. Havia um único espaço social em que a

sexualidade era reconhecida por seu caráter útil e fecundo, que é o quarto dos pais, pautado com o único objetivo de reprodução, onde o prazer é banido.

Nesse sentido, Feitosa (2008) explica que o termo sexualidade só começa a ser utilizado a partir do século XIX, mas sem valor epistemológico com relação às sociedades anteriores. Todavia, seu uso é adequado porque reconhece que os valores culturais exercem interferência no modo como os sujeitos se relacionam com seus próprios corpos, seus desejos e sentimentos. Além disso, é importante compreender que ao se analisar a sexualidade se está também historicizando o corpo, assim como os valores sociais sobre o qual se constituem determinados agrupamentos humanos em diferentes tempos e espaços históricos, o que possibilita compreender novas interpretações sobre o presente e o passado do ser humano.

No século XIX, a sexualidade chegou a obter sua própria área de estudo e conhecimento, a sexologia, que tinha como embasamento teórico a Psicologia, a Biologia, a Antropologia, assim como a História e a Sociologia. Nesse período, havia um enfoque no sexo como algo instintivo que representava as necessidades básicas do corpo. Mas, atualmente, as produções em torno da sexualidade afirmam que a mesma também é uma construção social, assim como o gênero. Desse modo, ela é também uma produção histórica que acabou sendo modelada em diferentes contextos sociais, o que demonstra que a sexualidade é uma questão crítica e política passível de ser investigada e analisada histórica e sociologicamente, de modo com que não sejam reproduzidos modelos biologizantes que tendem a reduzir as diferentes identidades LGBTs (WEEKS, 2003).

O processo de disciplinarização exercido sobre os corpos e os mecanismos de controle populacional estruturam os dois principais pontos sobre a vida e o poder em sociedade. Há um aumento significativo em relação aos saberes e discursos em torno do sexo e no modo de existência das subjetividades dos sujeitos (FOUCAULT, 2015).

Amaral (2007) afirma que a sexualidade é uma característica central dos seres humanos no transcorrer de toda a sua existência e envolve o sexo, as identidades e os papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é vivenciada e expressa nos pensamentos, nas fantasias, nos desejos, na opinião, nas atitudes, nos valores, nos comportamentos, nas práticas, nos papéis e nos relacionamentos entre os indivíduos, independentemente do aspecto geracional.

É possível perceber a presença da cultura na construção da sexualidade bem como suas variadas formas de erotismo e prazer proporcionadas pelo corpo que também está impregnado de valores assimilados, ou não, nos contatos estabelecidos com o outro. Além do mais as instituições sociais como a família, a igreja, a escola e o próprio Estado, possuem formas de regulação e controle das práticas e orientações sexuais.

Tanto no passado quanto nos dias atuais, a sexualidade continua a ocupar uma instância privilegiada em que a vigilância e o controle social ainda são muito fortes. Ocorre uma ampliação e diversificação das maneiras que a regulam, proporcionando uma multiplicação de discursos sobre a sexualidade. Esses discursos autorizam que sejam ditadas e impostas normas sociais sobre o corpo, o gênero, a sexualidade, bem como as práticas sexuais dos seres humanos (LOURO, 2008).

Para Louro (2013), o corpo possui um caráter identitário, que representa o modo de ser e de estar no mundo, e sofre transformações que vão desde mudanças na superfície da pele, envelhecimento, tratamento hormonal, cirurgia facial, dentre tantos outros, até mudanças de personalidade e humor. É preciso atentar-se que antes mesmo da criança nascer, já é projetada sobre seu corpo toda uma representação e uma carga discursiva de poder a respeito do gênero que lhe foi designado, definindo-a como menino ou menina.

Institui-se todo um processo idealizado sobre a vida desse sujeito recém-nascido, e esse é um processo fundamentado basicamente em aspectos físicos divergentes entre pênis e vagina, diferenças estas que estão impregnadas por significados culturais. Esse ato de nomear o corpo ocorre exatamente no interior da lógica que pressupõe o sexo como algo anterior a cultura, ou seja, que precede a cultura, atribuindo sobre o corpo uma característica de imutabilidade, a-histórica e binária. Nesse aspecto, essa lógica vai influenciar na determinação do gênero e levá-lo a uma única forma-desejo. Isso significa que não há uma alternativa nessa lógica binária que sustenta o discurso normalizador pautado no aspecto biológico dos corpos.

Frente a esses fatores, os sujeitos LGBTs enfrentam a imposição de um regime chamado “heterossexualidade compulsória”, que diz respeito ao modelo das relações amorosas, afetivas e/ou sexuais entre indivíduos do sexo oposto. Uma boa parcela dessas representações ocorre por meio da mídia, desde novelas, cinema,

propagandas publicitárias, entre outras. Isso deixa claro que a ordem sexual vigente é a heteronormatividade firmada no modelo heterossexual, familiar e de reprodução. Tal quadro leva muitos homens gays a adotarem uma estética masculina, um estilo de vida hegemônico que os levam a se relacionar com outros homens que também reproduzem esse mesmo modelo. Desta forma se tornam verdadeiros agentes da heteronormatividade ao lutarem por demandas como o casamento ou a adoção, reproduzindo assim o modelo familiar heterossexual (MISKOLCI, 2015).

Colling (2018) argumenta que os estudos em torno da construção das identidades questionam, nessa perspectiva cultural, as razões de se atribuir um certo valor positivo para determinados corpos e não para todos os demais. É a partir disso que se compreende que processos históricos, políticos e econômicos forjam as maneiras pelas quais as identidades são constituídas.

Hall (2014) explica três concepções de identidade no decorrer do processo histórico da humanidade: o primeiro seria o sujeito do Iluminismo, cuja essência do indivíduo era a sua própria identidade; o segundo refere-se ao sujeito sociológico, em que a identidade seria estabelecida por meio da interação do homem com a sociedade; e, por fim, o sujeito pós-moderno, que estaria desprovido de uma identidade fixa, engessada, essencial e que o reduziria a uma permanência identitária. Antigos modelos identitários permaneceram por muito tempo aparentemente estabilizados e, nos últimos anos testemunhou-se o surgimento de uma gama de identidades. Essas transformações têm posto em xeque modelos hegemônicos com seu declínio progressivo, já que passam a dividir espaços com identidades responsáveis por fragmentar o sujeito moderno, este até então compreendido como um indivíduo unificado socialmente.

A identidade significa o ponto de encontro entre discursos e práticas que visam convocar o indivíduo a assumir determinados lugares sociais que produzem subjetividades e poder de fala. As identidades são posições que o ser humano é forçado a assumir, embora elas sejam representações que são construídas a partir de um lugar e nunca são idênticas em relação ao outro (HALL, 2014).

Pois as identidades só são possíveis de serem construídas em relação à existência do outro, daquilo que difere entre os sujeitos, ou seja: para que haja a identificação do indivíduo como homem, é necessário que tenha a existência da mulher. Do mesmo modo, para que alguém se identifique como heterossexual, é preciso a existência do homossexual, em um processo dialógico e relacional. Esse

“outro”, que muitas vezes os discursos ou atitudes buscam apagar da existência, exerce um importante papel na construção do texto identitário dos demais sujeitos que visam exterminá-lo (COLLING, 2018).

Tomaz Tadeu da Silva (2014) define a identidade não como algo pronto e da essência da natureza, até porque ela não é fixa, estável, única e permanente e muito menos homogênea, definida e transcendental. É possível afirmar que ela é uma construção, um processo de produção inacabada e muito ligada aos sistemas de representação e relações de poder. A identidade sempre vai depender do outro, do diferente para que se saiba quem se é, até porque ela só adquire sentido por meio da linguagem que irá elaborar o texto identitário, uma vez que a linguagem antecede a existência do sujeito quando nasce, ou seja, as palavras e as coisas já estão dadas no mundo.

As identidades são claramente marcadas através de símbolos e representações que tendem a contribuir e valorizar determinadas identidades em detrimento de outras. Por exemplo, uma representação da teledramaturgia brasileira não só retrata uma determinada realidade, como também contribui na construção e manutenção de certos estigmas sobre determinados grupos e identidades. Diante disso, muitos ativistas dos direitos LGBTs nunca tratam como irrelevantes essas representações estereotipadas de homens gays nos meios midiáticos, muito pelo contrário, pois essa disputa e luta por representações se torna uma das principais bandeiras de luta política de muitos grupos sociais organizados.

Mas deve-se atentar ao fato de que muitos coletivos agrupados em certas identidades também não são homogêneos, a exemplo do próprio movimento LGBT, que possui pautas políticas e identitárias muitas vezes divergentes entre si (COLLING, 2018). As identidades LGBTs se constroem pautadas no gênero e orientação sexual que são elaboradas por meio do discurso e construção do outro. Nesse sentido, a orientação afetiva entre pessoas do mesmo sexo ainda é um tabu em pleno século XXI.

Toda e qualquer pessoa procura estar inserida em um contexto social que a recepcione e a represente, no qual possa se sentir igual aos demais que a cercam, proporcionando-lhe um arcabouço para construir o ideal de identidade em que se sinta representada. Não há dúvida de que o indivíduo busca preservar sua subjetividade, aquilo que é próprio dele e que o distingue dos demais, pois as

relações sociais se constroem por meio da dinâmica entre igualdade e diferenças entre os sujeitos (QUEIROGA, 2015).

Há por parte da heteronormatividade uma tentativa de higienização das inúmeras identidades que fogem à regra heterossexual, como tentativa de forjar um ambiente de tolerância, de modo a domesticar os sujeitos LGBTs a pensar e a se comportar como heterossexuais. Desta forma, a mídia se torna uma grande aliada no sentido de produzir discursos que buscam normalizar esses indivíduos, ao firmar a inclusão daqueles que são monogâmicos, que possuem uniões estáveis, poder aquisitivo ou unidos pelo regime do casamento.

Ou seja, adotar normas e valores compreendidos como heterossexuais é uma alternativa encontrada pelo sistema para “higienizar” essas relações. Ao atribuir uma imagem de normalidade e aceitação social, consegue de certo modo reduzir os danos, sem colocar em risco a ordem vigente e a manutenção de privilégios em torno da hierarquização de atributos como raça, gênero, classe social, etc., o que tende a reforçar e legitimar as desigualdades existentes entre os diferentes grupos sociais (SEFFNER, 2006).

De acordo com Queiroga (2015), na vida em sociedade existe a tendência de nomear, definir, classificar e generificar as coisas e pessoas. Sempre ocorre a tentativa de definir, de rotular, de categorizar as coisas, porém na grande maioria das vezes, realidades complexas acabam sendo reduzidas a conceitos rasos e simplistas cujas definições não condizem com a realidade. Muito se fala sobre identidade gay como se esta fosse a essência desses indivíduos como algo estático, imutável, mas basta observar que ser gay no início dos anos de 1990 é muito diferente de ser gay no contexto em que estão inseridos os sujeitos LGBTs no Brasil de 2022.

Pensar em uma ideia de identidade gay tende a homogeneizar os indivíduos e enquadrá-los em certos padrões que acabam dando ênfase a um único aspecto em comum, que é a orientação sexual que se refere ao desejo por uma pessoa do mesmo sexo. Isso desconsidera as diferenças e subjetividades de cada ser humano, porque os classifica de forma única. Por isso, há uma criação discursiva que nomeia o sujeito homossexual e ao mesmo tempo acaba por produzir e definir esta mesma identidade como uma infração social que nega o direito de nomear a si próprio, já que essa nomeação se dá sempre através do olhar do outro (BUTLER, 2004).

As ideias apresentadas por Butler (2004) vão ao encontro do que afirma Woodward (2014), ao dizer que a existência da identidade é marcada por fatores relacionados à diferença, cujas marcas simbólicas poderão ocasionar efeitos reais a determinado grupo que será excluído socialmente, como desvantagens materiais. E o corpo é um dos locais onde se observa o estabelecimento de fronteiras que definem a existência do ser humano no mundo para formação e manutenção das identidades sexuais.

A cultura é peça chave para analisar o modo como os sentidos são construídos, e de como eles influenciam e organizam as ações e concepções que as pessoas possuem em relação a si mesmas e em relação ao outro. Assim como a cultura, a identidade gay é um discurso, e ambas carregam símbolos que visam unificar os diferentes membros, não importando a classe social, o gênero ou a raça, transmite-se a ideia de que todos comungam dessa suposta unidade identitária ou cultural (QUEIROGA, 2015).

Tanto isso é ilusório, que a cada momento novas identidades sexuais e de gênero surgem e a “*sopa de letrinhas*” aumenta, parafraseando o livro homônimo de Regina Facchini (2005), que já em meados dos anos 1990 apresentava uma previsão de que essas identidades coletivas viriam a aumentar e a lutar por visibilidade dentro do próprio movimento LGBT brasileiro. Desde então novas pautas têm sido colocadas por novos sujeitos que buscam ter suas identidades visibilizadas socialmente e suas existências respeitadas.

Segundo Queiroga (2015), é possível afirmar que a identidade gay é uma convenção social estabelecida por um grupo, mas deve-se atentar que essas identidades não estão consumadas, isto é, não são estáticas conforme já foi dito. Nesse aspecto, cria-se uma identidade gay semelhante à construção simbólica e discursiva da identidade nacional de um povo.

Ao se propor uma identidade homossexual, busca-se agregar sujeitos em torno de certas semelhanças e interesses em comum criando vínculos de pertencimento a um grupo. Até porque o ser humano busca se inserir em um contexto social que o acolha e o represente para ele se sentir parte daquele grupo. Isso resulta em um ideal de identidade mesmo preservando sua subjetividade que o diferencia de seus pares. Há nessa relação social, o desenvolvimento da dinâmica entre igualdade e diferenças, desde que essas diferenças não resultem em mais desigualdades.

O conceito de identidade gay, mesmo sendo muitas vezes generalizante, é de suma importância aos movimentos de militância, pois demarca a resistência à heteronormatividade e proporciona a união e o fortalecimento coletivo. Isso evidencia como o orgulho LGBT é importante para articulação política dos movimentos sociais: a resistência, a ocupação do espaço público, a formação de redes sociais de apoio e solidariedade decorrentes desse denominador comum, são componentes que auxiliam na construção de um modelo de identidade no enfrentamento ao preconceito e ao discurso de ódio (LAGO, 1999).

Segundo Woodward (2014), a concepção de uma identidade gay passou a ter uma função social, um posicionamento político que resulta na constituição de um sistema de representação dos sujeitos LGBTs. Nesse caso, houve a necessidade de visibilidade para exposição de lutas políticas por direitos, e a necessidade de possuir um nome que designasse o movimento de militância desenvolvido a partir dos anos de 1978, permitiu a construção de um sistema de representação em torno desse grupo.

Atualmente a Internet reforça esse sistema de representação, tornando-se uma grande ferramenta de exposição e divulgação de conteúdos voltados a diferentes sujeitos LGBTs no Brasil. É possível perceber uma amplitude de identidades e de discursos muito distintos daqueles existentes à época do surgimento daquele que era chamado de movimento homossexual brasileiro, processo tratado a seguir sobre a história do movimento LGBT no país.

2.2 HISTÓRIA DO MOVIMENTO LGBT NO BRASIL

Foi diante de uma conjuntura ditatorial na qual o Brasil estava inserido, que os movimentos sociais surgiram como oposição a um regime violento responsável por infringir os direitos dos cidadãos e minorias, que em reação se organizaram contra os abusos do regime militar. De acordo com Quinalha (2018), o controle autoritário da ditadura militar (1964-1985) recaía sobre materiais publicados com conteúdo erótico ou pornográfico, os quais eram monitorados, e não raras vezes apreendidos e incinerados, com alegação moralista incompatível em uma sociedade como a brasileira, a qual consumia constantemente esse tipo de material.

As demais produções audiovisuais, como música, cinema e teatro, foram impedidas de circular por violarem a moral e os bons costumes, especialmente quando faziam referência à sexualidade não heterossexual. A censura também estava presente nos canais televisivos, intervindo em suas programações com a retirada de quadros e cenas com personagens que apresentavam trejeitos femininos. Nos centros urbanos, as figuras das travestis, prostitutas e homossexuais incomodavam as “pessoas de bem” e o sistema autoritário. Assim, esses grupos minoritários passaram a sofrer perseguições, prisões arbitrárias, torturas e desaparecimentos pelo simples fato de externalizarem em seus corpos os sinais que expressavam suas sexualidades ou identidades de gênero consideradas dissidentes por não reproduzirem a heteronormatividade (QUINALHA, 2018).

Havia um forte controle repressivo do Estado e de seus agentes na vigilância e controle dos corpos e de possíveis opositores ao regime, em que o simples fato desses sujeitos minoritários existirem já denotava um sério risco ao sistema. Ser qualquer pessoa pertencente a uma dessas categorias expressas acima, já a colocava em um patamar de inimiga em potencial e numa situação vulnerável em relação aos valores tradicionais da família brasileira.

A crise mundial do petróleo ocasionou fissuras no sistema político brasileiro, que promoveu o processo de abertura política com a revogação do AI-5 (Ato Institucional nº 5), decretado em dezembro de 1968 pelo presidente Costa e Silva. O AI-5 outorgava ao presidente da República amplos poderes de decisão, desde fechamento de câmaras municipais de vereadores e até mesmo o próprio Congresso Nacional. Esses atos se concretizaram com a nomeação de interventores para qualquer cargo executivo, bem como a cassação de direitos políticos de qualquer cidadão e a suspensão do recurso ao *habeas-corpus*, além do desaparecimento arbitrário de pessoas.

Durante esse processo de abertura, pelos idos de 1978 e 1979, a censura foi “suspensa” e decretou-se a anistia aos presos políticos por meio da Lei nº 6.683 de 28 de agosto de 1979, mas isso não significou o fim da repressão exercida pelo Estado e pelos seus agentes (MARIUSSO, 2015). Ao longo desse período, novos contornos democráticos e a emergência de vozes na cena pública com demandas por novos direitos, colocaram em cena novas pautas, reconfiguraram a sociedade brasileira e problematizaram as questões vigentes daquele momento (RODRIGUES, 2010).

No final dos anos de 1960 e início dos anos 1970 é possível constatar uma certa ambiguidade fundamental, pois ao mesmo tempo em que as liberdades sexuais eram vigiadas e perseguidas, surgiam diversas boates, bares e espaços de “pegação” e sociabilidade entre homossexuais que conviviam com a repressão estatal, principalmente nos espaços públicos em que esses sujeitos frequentavam (QUINALHA, 2018). Na capital paulista essa rede de sociabilidade podia ter início na famosa boate dos anos de 1970, a *Galeria Metrôpole*, mas também se estendia por diversos outros espaços, como a praça Roosevelt, Largo do Arouche, rua Vieira de Carvalho, dentre outros (MAIOR JÚNIOR, 2015).

Foi nesse contexto conturbado e de oposição ao regime instituído pelo golpe militar que surgiu, anos depois, um grupo de intelectuais responsável por colocarem em cena novos atores sociais com a publicação do primeiro jornal gay no Brasil em 1978. Segundo Simões e Facchini (2009), não se pode esquecer que o movimento social pelos direitos das minorias sexuais no Brasil se articulou no exato momento em que amplos setores sociais se mobilizavam a favor da democracia, da liberdade de expressão e da luta por direitos democráticos. Antes mesmo de uma compreensão política de resistência e luta por parte dos sujeitos LGBTs, em meados dos anos de 1970, já havia uma rede de sociabilidade entre homens gays que envolvia bares, boates, shows de teatro, revista, fãs-clubes de cantoras de rádio, imprensa alternativa, lugares de contatos afetivos e homoeróticos no eixo Rio-São Paulo (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

Apesar da relevância desses espaços de sociabilidade entre homens gays e suas experiências homoafetivas, Simões e Facchini (2009), afirmam que essas ocupações ainda não representavam um movimento político, pela ausência de uma conscientização política por parte desses homens. Diferentemente do que viria a ocorrer no final dos anos de 1970, época em que ficou mais visível uma consciência política homossexual, porém ainda muito associada à figura masculina em relação aos demais grupos que viriam a encabeçar o movimento LGBT décadas depois, como é o caso das mulheres lésbicas e pessoas transexuais.

Nesse contexto de sociabilidades que as identidades começaram a ser gestadas para a conscientização política, construída pela mídia impressa no Brasil durante a ditadura militar e que permitiu que novos atores sociais pudessem se tornar visíveis e representados nas páginas de um jornal.

Simões e Facchini (2009) dividem em três principais momentos que marcaram o movimento LGBT no Brasil. O primeiro, ocorreu nos anos de 1970, época do movimento homossexual formado por intelectuais paulistas e cariocas cuja principal pauta era a democracia. Seguido pelos anos de 1980-1990, etapa de luta contra a epidemia HIV/AIDS e a criação das ONGs; e a fase atual, de fragmentação identitária, surgimento de um mercado consumidor voltado à comunidade LGBT e de garantia de direitos reconhecidos pelo Estado.

Foi somente no final dos anos de 1970 que diversos setores da sociedade civil se mobilizaram na luta pelo retorno da democracia contra o autoritarismo do governo ditatorial. Ampliou-se a rede de sociabilidade das minorias sexuais, as quais se tornaram presentes em temas musicais, em peças de teatro, em obras de arte e na televisão. Alguns artistas romperam com os códigos sociais conservadores da época e colocaram em cena seus trabalhos que tematizavam a homossexualidade. Foi o caso do movimento musical Tropicália, o grupo teatral *Dzi Croquettes*, as performances irreverentes e despudoradas de Ney Matogrosso, dentre outros.

As artes e a cultura tiveram um grande destaque com as produções que abordavam o machismo, as desigualdades sociais, o racismo, a discriminação e a violência contra as minorias sexuais. Foi diante desse cenário contestatório que emergiu aquele que é considerado o marco do movimento homossexual brasileiro, o jornal *Lampião da Esquina* (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

O jornal *Lampião da Esquina* surgiu em abril de 1978 no formato de imprensa alternativa, e foi produzido por um grupo de intelectuais composto por escritores, jornalistas, artistas e professores universitários que tinham forte envolvimento com os movimentos sociais. Eram eles, os escritores Aguinaldo Silva e João Silvério Trevisan; o professor Peter Fry; o jornalista e tradutor Adão Costa; o pintor Darcy Penteado; o advogado, jornalista e tradutor João Antônio Mascarenhas; o jornalista, tradutor e crítico de cinema Clóvis Marques; o jornalista, escritor e crítico de arte Francisco Bittencourt; o jornalista e escritor Gasparino Damata; o crítico de cinema e professor Jean-Claude Bernadet e o jornalista Antônio Chrysóstomo (RODRIGUES, 2018).

O jornal era produzido no Rio de Janeiro e comandado por Aguinaldo Silva e a sucursal de São Paulo comandada por João Silvério Trevisan. Os intelectuais que o compunham foram influenciados pelo movimento gay estadunidense, principalmente pela figura de Winston Leyland, que era diretor do jornal *Gay*

Sunshine, editado em San Francisco. Leyland inclusive veio ao Brasil no ano de 1977 e ministrou algumas palestras e cedeu entrevistas na mídia impressa de grande circulação como *Veja*, *IstoÉ*, *O Globo* e *Folha de São Paulo*.

O jornal *Gay Sunshine* possuía um misto de artigos sobre cultura, política e questões sociais sobre os homossexuais nos Estados Unidos e de outras partes do mundo. Fato curioso é que João Antônio Mascarenhas era o único assinante do jornal na América do Sul e quando Winston Leyland resolveu lançar uma antologia de escritores homossexuais latino-americanos, solicitou ajuda de João Antônio Mascarenhas, que atuou como coordenador. Ele entrou em contato e combinou reuniões com escritores e entrevistas com a imprensa do Rio de Janeiro e São Paulo. O trabalho resultou em duas antologias “*Now the Volcano*” e “*My Deep Dark Pain is Love*” sendo essas as circunstâncias que motivaram o grupo de jovens intelectuais brasileiros a fundar o primeiro jornal gay em terras tupiniquins (HOWES, 2003).

De acordo com Rodrigues (2018), antes do surgimento do jornal *Lampião da Esquina*, toda a imprensa voltada ao público gay masculino era dirigida por e para grupos de amigos de maneira muito frágil e limitada como, por exemplo, o jornal *Snob*, criado por Agnaldo Guimarães em meados dos anos de 1963 e que circulou até 1969. É considerado o primeiro veículo voltado para homossexuais e divulgado apenas no Rio de Janeiro, feito de modo artesanal, mimeografado e distribuído entre amigos e simpatizantes pelas ruas e orlas das praias de Ipanema e Copacabana. Nesse período que se observa surgir uma imprensa gay, ainda que de forma muito limitada e restrita, mas sem contudo anular o potencial identitário dos homens gays da época, resultando anos depois em uma mídia impressa com um alcance e representatividade muito maior.

De acordo com MacRae (1990), entre os anos de 1960 e começo de 1970, chegaram a circular vinte e sete publicações gays no Brasil, e algumas dessas publicações eram verdadeiras obras de arte artesanais feita por seus idealizadores. O *Snob* era um veículo que buscava registrar as festas e reuniões deste grupo de amigos e informar locais de encontros entre homens gays, moda e comunicar sobre os últimos acontecimentos na cidade carioca.

Independentemente do número reduzido de tiragens e quase que exclusivamente voltado a um grupo limitado, não se pode desconsiderar o pioneirismo e originalidade do material que representava a visão política dos

editores e do público leitor bem como a construção de identidades homoafetivas. Contudo, no início dos anos de 1960, não houve apenas publicações do *Snob*, mas outras também muito restritas como *Le Femme*, *Subúrbio à Noite*, *Gente Gay*, entre outras. Já em Niterói, existiam *Os Felinos*, *Opinião*, *O Mito*; em Campos tinha o *Le Sophistique*; na Bahia compunham essa imprensa alternativa os jornais *O Gay* e o *Gay Society*, *O Tiraninho*, *Fatos e Fofocas*, *Baby Zéfiro*, *Little Darling* e *Ello* (RODRIGUES, 2018).

Maior Júnior (2015) contribui por trazer à cena outros periódicos que circularam na época em alguns estados como São Paulo com *Bondinho*, de 1970; na Bahia com o *Verbo Encantado* também no mesmo ano e no Rio de Janeiro com *Flor do Mal* e *Presença*, ambos em 1971. É notória, portanto, uma efervescência nas pequenas produções alternativas que deram início ao que viria a ser uma imprensa gay brasileira. Esses trabalhos não podem ser desconsiderados de sua importância ao exercerem uma rede de sociabilidade entre homens gays e de uma aparente representatividade, mesmo que pequena e localizada em regiões pontuais onde circulavam esses periódicos.

Em abril de 1978 chegava nas bancas de jornais do país a edição experimental número zero do jornal *Lampião* e foi a partir da edição de número um que passou a ser denominado de *Lampião da Esquina*. O título foi pensado de forma proposital e ambígua, porque a esquina representa oportunidade de se seguir por outros caminhos assim como parecia – para aquele grupo de onze homens gays que se apresentavam como Senhores do Conselho – ocorrer com a própria sexualidade humana.

Quanto à palavra “lâmpião”, esta vinha imersa em significados, pois sugeria a iluminação de um local escuro, referência à ideia da obscuridade do meio homossexual e de suas relações homoafetivas clandestinas. A palavra “lâmpião” também era uma referência indireta e provocativa à figura do mítico cangaceiro Lampião, símbolo da masculinidade e virilidade do homem nordestino (MAIOR JÚNIOR, 2015).

Observa-se ainda o elevado prestígio intelectual dos integrantes fundadores do jornal *Lampião da Esquina*, pois em seu lançamento, em abril de 1978, estavam presentes diversos jornalistas além de contar com a ilustre presença do cantor Aguinaldo Rayol, que fazia grande sucesso na época, bem como o relevante apoio

de importantes segmentos da grande imprensa, como foi o caso da revista *IstoÉ* que divulgou em suas páginas o evento (MAIOR JÚNIOR, 2015).

Simões e Facchini (2009) afirmam que a proposta do jornal era uma saída do gueto, um meio útil para difundir o pluralismo e os diferentes pontos de vista sobre questões que permeavam as minorias sexuais e de gênero. Isto se tornou realidade com a publicação de matérias sobre movimento feminista, movimento negro, transexualidade, sadomasoquismo, povos originários, comunidade carcerária, ecologia e até mesmo o uso de maconha.

Outros temas como as condições dos indivíduos que se dedicavam à prostituição masculina e feminina, através de reportagens e entrevistas com travestis, garotas e garotos de programa também compunham as matérias do jornal. Com circulação em aproximadamente quatorze capitais do país e com venda de 14 a 25 mil exemplares por mês, o *Lampião* se diferenciou dos seus antecessores, não só por conta da sua tiragem, mas também pela sua periodicidade e corpo editorial.

Seu caráter inovador e ousado projetou a luz necessária para representar e dar visibilidade às vivências e experiências aos sujeitos de gênero e sexualidade, colocando em pauta temas marginalizados pela sociedade conservadora da época.

O jornal tentou atingir a um público muito diverso e com muitas particularidades. A identidade do seu público pode ser percebida pela diversidade de assuntos que o jornal abarcou. Tratava de bichas, gueis, entendidos, viados, homossexuais, travestis, negros, mulheres, feministas, ecologistas etc. A proposta de criar uma consciência homossexual, assumir-se e ser aceito, foi desenvolvida no *Lampião da Esquina* por meio de denúncias, opiniões e reportagens. Nessa perspectiva, o jornal procurava muito mais por uma identificação com aquele que o lê do que afirmar uma identidade monolítica (RODRIGUES, 2018, p. 240).

Era uma louvável tentativa de abarcar uma maior pluralidade de grupos e identidades para obter maior força na promoção de mudanças na sociedade e possibilitar um espaço de voz na luta pelos direitos das minorias. Durante o período em que o jornal circulou pelo país, chegaram a ser publicadas várias entrevistas com figuras importantes da época, tanto do meio artístico, literário, político e de militância, como também de pessoas anônimas.

Dentre os entrevistados havia o cantor Ney Matogrosso, o estilista Clodovil Hernandez, a atriz Norma Bengell, a escritora Cassandra Rios, a cantora Lecy Brandão, a deputada federal Marta Suplicy, Abdias do Nascimento, Fernando Gabeira, Luís Inácio Lula da Silva, prostitutas, travestis, juízes, advogados,

escritores e diretores de teatro e cinema, garotos de programa, dentre tantos outros (MARIUSSO, 2015).

O ano de 1978 apresentou uma certa especificidade por ter dois fatores importantes: um deles foi a redemocratização, e o outro o surgimento do movimento homossexual brasileiro (MHB), juntamente com demais grupos compostos por mulheres feministas e pelo movimento negro que lutavam a favor do retorno da democracia. Não há dúvidas de que o jornal impulsionou e fortaleceu diversos grupos minoritários no país, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, e que João Silvério Trevisan foi uma figura importante no período, porque além de editor do jornal *Lampião da Esquina*, ele foi um dos fundadores do grupo *Somos*, na capital paulista (MARIUSSO, 2015).

A idealização do grupo tinha como referência o jornal da extinta *Frente de Libertação Homossexual da Argentina* e estava associado à ideia do sujeito em assumir sua orientação sexual homoafetiva. O surgimento do grupo *Somos*, foi resultado de quase uma dezena de encontros entre grupos de estudantes universitários, profissionais liberais e intelectuais em defesa dos direitos dos homossexuais, movimentação que se intensificou no decorrer do ano de 1978 (RODRIGUES, 2010).

De acordo com afirmação de Rodrigues (2018), pode-se dizer que a história do movimento homossexual brasileiro se confunde com a história do jornal *Lampião da Esquina*. O grupo *Somos* surgiu primeiramente em São Paulo e depois teve uma representação no Rio de Janeiro, sendo o primeiro grupo homossexual organizado no Brasil. Ele foi criado alguns meses após o lançamento do jornal *Lampião da Esquina* chegar nas bancas de jornais de todo o país. O marco temporal da história do movimento LGBT no Brasil ocorreu em 1978 por meio desses dois acontecimentos: a criação do jornal *Lampião da Esquina* e a fundação do grupo *Somos*. Ambos simbolizaram um divisor de águas na luta por direitos e pela diversidade ao deixar um vasto campo de possibilidades às gerações que vieram a seguir.

Durante toda essa trajetória de avanços e de reconhecimento, muitos foram os desafios enfrentados, principalmente com a epidemia do vírus HIV/AIDS que eclodiu nos anos de 1980, fazendo pauta da saúde mais uma reivindicação da comunidade LGBT (QUINALHA, 2018). Esse fato obrigou a sociedade brasileira a criar um debate público desvinculado do moralismo, conjuntamente com aparato

estatal e com a mídia, reformulando concepções arraigadas no preconceito sobre as sexualidades e as minorias sexuais. Aos poucos, a sociedade conscientizou-se que a propagação da doença não era exclusiva dos homens homossexuais. Diante desse quadro, as autoridades médicas elaboraram e defenderam instrumentos de contenção das doenças sexualmente transmissíveis (RODRIGUES, 2010).

Em junho de 1981 chegou às bancas a última edição do jornal *Lampião da Esquina*, e vários fatores contribuíram para o fim do periódico. Um deles foi por problemas internos, pois havia discordâncias políticas e ideológicas entre os integrantes, principalmente entre João Silvério Trevisan e Aguinaldo Silva. O jornal também passou por uma grande crise financeira, em razão do baixo número de anunciantes. Outro fator foi o início de abertura política que proporcionou com que a grande imprensa começasse a publicar conteúdos que até então eram apenas divulgados pela imprensa gay. Nesse momento houve uma apropriação das homossexualidades como um produto mercadológico para ser vendido nas bancas de jornais (MARIUSSO, 2015).

Várias outras revistas surgiram e desapareceram em poucos anos como foi o caso do jornal *Nós Por Exemplo* que foi publicado em dezembro de 1991 e desapareceu no segundo semestre de 1995. Mas nessa época a imprensa gay já havia crescido e algumas revistas já ocupavam discretamente as bancas de jornais do país, como por exemplo, a *Sui Generis*, que teve sua primeira edição em dezembro de 1994 e saiu de circulação em março de 2000. Todavia não se pode esquecer da famosa *G Magazine*, lançada em outubro de 1997, com encerramento em junho de 2013, após 16 anos de existência (RODRIGUES, 2018).

Com a eclosão da Internet e sua facilidade de acesso, as publicações impressas foram enfraquecendo, pois eram caras e quase nunca tinham patrocinadores, o que resultava no fechamento desses periódicos. Ao contrário das produções no espaço virtual, que são mais baratas é a indústria voltada ao entretenimento adulto que vai se beneficiar com essas mudanças (PÉRET, 2011; RODRIGUES, 2018).

Vale lembrar que existiram outras revistas que circularam ao mesmo tempo em paralelo à *Sui Generis* e *G Magazine*, mas estas foram as mais conhecidas. O encerramento de publicações não se reduziu apenas aos periódicos, mas também aos grupos de militância que surgiram e foram sobrepostos por outros. O grupo *Somos*, logo em seguida, no ano de 1983, também encerrou suas atividades, mas

em contrapartida, nesse mesmo ano surgiu o Grupo Gay da Bahia (GGB) que se mantém até os dias atuais como uma importante fonte de informação e conhecimento na luta LGBT no Brasil. Esse foi o primeiro grupo voltado às minorias sexuais a obter registro como sociedade civil sem fins lucrativos (RODRIGUES, 2010).

De acordo com Jesus e Galinkin (2011, p. 285), “a primeira manifestação pública realizada no Brasil pelos direitos de homossexuais ocorreu em 13 de junho de 1980, uma passeata contra a homofobia policial em São Paulo”. Em 28 de janeiro de 1995, outra passeata teve destaque, dessa vez na capital carioca, promovida com o objetivo de denunciar a discriminação contra a população LGBT e informar sobre a importância do uso de preservativos para estimular práticas sexuais mais seguras ante a epidemia do HIV/AIDS.

O ato teve grande repercussão e é considerado antecessor da primeira *Parada do Orgulho LGBT no Brasil*, que ocorreu em 1997 na cidade de São Paulo. Desde 2004, a *Parada do Orgulho LGBT* realizada na capital paulista, é considerada a maior do mundo e uma das maiores mobilizações populares do país, atraindo milhões de pessoas de diversos países para prestigiar o evento.

Dentro dessa trajetória histórica, Facchini (2005; 2009) e Quinalha (2018), ressaltam as mudanças que ocorreram nas siglas do movimento, que de 1978 a 1993 era descrito predominantemente como MHB (movimento homossexual brasileiro); depois de 1995 apareceu como movimento GLT (gays, lésbicas e travestis), e a partir de 1999, representado como GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e travestis).

Mas foi em 2005 no *XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros* que foi aprovado o uso da sigla GLBT, no qual foi incluído oficialmente a letra “B” de bissexuais e convencionou-se que o “T” é um termo guarda-chuva que abarca as identidades de gênero travesti, transexual e transgênero. Uma nova mudança ocorreu no ano de 2008, na *Conferência Nacional GLBT*, aprovou-se o uso da sigla LGBT para referir-se ao movimento, a justificativa foi proporcionar uma maior visibilidade às mulheres lésbicas.

O decreto que previa a realização da 4ª *Conferência Nacional LGBT* em novembro de 2019, foi assinado pelo presidente interino Michel Temer e estava dentro do programa orçamentário. Contudo, apesar de aprovado e publicado no *Diário Oficial da União*, a conferência não chegou a ocorrer, e não foram prestados

esclarecimentos sobre o cancelamento pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, pasta que tem demonstrado obscurantismo e omissão às pautas LGBTs.

As paradas pela diversidade possuem o caráter de resistência política ao se oporem à ordem vigente imposta à diversidade sexual e de gênero dos sujeitos que reivindicam por igualdade na legislação brasileira. Assim, as Paradas LGBTs têm como objetivo exigir do Estado e de seus agentes públicos a garantia pela igualdade de oportunidades e de direitos como todo e qualquer cidadão brasileiro. O ato visa mostrar à população a pluralidade de identidades que compõe a comunidade LGBT como parte do cotidiano e de normalidade da vida dos sujeitos que buscam obter legalidade, legitimidade e reconhecimento em relação às suas identidades e orientações sexuais (JESUS; GALINKIN, 2011).

A luta por direitos e reivindicações no campo da medicina e do legislativo continuaram firmes à medida que foram avançando em suas pautas. Nos anos de 1980, oficializou-se a aguardada despatologização da homossexualidade, que foi retirada da lista de doenças do então Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps). Com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, no Congresso Nacional, destinada a se elaborar uma Constituição democrática, houve uma intensa campanha de grupos minoritários pela vedação à discriminação por orientação sexual, mas a tentativa foi derrotada durante a votação do tema (QUINALHA, 2018).

Foi somente em 1995 que surgiu a primeira tentativa de autorizar a união civil entre pessoas do mesmo sexo. A então Deputada Federal Marta Suplicy apresentou o Projeto de Lei nº 1.151/95, texto resultante do diálogo com os grupos minoritários. Entretanto, o projeto nunca foi à votação em plenário na Câmara dos Deputados, por conta da grande pressão de grupos religiosos e das bancadas conservadoras que compunham o Legislativo brasileiro (ARAÚJO; RIVERA, 2017).

Segundo Rodrigues (2010), mesmo com a imposição do Congresso Nacional em estabelecer barreiras para a garantia de direitos aos sujeitos LGBTs, o sistema judiciário tem produzido jurisprudências favoráveis à comunidade, como por exemplo a concessão de direitos de herança e previdenciários, guarda de filhos de parceiro(a) falecido(a) e partilha de bens após o término da relação afetiva.

As decisões progressistas se multiplicaram especialmente na segunda década dos anos 2000. Em 2010, o Supremo Tribunal Federal (STF), reconheceu que casais gays possuem o direito de adotar filhos assim como os casais heterossexuais. No ano de 2011, o STF reconheceu a união estável entre pessoas homoafetivas, e em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), emitiu a Resolução nº 175 de 14 de maio de 2013 para casamento entre pessoas do mesmo sexo. Já o Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, publicado no Diário Oficial da União, garantiu o uso do nome social e reconhecimento da identidade de gênero.

Em 2018, o STF autorizou a alteração de nome e gênero no registro civil nos cartórios. No ano de 2019, o STF enquadrou a homofobia como crime de racismo, mas ainda não há legislação específica para o tema; em 2020, o STF suspendeu as restrições para doação de sangue por homossexuais e em 28 de junho de 2021 o STF concedeu liminar que obrigou o Ministério da Saúde a adotar medidas para atendimento médico às pessoas transexuais e travestis no Sistema Único de Saúde.

É importante ressaltar que a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006) incluiu políticas importantes para mulheres LGBT e tem sido usada pela justiça brasileira para coibir a violência doméstica contra mulheres transexuais e travestis. Em 2009, o Ministério da Saúde garantiu o acesso aos serviços de saúde pública a pessoas transexuais com um nome diferente do que consta na carteira de identidade (RG). No ano de 2017, Gisele Alessandra Schmidt, foi a primeira advogada transexual a subir na tribuna do Supremo Tribunal Federal. Esses avanços só foram possíveis de serem obtidos por conta da intensa luta do movimento LGBT nesses 43 anos de história no Estado brasileiro.

Em 2004 foi criado o *Programa Brasil sem Homofobia*, tornando-se um marco na luta pelo direito à dignidade, a cidadania e o respeito às diferenças resultado do reflexo da consolidação de avanços políticos, sociais e legais. Conquista obtida por meio de um intenso embate dos movimentos sociais ante o Estado brasileiro (BRASIL, 2004).

Em 17 de abril de 1997, o presidente Fernando Henrique Cardoso criou a Secretaria de Direitos Humanos, mas o Programa Brasil Sem Homofobia foi

[...] o primeiro documento governamental de políticas públicas voltadas especificamente à população LGBT no Brasil. Anteriormente no governo Fernando Henrique Cardoso houve a inserção de algumas ações dentro do Programa Nacional de Direitos Humanos I e II (IRINEU et al., 2019, p. 262).

É possível perceber que avanços e retrocessos ocorreram nas políticas públicas nos últimos anos no Brasil. Um exemplo claro nesse aspecto foi a extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, criado em 2015 durante o governo da presidenta Dilma Rousseff e extinto em 2016, após a posse do presidente interino Michel Temer que o recriou em 2017 com o nome de Ministério dos Direitos Humanos. Mas com o advento do governo de Jair Bolsonaro, em 2019, foi criado o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que tem procurado omitir a referência às populações LGBT e impedir o avanço das pautas referentes às questões de gênero e sexualidade.

O Brasil é um dos raros países no mundo a abrigar um museu com a temática de gênero e sexualidade. O Museu da Diversidade Sexual (MDS), foi criado por meio do Decreto nº 58.075, de 25 de maio de 2012, vinculado à Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. O museu visa pesquisar e divulgar o patrimônio histórico e cultural da comunidade LGBT brasileira e, especialmente, a trajetória paulista. Os outros dois museus são o *Schwules Museum* (Museu Gay) de Berlim, na Alemanha, fundado em 1985, e o *GLBT Historical Society*, localizado em São Francisco, nos Estados Unidos, inaugurado em 2003 (DENTERGHEM, 2021). A criação do Museu da Diversidade Sexual constitui, portanto, um marco importante para divulgação e preservação da memória e história da população LGBT, ainda mais por se tratar de um grupo que sofre violência e homofobia diariamente em todos os espaços.

O ambiente virtual se tornou um espaço de diálogo, de visibilidade e empoderamento dos sujeitos LGBTs e de luta política por direitos e garantias sociais. É um campo de informação e conhecimento a longo alcance, sem barreiras físicas que impeçam a comunicação entre os indivíduos independentemente do local em que estejam, rompendo o isolamento e impondo modificações nos padrões de comportamento. O que torna relevante discorrer sobre os elementos que permeiam o mundo virtual e de como esse ambiente proporciona uma rede de contatos entre sujeitos com interesses em comum.

3 O MUNDO VIRTUAL

As pessoas vivem hoje mergulhadas em um mundo em constante mudança e em uma velocidade cada vez maior de informações nas quais se veem bombardeadas diariamente. Essa rapidez e velocidade com que as informações se espalham mundialmente produz uma nova realidade que teve início a partir da segunda metade do século XX até os dias atuais.

Fio condutor das relações contemporâneas, a internet é capaz de propagar diversas informações para todo campo da vida humana. Ela é uma rede cujo tecido tem suas fibras interconectadas em um espaço de constante mutação. A sociedade em rede é o novo modelo de sociedade na qual a Internet é o meio de comunicação que permite transformações nas formas dos indivíduos se expressarem em escala mundial. Ser excluído dos meios de comunicação em rede é uma das formas mais danosas de exclusão social, política e cultural nos dias de hoje (CASTELLS, 2003).

De acordo com Péret (2011), foi na primeira década do século XXI que a internet provocou uma enorme revolução por meio da conexão e mobilização de indivíduos de diferentes culturas, idiomas, religiões e classes sociais. Favoreceu a democratização do acesso e produção de informações, proporcionou que pessoas de diferentes localidades do mundo pudessem expressar seus desejos, opiniões, modos de vida, suas orientações sexuais e identidades de gênero.

A internet é uma rede de comunicação global que proporciona a interação não apenas entre os indivíduos, mas também entre a economia e a sociedade. A nova economia é a economia da indústria da Internet que altera a maneira como as pessoas se comunicam e suas vidas são afetadas profundamente através desse novo campo de comunicação tecnológica. Ao utilizá-la de diferentes formas, as pessoas acabam transformando a própria Internet, já que um novo modelo sociotécnico emerge dessa interação virtual (CASTELLS, 2003).

Nesse contexto, o computador, e mais recentemente os *smartphones* marcando a transição para a “internet das coisas”, se torna um elemento de forte presença na vida cotidiana das pessoas. Em um primeiro momento como objeto de praticidade, “e depois como um poderoso meio de comunicação”, esses aparelhos configuram um marco representativo entre dois mundos: o real (offline) e o virtual (on-line) (TROMBKA, 2001).

Por ser uma rede de comunicação mundial, sua evolução ocorre em consonância com o pensamento e criatividade do ser humano, por meio do processo histórico, cultural e tecnológico da sociedade, com o surgimento de novas formas de sociabilidade on-line com base nos dados disponíveis no mundo digital (CASTELLS, 2003). Segundo Yamaoka (2011), a riqueza que a Internet proporciona aos indivíduos se materializa por meio de fortes marcas da era atual pela qual a humanidade tem passado: o aumento constante de informações que produz um fluxo infinito de dados, informações fragmentadas que muitas vezes dificultam a sua compreensão e o processo de globalização no qual o mundo está inserido.

A origem da internet remete a uma rede de computadores que foi montada pela *Advanced Research Projects Agency* (ARPA), em setembro de 1969. Mas a ARPA foi fundada em 1958 pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos com vistas a obter recursos de pesquisa, principalmente no campo universitário, com objetivo de obter um maior poder tecnológico militar em relação à União Soviética durante o período da Guerra Fria. O lançamento do primeiro *Sputnik* em 1957, ensejou uma relação belicosa e uma corrida espacial entre os dois países. A Arpanet nada mais era do que um pequeno programa que foi criado em um dos departamentos da ARPA, o *Information Processing Techniques Office* (IPTO), órgão fundado no ano de 1962 (CASTELLS, 2003).

Muito desse avanço tecnológico se deu pelo impulso de interesses militares e principalmente econômicos que vieram a promover mudanças no volume de informações geradas no sistema (YAMAOKA, 2011). Por se encontrar obsoleta, a Arpanet foi retirada de uso e a Internet foi libertada do ambiente militar em fevereiro de 1990, momento em que o governo estadunidense cedeu sua administração à *National Science Foundation*. Durante os anos 1990, a Internet cresceu de forma muito rápida como uma rede globalizada de redes de computadores (CASTELLS, 2003).

Por volta da década de 1990, a internet já se encontrava privatizada e detentora de uma arquitetura técnica aberta que possibilitava a interconexão de todas as redes de computadores em qualquer lugar do mundo. O desenvolvimento da *www* permitiu o funcionamento com *software* adequado e diversos navegadores de fácil utilização estavam disponíveis ao público. Entretanto, para a grande maioria dos indivíduos, tanto empresários quanto cidadãos em geral, foi somente no ano de 1995 que ela se popularizou comercialmente (CASTELLS, 2003).

Nesse ambiente em constante mutação como é a internet, existe uma gama de informações que tendem a ser afetadas por conta de diferentes idiomas, dialetos e aspectos culturais. Assim como, a mutabilidade de informação, tecnologias que são incompatíveis, além da existência de limitações em mecanismos de busca na *Web* (*World Wide Web* – Rede de Alcance Mundial). O volume atual de informações disponíveis no globo terrestre e o seu acelerado crescimento possui forte relação com a evolução tecnológica (YAMAOKA, 2011).

Entre os anos de 1990 a 1995, logo quando a internet foi privatizada, a proporção de redes não estadunidenses vinculadas à internet aumentou muito. O que era apenas 20% passou a ser 40% de todas as redes conectadas (CASTELLS, 2003). Não demorou para que o surgimento desse novo sistema eletrônico tivesse um alcance global e promovesse a integração de todos os meios de comunicação. Essa interação tem alterado a cultura e as relações entre os sujeitos nessa nova sociedade da informação, na qual a Internet é a sua espinha dorsal (CASTELLS, 2009).

Acima de tudo, a internet é resultado de uma criação cultural produzida socialmente, pois a cultura é composta por um conjunto de valores e crenças que produzem o comportamento dos seres humanos. A repetição reiterada de comportamentos geram costumes que são reproduzidos por instituições, assim como pelas organizações sociais informais estabelecidas nas relações entre os indivíduos, sendo por elas incorporadas. É sabido que a cultura é um constructo social que ultrapassa as vontades e desejos individuais, mas que acaba por influenciar as práticas dos sujeitos no meio ao qual estão inseridos, assim como tende a se enraizar nas instituições e organizações (CASTELLS, 2003).

Castells (2009) esclarece que a internet possui um alto grau de capilarização na vida dos indivíduos por conta de sua velocidade, o que a diferencia de qualquer outro meio de comunicação existente na história da humanidade. É sabido que nos Estados Unidos, a popularização do rádio levou aproximadamente trinta anos para atingir sessenta milhões de estadunidenses; enquanto que a televisão levou apenas quinze anos para sua difusão; já a Internet foi de tamanha velocidade que em três anos já havia estabelecido a sua teia mundial, iniciada a partir dos principais centros das megalópoles de todos os continentes.

Com isso, criam-se novas possibilidades de ação e de interação no mundo social, novas formas de relações sociais e novos formatos de relacionamento do sujeito com os demais e consigo mesmo. Porque as novas formas de interação se diferenciam dos moldes de interação face a face que caracterizam a maior parte das relações cotidianas. Esse novo padrão é capaz de promover ações em favor de terceiros fisicamente ausentes e/ou situados em regiões distantes.

O avanço tecnológico e os usos dos meios de comunicação promovem mudanças na organização espacial e temporal da vida em sociedade, o que faz com que sejam criadas outras formas de agir e interagir entre as pessoas, bem como o exercício do poder que não está mais relacionado ao compartilhamento de informações em um dado espaço geográfico tendo em vista o complexo processo de globalização (THOMPSON, 2014).

Nesse sentido, a cultura comunitária virtual insere uma dimensão diante do compartilhamento tecnológico, fazendo da Internet um meio de interação social seletiva e de interação simbólica entre as pessoas conectadas em rede (CASTELLS, 2003). A internet emerge na contemporaneidade como um novo meio de comunicação sob novos padrões de interação social. Os ambientes virtuais, alicerçados sobretudo em comunicação on-line, culminaram em uma desvinculação entre a localidade e a socialização. Isso resultou na formação de novos padrões seletivos nas relações sociais que acabaram substituindo as formas de interação espacialmente limitadas entre as pessoas em diferentes territórios (CASTELLS, 2003).

A internet também gerou uma mudança de paradigmas na sociedade em um mundo onde não existem mais fronteiras territoriais e espaciais para as interações sociais, através do alargamento de possibilidades de interação e comunicação entre indivíduos de diferentes lugares. A realidade social da virtualidade da internet, em sua grande maioria, está ligada ao trabalho, à família e à vida cotidiana. Isso fornece um novo contexto para se pensar as identidades na era da Internet, pois o mundo virtual ocasiona um impacto sobre o tempo das pessoas que acabam tendo uma maior interação social através das redes digitais (CASTELLS, 2003).

Os indivíduos não estabelecem laços significativos em sociedades locais, porém isso não significa que não possuam vínculos espaciais, talvez porque essas relações são selecionadas de acordo com afinidades. Padrões de distância espacial, por sua vez, tendem a não produzir um efeito importante sobre a sociabilidade, uma

vez que as redes substituem lugares como suportes da sociabilidade nos bairros e nas cidades em que as pessoas estão inseridas. Deve-se deixar claro que isso não quer dizer que a sociabilidade alicerçada em lugar não exista mais, até porque as sociedades não se direcionam para um modelo imutável de relações sociais, pois sabe-se da ampla diversidade de padrões de sociabilidade que constitui a peculiaridade da evolução social humana nas sociedades atuais (CASTELLS, 2003).

No mundo do século XXI, os atores sociais se encontram desterritorializados, desprendidos do aqui e do agora, ou seja, dos aspectos geográficos, espaciais e temporais. Esses indivíduos que se inserem na esfera virtual encontram-se livres das marcas sociais da rotina offline. Mas deve-se atentar que, o mundo virtual não é imaginário, pois ele produz efeitos reais sobre as pessoas (TROMBKA, 2001).

As comunidades são redes de laços interpessoais que permitem a sociabilidade, apoio mútuo, acolhimento e informação, promovendo um senso de integração e identidade social. Nesse aspecto, o fator decisivo é o deslocamento da comunidade para a rede como forma central de organizar a interação, por meio das escolhas e estratégias tanto dos sujeitos quanto das famílias ou grupos sociais.

A grande mudança se deu pela substituição de comunidades espaciais por redes como formas essenciais de sociabilidade sob o impacto promovido pela tecnologia. Atualmente o novo padrão de sociabilidade existente tem como característica o individualismo em rede (CASTELLS, 2003). Mas a realidade virtual não deve ser compreendida como algo falso, muito pelo contrário, pois ela carrega em si a potencialidade de realização, de criação de espaços não ocupados, rompe com a presença física imediata, e é um estado de não-lugares e não-presenças (TROMBKA, 2001).

A internet se tornou o suporte material para o individualismo em rede na manutenção de laços fracos no sentido de que raramente se constroem relações pessoais duradouras. Essa concepção se dá porque os indivíduos se ligam e se desligam da Internet com muita facilidade, pois os interesses mudam, as identidades necessariamente não se revelam e eles acabam migrando para outras experiências on-line. Em regra, as comunidades on-line são passageiras e muito dificilmente esse tipo de interação on-line se articula com a interação física.

A melhor forma de compreender essas relações é vê-las como redes de sociabilidade, com um formato que sofre variações e compostas por nuances segundo os interesses dos sujeitos. Nesse contexto, o modelo de funcionamento da

própria rede, e sobretudo através do algoritmo que define os seus interesses, gera uma ampla discussão filosófica sobre a construção das identidades na era da internet (CASTELLS, 2009; 2003).

Existe um leque de possibilidades na construção de novos elementos na estruturação de comunidades sem delimitações temporais e geográficas, mas com linguagens amplamente entendidas e compartilhadas em rede, independentemente da nacionalidade de seus participantes (TROMBKA, 2001). Atualmente essas mediações ocorrem em grande frequência não apenas por computadores, mas por meio de aparelhos móveis, principalmente celulares que a cada novo lançamento traz novidades aos seus usuários.

O individualismo em rede é um padrão social e não uma junção de pessoas isoladas. Muito pelo contrário, o que acontece é que os atores sociais elaboram suas redes, on-line e offline, de acordo com seus interesses, valores, afinidades, projetose visões de mundo. Com a flexibilização e o poder de comunicação da Internet, a interação social virtual tem desempenhado uma grande função na organização social como um todo. Isso porque as redes on-line podem formar comunidades virtuais, diferentes das físicas, contudo, isso não quer dizer que elas sejam menos intensas ou menos eficazes na produção de laços e na mobilização.

Essa característica ficou claramente visível na mobilização ocorrida nas redes virtuais durante a censura promovida pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro durante a Bienal do Livro. Conforme visto, a polêmica promovida online transcendeu o meio virtual, fazendo com que o fato obtivesse destaque na capa e páginas do jornal *Folha de S. Paulo* em sua edição impressa.

É possível observar na sociedade contemporânea o desenvolvimento de uma comunicação híbrida que reúne ao mesmo tempo o espaço físico e o “ciber” lugar que atua como suporte material no desenvolvimento do individualismo e em rede. Existe uma nova concepção de espaço, em que o físico e o virtual sofrem influências um do outro, projetando os alicerces para emergir as novas formas de socialização, os novos estilo de vida, bem como os novos modelos de organização social (CASTELLS, 2003).

A internet tem redefinido inclusive as relações de família em uma sociedade na qual os atores sociais tem experienciado novas formações de organização familiar. Esta tem tido suas fronteiras redefinidas por meio da prática do individualismo em rede. Isso ocorre por conta da grande flexibilidade que as pessoas

possuem em elaborar e reelaborar seus modos de interagir socialmente (CASTELLS, 2003).

Fica claro que a Internet pode contribuir para a amplitude dos vínculos sociais na sociedade contemporânea que tem demonstrado passar por um processo de individualização desde os primeiros passos da modernidade. Isso ocorre porque as comunidades virtuais não seguem os mesmos moldes de interação das comunidades físicas conforme já foi apresentado. É importante ressaltar que as conexões estabelecidas no ciberespaço possibilitam oportunidades de vínculos sociais para pessoas que sem essas redes teriam vidas mais limitadas, pois é no ambiente virtual que os sujeitos buscam alternativas para expressarem suas sexualidades (CASTELLS, 2009).

Os laços estabelecidos no mundo virtual se tornam uma fonte de resistência e de visibilidade para grupos sociais marginalizados, mantidos ocultos e invisibilizados por longos períodos. A internet, portanto, abriu uma gama de possibilidades a esses sujeitos terem voz e expressarem seus anseios na luta por direitos, como é o caso da comunidade LGBT, recorte adotado nessa dissertação. De fato, as pessoas estão reconstruindo os padrões de interação social por meio dos novos recursos tecnológicos disponíveis para criar uma nova forma de organização social que é a sociedade em rede (CASTELLS, 2003).

A internet é esse novo espaço social em que diferentes atores sociais se organizam por meio de plataformas digitais para produzir conteúdos diversos. Diante da carência de conteúdos voltados à comunidade LGBT que abordassem com humor e irreverência as vivências e experiências de homens gays, que em 2014 Pedro Henrique Mendes Castilho colocou no ar o canal “Põe na Roda”, cujo conteúdo foi escolhido para análise no presente trabalho.

3.1 *YouTube*

Nas últimas décadas o mundo passou por uma série de inovações científicas e tecnológicas que resultaram em crescente rede de informações que promoveram mudanças nas relações sociais, econômicas e culturais entre os indivíduos. A internet se tornou em uma importante ferramenta de informação e conhecimento nas redes digitais de comunicação em diferentes plataformas, a exemplo do *YouTube*.

A mídia tende a produzir e a reproduzir modos de ver e interpretar fatos, pessoas e acontecimentos, constituindo uma poderosa máquina de construir e desconstruir imaginários e estereótipos. Contudo, essa seleção e captura do real não ocorre de forma aleatória, muito pelo contrário, ela não é inocente e muito menos isenta de interesses. Dentro de cada meio de comunicação há um alinhamento da política editorial, pois é ela quem vai definir a identidade de um veículo, a maneira como cada um aborda e influencia o seu público e como expressa suas visões de mundo (PÉRET, 2011).

Com o encerramento da mídia impressa gay e com o advento da Internet, tornou-se possível pensar as especificidades de uma mídia social gay no espaço virtual, onde informação e conhecimento se misturam facilmente. Antes da chegada da plataforma do *Youtube*, houve outras redes de sociabilidade, como foi o caso do *Bate-Papo Uol*, *Orkut*, até mesmo o *Facebook*, e mais atualmente o *Instagram* tem ocupado grande espaço e atraído cada vez mais influenciadores digitais no uso desse espaço por meio de novas ferramentas para alcançar um maior número de seguidores.

O canal do *YouTube* intitulado *Põe na Roda*, que aborda diversos assuntos voltados aos homens gays, atravessando desde assuntos sobre saúde e cuidados com o corpo, até relacionamentos, práticas sexuais, dentre outros. Atualmente o *YouTube* é uma das plataformas que possui grande influência e conhecida globalmente, a qual alcançou a marca de 1.58 bilhões de usuários no ano de 2018, sendo que em 2011 a página já estava disponível em 34 diferentes línguas. Além de haver o compartilhamento de conteúdo audiovisual, também é possível aos seus usuários, por meio de um cadastro, dar *like* ou *dislike* (“curtir” ou “descurtir”), marcações que sinalizam se o usuário gostou ou não da postagem de determinado vídeo produzido. Isso influencia de forma positiva (*like*) ou negativa (*dislike*) na produção de conteúdos (BARTON; LEE, 2015).

O papel representado pela mídia impressa em décadas passadas como formadora de opinião, hoje é ocupado pelas atuais e crescentes mídias sociais como os canais do *YouTube*, *blogs* e *vlogs*, em que os sujeitos se apropriam dessas possibilidades oferecidas pela cibercultura e criam uma função social em relação a essas plataformas e sítios tecnológicos.

Desta forma, Castells (2003), afirma que:

A Internet é o tecido de nossas vidas [...] razão de sua capacidade de distribuir a força da informação por todo o domínio da atividade humana. Uma rede é um conjunto de nós interconectados [...] num ambiente em rápida mutação [...] subverter valores estabelecidos no processo de inaugurar um mundo novo. A emergência da Internet como um novo meio de comunicação esteve associada a afirmações conflitantes sobre a ascensão de novos padrões de interação social. Por um lado, a formação de comunidades virtuais, baseadas sobretudo em comunicação on-line, foi interpretada como a culminação de um processo histórico de desvinculação entre localidade e sociabilidade na formação da comunidade: novos padrões, seletivos, de relações sociais substituem as formas de interação humana territorialmente limitadas (CASTELLS, 2003, p. 7, 13, 98).

A internet já compõe a vida em sociedade e nela os seres humanos se mantêm interconectados por meio de diferentes recursos tecnológicos ao oferecer um amplo campo de novas formas de comunicação, informação e conhecimento no espaço virtual. Ao romper com os espaços limitados entre territórios e fronteiras, ela amplia o universo das interações entre os sujeitos de diferentes localidades com uma rapidez sem precedentes na história da humanidade.

O *YouTube* democratizou os meios de produção audiovisual em que qualquer pessoa com acesso à Internet ou *smartphone* pode transmitir o que pensa e sente para qualquer parte do mundo. Assim como ocorreu com a televisão, hoje os grandes anunciantes passam a dominar a plataforma, apesar que isso ocorre de maneira mais próxima de certos nichos de interesse. Vale lembrar que o site se utiliza de inteligência artificial e aprendizado de máquina a partir de dados que são fornecidos pelo próprio usuário. Durante a pesquisa o site sugere outros conteúdos que tenham alguma probabilidade de interesse do sujeito (RIBEIRO, 2019).

A sociabilidade homoerótica na era da Internet se tornou a nova forma de se articular a vida cotidiana. Essa ferramenta chamada *web*, que desde 1997 iniciou seu processo de expansão no Brasil com a internet comercial, foi transferindo, ampliando e até mesmo recriando o espaço de sociabilidade de sexualidades dissidentes. Com isso, a Internet revela sua face facilitadora de contatos e constituição de redes (MISKOLCI, 2009).

Segundo Zago (2011), é sabido que a produção de conhecimento por meio da Internet vem tendo uma maior relevância no campo das Ciências Humanas e Sociais desde a metade dos anos 1990, tornando-se ao mesmo tempo objeto, campo e instrumento de pesquisa. Pode-se dizer que a internet se infiltrou e se consolidou na

vida cotidiana das pessoas como uma parte importante, senão central, nas interações e comunicações com o outro por meio das mídias sociais.

Diante do exposto, toma-se como objeto de análise o canal do *YouTube*, “Põe na Roda”, pela sua trajetória como produtor de conteúdo para a Internet na produção de uma identidade homossexual masculina. Para Jenkins (2008), o *YouTube* é o novo ícone do poder midiático, o qual emergiu como um site essencial para produção e distribuição da mídia alternativa. É considerado o marco zero, pois promoveu uma ruptura nas operações das mídias de massa comerciais, provocada pelo surgimento de novas formas culturais de participação. É preciso compreender que o *YouTube* compõe uma organização cultural maior, pois, primeiramente, ele representa o encontro entre uma gama de comunidades alternativas variadas, as quais produzem uma mídia independente, mas agora reunidas por esse portal compartilhado.

De acordo com Baltar e Lepri (2019):

O *YouTube* é uma plataforma de compartilhamento de vídeos fundada em 2005 e comprada pelo Google em 2006. O site possui uma série de funcionalidades de interação entre os usuários, sempre a partir dos vídeos postados, com espaços para comentários e ferramentas de compartilhamento em outras redes sociais, privilegiando uma lógica na internet conhecida como web 2.0, em que a interação entre os usuários é o centro do seu funcionamento. O *YouTube* não é a única plataforma voltada para compartilhamento de vídeos, outras como Vimeo, Daily Motion e Twitch também oferecem um ambiente para upload e transmissão de vídeos ao vivo, porém o *YouTube* segue sendo o mais acessado com mais de 1 bilhão de usuários, segundo dados da empresa (BALTA; LEPRI, 2019, p. 170).

A página do *YouTube* permite que vídeos postados sejam compartilhados entre seus usuários, que comentários também sejam postados e que os indivíduos estabeleçam formas de interação nesse ambiente virtual. Deve-se deixar claro que ele não é o único meio de compartilhar vídeos, mas é a plataforma que possui maior acesso no mundo.

Segundo Jenkins (2008), ao promover um canal de distribuição de conteúdo de mídia amador e semiprofissional, o *YouTube* encoraja novas atividades de expressão por meio de criações de conteúdo para a Internet. Possuir um site compartilhado quer dizer que essas produções conseguem alcançar uma maior visibilidade do que se fossem apenas divulgados por canais separados e isoladamente. Além de significar uma exposição recíproca dos conteúdos, a rapidez

que se dá a partir de novas ideias e novos projetos, existe a colaboração que muitas vezes acontece de forma imprevisível entre as comunidades. Nesse sentido, o *YouTube* se tornou uma referência de indicador para os sites alternativos de produção e transformação que vem ocorrendo atualmente.

O *YouTube* hospeda conteúdo audiovisual de gêneros diversificados, de relevância social e com objetivos específicos para atingir um determinado público. Os vídeos variam em temáticas e produções que vão desde videocliques, transmissões ao vivo (*lives*), filmes, programas de TV e os conteúdos audiovisuais produzidos especificamente pelos *YouTubers* existindo uma gama de temas abordados por eles em seus diferentes canais (BARTON; LEE, 2015).

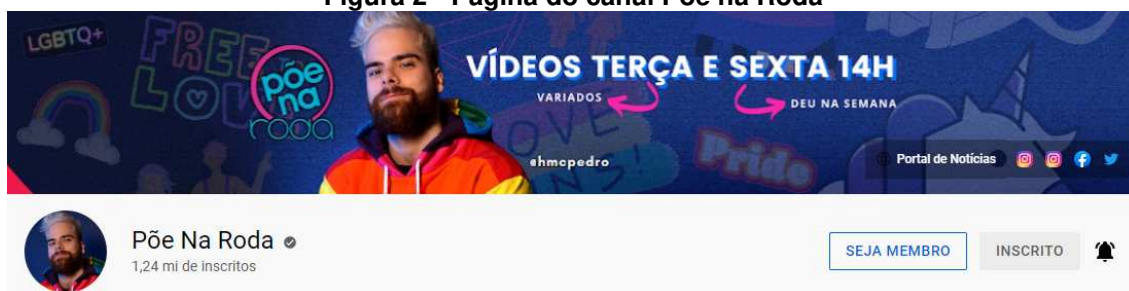
O conteúdo do *YouTube* pode ser caracterizado como uma “mídia espalhável” que se dá por meio das postagens de diferentes vídeos nas redes sociais, pois ao se pensar na produção desses conteúdos, automaticamente também se pensa na importância de sua distribuição na criação de valor e sobre a reformulação de sentido dentro da própria cultura do *YouTube* (JENKINS, 2008, p. 32-33).

Sem sombra de dúvidas, o *YouTube* afirma-se como um ambiente que favorece a efetivação de uma cultura participativa *on-line*, tanto pelo *YouTuber*, que utiliza a plataforma para expor questões de seu universo, quanto pelo olhar do próprio espectador que acaba encontrando nessa relação, uma aproximação com o influenciador digital. Expor questões de sua vida pessoal, portanto, tende a criar uma identificação maior com o público que o acompanha por meio das redes sociais (SOUZA; DARCIE; GOBBI, 2019). Diante do exposto, o tópico subsequente dedica-se a apresentar o canal “Põe na Roda”, de modo a compreender qual a identidade construída em torno dos vídeos postados nos seus três primeiros anos de transmissão no *YouTube*.

4 PÕE NA RODA: UM CANAL FORA DO ARMÁRIO

Esses aspectos podem ser claramente percebidos em relação ao canal *Põe na Roda*, criado pelo *YouTuber* Pedro Henrique Mendes Castilho, mais conhecido como Pedro HMC. O canal surge com o intuito de promover uma maior visibilidade em relação ao universo gay que é pouco explorado tanto na Internet como também na mídia tradicional que atende a outros segmentos.

Figura 2 - Página do canal Põe na Roda



Fonte: *YouTube* (2021).²

Nos primeiros anos do canal haviam outros dois colegas, Nelson Sheep e Felipe Abe, que ajudavam a produzir e editar os conteúdos que eram postados no canal. Após alguns anos Nelson e Felipe saíram do canal para dar sequência a projetos pessoais. Atualmente, Pedro HMC é o único à frente do canal, o qual produz, escreve, dirige e apresenta, às vezes tinha a participação de seu parceiro Paulo Vaz.

Fato importante a ser mencionado e ocorrido durante a escrita da presente dissertação, é que se constatou que o canal não apresenta novas postagens de vídeos desde março de 2022, pois no dia 14 do referido mês, aos 36 anos de idade, Paulo Vaz cometeu suicídio por conta de discursos e comentários transfóbicos na Internet que o atingiam. Pedro HMC afastou-se das redes sociais para viver o luto pela perda de seu parceiro. Até o momento sua assessoria não se pronunciou a respeito de seu retorno as redes sociais.

O canal *Põe na Roda* é produzido por gays e para gays. Está no ar desde 26 de janeiro de 2014 e tem mais de um milhão de inscritos, sendo assim o canal de maior visibilidade LGBT no Brasil. Ele não é o único, assim como também não foi o

² Disponível em: <https://www.youtube.com/c/PoeNaRoda> Acesso em: 18 mar. 2021.

primeiro, mas foi o pioneiro em abordar temas sobre a cultura LGBT com enquetes de humor e seu público alvo são os grupos em torno da comunidade LGBT.

Além de seus integrantes, o canal também conta com a participação de convidados que vão desde pessoas anônimas à artistas, cantores, *drag queens* brasileiras e internacionais, atores brasileiros e estrangeiros, apresentadores, *YouTubers* brasileiros e estrangeiros, personalidades conhecidas como a cartunista Laerte, o ator brasileiro de fama internacional do ramo do entretenimento adulto, Harry Louis, a cantora Preta Gil, dentre outros. Pessoas anônimas também são convidadas a participarem das gravações dos vídeos tanto em estúdio quanto em enquetes de rua.

No Brasil, o primeiro canal do *YouTube* a colocar em pauta as questões LGBT foi o *Canal das Bee*, comandado por Herbert Castro e Fernanda Soares. O canal surgiu em 20 de agosto de 2012 e possui 373 mil inscritos e 753 vídeos. Há outros canais que são produzidos e apresentados por pessoas LGBTs cujo conteúdo é voltado a esse público podendo ser citados alguns como, *Lorelay Fox*, *Mundo Paralelo*, *Bee quarentona*, *Gay Nerd*, *Transdiário*, *Louie Ponto* e *Chá dos 5*.

Vale lembrar que o canal *Põe na Roda* está presente em outras plataformas digitais como *Instagram*, *Facebook*, *Twitter* e um portal de notícias voltados à comunidade LGBT. No *YouTube*, as postagens ocorrem às terças-feiras com vídeos sobre assuntos diversificados, e às sextas com *Deu na Semana*, um resumo do que ocorreu no meio LGBT no Brasil e no mundo. Nesses oito anos que o canal está no ar, ele possui 658 vídeos postados na plataforma e um total de 226.120.390 visualizações e 1,24 mil inscritos.

O recorte da pesquisa engloba o período de 2014 a 2016, quando o canal começa a ter repercussão na Internet o que faz com que seus integrantes sejam convidados a participarem de programas de entrevistas na TV aberta, como por exemplo, o *Programa do Jô*, em 22 de setembro de 2014, exibido na Rede Globo; e no programa *Agora é Tarde* da emissora de televisão Band, em 3 de outubro do mesmo ano.

Em relação à quantidade de postagens referentes aos três anos iniciais do canal, foram selecionados 155 vídeos. Deste total, 15 vídeos foram analisados a partir das principais categorias que se revelam ao longo do conteúdo exibido. Os vídeos estão distribuídos da seguinte forma no decorrer do período observado:

Quadro 1 - Distribuição dos vídeos durante o período analisado

Ano	Vídeos
2014	7
2015	67
2016	81
Total	155

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022).

A partir dessas informações, as categorias para análise do canal *Põe na Roda* são: humor, preconceito, política, cultura/informação e família. Após nova triagem, para cada uma dessas categorias foram selecionados três vídeos que melhor abordam o tema proposto, totalizando 15 vídeos analisados. É importante ressaltar que outras categorias estão presentes nos vídeos, mas elas aparecem em menor quantidade. Isso não significa que em um único vídeo outras categorias não possam surgir, até porque elas surgem, são computadas, porém suas incidências são menos robustas em relação às cinco citadas anteriormente.

As demais categorias apresentadas nos vídeos são: direitos civis, consumo, transexualidade, bissexualidade, lesbianidade, saúde, religião, entrevistas e relacionamentos. Para isso, optou-se pelo método de Hermenêutica de Profundidade, pautada na técnica de Análise de Conteúdo. O método e a técnica auxiliam na compreensão de como esses temas são abordados pelo canal na construção da identidade LGBT nos três primeiros anos de existência na plataforma do *YouTube*.

4.1 HERMENÊUTICA DE PROFUNDIDADE

O sociólogo inglês John B. Thompson, formulou a Hermenêutica de Profundidade pautado nos filósofos Martin Heidegger (1889-1976), Hans-Georg Gadamer (1900-2002) e Paul Ricoeur (1913-2005). Estes autores afirmavam que o processo interpretativo não era um mero elemento da composição psicológica ou mental do ser humano, mas uma forma de ser e compreender como característica tipicamente humana (BASTOS; PORTO, 2011).

A interpretação realiza-se fundamentalmente como tradução de uma dada realidade social. É a forma como o homem capta o real, ou seja, o conhecimento do ser no mundo, e a Hermenêutica visa interpretar o que está originalmente escondido, distorcido pela tradição em que a sociedade está imersa. Ela busca

descobrir e revelar as possibilidades que ainda não foram percebidas por trás das mensagens, imagens, pinturas, dentre outras formas de comunicação (BASTOS; PORTO, 2011). Por isso, a Hermenêutica de Profundidade é de grande importância para os estudos em comunicação, principalmente quando diz respeito aos usos dos novos recursos tecnológicos voltados para a produção audiovisual, como é o caso dos vídeos do canal “Põe na Roda” na produção de formas simbólicas.

Segundo Thompson (1995), as formas simbólicas são maneiras que o sujeito encontra para expressar-se para si ou para outro(s). Elas são produzidas, construídas e empregadas por uma pessoa que, ao elaborar e empregar tais formas (ações, gestos, rituais, manifestações verbais, textos, programas televisivos e obras de arte, entre outras) procura dizer algo por meio dessas produções de acordo com cada contexto social. Além do mais, as formas simbólicas são também representações que apresentam, retratam e dizem alguma coisa sobre um dado objeto que vem carregado de significado(s).

É importante ressaltar que nem sempre os elementos que constituem as formas simbólicas são idênticos àqueles elaborados pelo sujeito que a produziu. Pois a interação social ocorre cotidianamente e esses produtos simbólicos sofrem a influência diária das ações humanas nesses contextos estruturados. Diante do exposto, “as formas simbólicas estão sempre inseridas em processos e contextos sócio-históricos específicos dentro dos quais e por meio dos quais elas são produzidas, transmitidas e recebidas”. Cabe ressaltar que os sujeitos não absorvem passivamente essas formas simbólicas, mas as incorporam de maneira ativa e criativa, e tendem a dar um sentido quando recebem essas produções (THOMPSON, 1995, p. 192).

As formas como essas produções simbólicas são entendidas, avaliadas e valorizadas podem variar de um sujeito para outro, pois depende da posição que cada um deles ocupa em instituições ou em campos socialmente estruturados. Essas variações ocorrem no caso de determinadas formas simbólicas e resultam em prestígio e respeitabilidade, e costumam ficar restritas a setores privilegiados da sociedade, como é o caso das artes e música clássica, por exemplo (THOMPSON, 1995).

Em se tratando das produções audiovisuais do canal “Põe na Roda”, no qual ocorre a postagem de vídeos semanais na plataforma do *YouTube*, é possível interpretar o conteúdo com base na afirmação de Thompson (1995), quando se

afirma que a difusão de formas simbólicas através dos meios eletrônicos se tornou um modo de transmissão cultural comum e até mesmo essencial na sociedade contemporânea, cuja cultura é eletronicamente mediada. As formas de transmissão oral e escrita, foram até certo ponto substituídas “por modos de transmissão baseados nos meios eletrônicos” (THOMPSON, 1995, p. 297).

Os ambientes virtuais possibilitam aos indivíduos se comunicarem em diferentes espaços, o que resulta em uma mudança de paradigmas na comunicação face a face. Essa dinâmica promove um tipo particular de interação por meio do tempo e do espaço que pode ser descrito como uma quase-interação mediada.

Thompson (2014) afirma que existem três tipos de interação criadas pelo uso dos meios de comunicação. A *interação face a face* que ocorre em um contexto de copresença no qual os sujeitos estão presentes no mesmo espaço e tempo, possui caráter dialógico que resulta em ida e volta no fluxo de informação e comunicação (THOMPSON, 2014). Já a *interação mediada* necessita de um meio técnico para ocorrer. Nesse caso, papel, fios elétricos, ondas eletromagnéticas, dentre outras que permitam “a transmissão de informação e conteúdo simbólico para pessoas situadas remotamente no espaço, no tempo ou em ambos”, pois estes sujeitos podem estar em diferentes contextos espaciais ou temporais. Eles “não compartilham o mesmo referencial de espaço e de tempo” e há pouco fornecimento de dispositivos simbólicos nessa relação. Esse tipo de interação possui um caráter mais aberto do que as interações face a face porque os sujeitos precisam “se valer de seus próprios recursos para interpretar as mensagens transmitidas” por meio de cartas, conversas telefônicas, entre outras (THOMPSON, 2014, p. 121).

Por fim, a *quase-interação mediada* possui um caráter monológico e resulta na produção de formas simbólicas para uma quantidade indefinida de receptores potenciais. Nesse aspecto ela produz um certo tipo de situação social na qual as pessoas se conectam umas às outras numa relação de comunicação e intercâmbio simbólico. Isso resulta em uma situação estruturada na qual alguns sujeitos se voltam para a produção de formas simbólicas para terceiros que não estão presentes fisicamente. Estes terceiros “se ocupam em receber formas simbólicas produzidas por outros a quem eles não podem responder, mas com quem podem criar laços de amizade, afeto e lealdade” (THOMPSON, 2014, p. 122).

É nesse sentido que as figuras dos *YouTubers* e seus seguidores estabelecem uma relação de quase-interação mediada através da plataforma do *YouTube*, por meio das postagens das produções audiovisuais do canal *Põe na Roda*. Essa relação cria laços de identidade em relação ao conteúdo produzido pelo canal que pode atingir um número infinito de seguidores que divulgam esses conteúdos em diferentes redes sociais.

Além disso, Thompson (1995), divide a Hermenêutica de Profundidade em três fases: análise sócio-histórica; análise formal ou discursiva e; interpretação/reinterpretação, fases explicadas nos tópicos seguintes.

4.1.1 Análise sócio-histórica

De acordo com Thompson (1995), nessa fase inicial, o objetivo é a reconstrução das condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas. É sabido que as formas simbólicas não existem do nada, elas são produto de um determinado contexto social e histórico. São, portanto, resultado de uma construção cultural num determinado espaço e tempo específico composto por quatro aspectos básicos: situações espaço-temporais; campos de interação; instituições sociais; e estrutura social.

Com base em Thompson (1995), Nazário, Reino e Manfredini (2016) explicam esses quatro aspectos da seguinte maneira:

Situações espaço-temporais: dizem respeito às condições de espaço e aos períodos históricos nos quais as formas simbólicas foram estruturadas, postas em circulação e percebidas pelas pessoas; **Campos de interação:** neste nível se entende o campo de interação como o espaço de posições e trajetórias que determinam algumas das relações e algumas das oportunidades disponíveis. Pode-se entender nesse nível os diferentes tipos de capital, as normas e as táticas disponíveis a pessoas, grupos e instituições, incluindo as regras tácitas vigentes naquele espaço; **Instituições sociais:** são os conjuntos relativamente estáveis de regras e recursos e suas respectivas relações sociais. Essas instituições devem ser analisadas quanto ao seu desenvolvimento ao longo do tempo; **Estrutura social:** neste nível o hermenêuta deve considerar as assimetrias e diferenças relativamente estáveis que conformam os espaços de interação e as instituições sociais. Importam aqui as diferenças coletivas e duráveis de distribuição de recursos, poder, oportunidades e possibilidades de realização, e os critérios, categorias e princípios que estão por baixo dessas distinções e que lhes conferem durabilidade e estabilidade (NAZÁRIO; REINO; MANFREDINI, 2016, p. 293-294).

Nesse sentido, Thompson (1995, p. 368) afirma que a produção, circulação e recepção de formas simbólicas são processos que ocorrem no interior de determinados contextos históricos e socialmente estruturados.

4.1.2 Análise formal ou discursiva

A análise formal ou discursiva refere-se às construções simbólicas complexas por meio do qual algo é dito ou expresso. São produtos que por conta de suas características estruturais são capazes de dizer algo sobre alguma coisa (THOMPSON, 1995).

Busca-se entender como as formas simbólicas estão organizadas de forma a mover sentidos e quais sentidos são movidos, o que exige atenção ao tipo de técnica/método mais adequado ao objeto de estudo, sendo algumas delas: Análise de Discurso, Semiótica, Análise de Conteúdo, etc. (NAZÁRIO; REINO; MANFREDINI, 2016).

4.1.3 Análise de interpretação/reinterpretação

Essa etapa procura interpretar o que já foi interpretado por outros sujeitos, reinterpreta o que já circulou no meio social e problematiza as compreensões superficiais e reducionistas a partir das formas simbólicas (NAZÁRIO; REINO; MANFREDINI, 2016). A partir de uma síntese das etapas anteriores, o objetivo da análise de interpretação/reinterpretação é criar um novo significado para as formas simbólicas para demonstrar como se sustentam as relações de dominação existentes em diferentes contextos sociais (LITZ et al., 2014).

4.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO

A Análise de Conteúdo é uma técnica que demonstra uma capacidade de se adaptar aos desafios que surgem no campo da Comunicação desde seu surgimento nos primeiros trabalhos até os dias atuais com os usos de novas tecnologias (FONSECA JÚNIOR, 2011). Com o avanço das novas mídias digitais e seus usos no cotidiano das pessoas, a Análise de Conteúdo tem potencial significativo de contribuição para os estudos recentes na área comunicacional. Por isso optou-se

pelo uso dessa técnica no caso estudado, analisando os vídeos do canal *Põe na Roda* segundo as categorias apresentadas anteriormente.

A Análise de Conteúdo possui uma concepção muito ampla por referir-se às ciências humanas e sociais destinada a investigar fenômenos simbólicos por meio de diversas técnicas de pesquisa. Em sua origem o método estava associado ao aspecto quantitativo, como produto do positivismo, mas aos poucos os pesquisadores foram construindo novos olhares sobre os objetos de pesquisa que resultaram nos aspectos qualitativos. Mas vale ressaltar que a valorização do aspecto quantitativo ou qualitativo vai depender do interesse do pesquisador (FONSECA JÚNIOR, 2011).

De acordo com Câmara (2013), pode-se optar tanto pelo método quantitativo, qualitativo ou misto, mas é necessário que o pesquisador esteja preparado para analisar os resultados, independentemente de qual seja o método escolhido. O uso de procedimentos mistos em pesquisas na área da Comunicação é bastante utilizado pois permite visualizar o fenômeno e o objeto de estudos sob perspectivas diversas.

O uso de pesquisa quantitativa corresponde melhor em situações onde existe uma maior quantidade de material a ser estudado. A pesquisa quantitativa permite traçar o perfil de fatores que auxiliam o processo de análise dessas informações (CÂMARA, 2013). Por sua vez, o uso da pesquisa qualitativa permite estabelecer fatores referentes a um determinado fenômeno, pois visa auxiliar na interpretação e ajudar a aprofundar melhor os dados quantitativos, sendo capaz de captar as nuances do fenômeno estudado. Isso porque ela fornece dados que auxiliam a compreender as relações sociais, seus comportamentos, crenças, atitudes e valores em contextos sociais específicos (CÂMARA, 2013).

De acordo com Fonseca Júnior (2011), a Análise de Conteúdo não é uma técnica unicamente descritiva, mas um exercício lógico voltado para extração de conhecimento sobre os aspectos presentes na mensagem analisada por meio da inferência. Já segundo Godoy (1995), a Análise de Conteúdo é uma técnica que pode ser aplicada em diversos discursos e também a todas as formas de comunicação, de modo a compreender as características, as estruturas e mesmo os modelos que estão por trás desses materiais selecionados.

Importa salientar que a Análise de Conteúdo não se resume apenas à Comunicação, mas também a outras áreas do conhecimento, como por exemplo, História, Psicologia, Literatura, Linguística, Direito, Sociologia, entre outras. A pesquisadora francesa Laurence Bardin (1977) estruturou o método de Análise de Conteúdo em cinco etapas:

1) *Organização de análise*: divide-se em três fases cronológicas:

- a) Pré-análise: planejamento do trabalho a ser elaborado por meio das ideias iniciais sobre determinado assunto. É a etapa mais importante porque configura a própria organização da análise que envolve a escolha de documentos a serem submetidos à análise;
- b) Exploração do material: diz respeito à análise propriamente dita e envolve operações de codificação de regras anteriormente estabelecidas;
- c) Tratamento dos resultados obtidos e interpretação: a obtenção dos resultados brutos de forma a serem significativos e válidos.

2) *Codificação*: é o procedimento de transformação dos dados brutos de maneira sistemática de forma a enumerar, agregar e classificar o material selecionado.

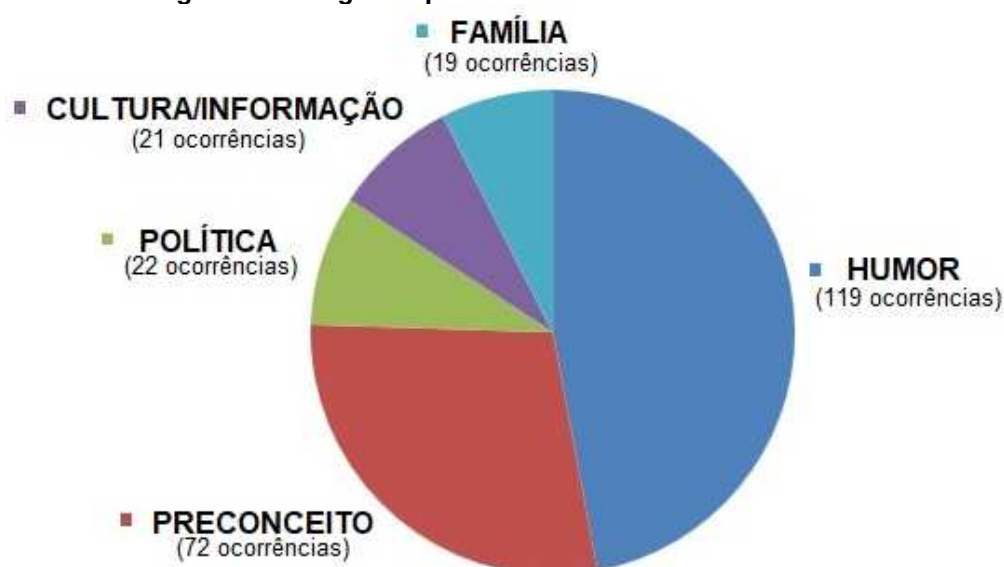
3) *Categorização*: refere-se ao trabalho de classificar e reagrupar as unidades de registro em número reduzido de categorias para tornar inteligível o montante de dados.

4) *Inferência*: centra-se no aspecto implícito da mensagem analisada. No caso proposto, diz respeito ao material audiovisual existente nas postagens dos vídeos do canal *Põe na Roda*.

5) *Tratamento informático*: desde o final dos anos de 1950, o uso do computador tornou-se presente na Análise de Conteúdo para o processamento de dados.

Como mencionado, no caso da presente discussão, os vídeos foram classificados em cinco categorias – I) humor; II) preconceito; III) política; IV) cultura e informação; e V) família – identificadas como mais proeminentes em um universo inicial de 155 vídeos, tal como ilustra a Figura 3 e desenvolvidas nos tópicos subsequentes:

Figura 3 - Categorias presentes nos vídeos selecionados



*Considerando um total de **155 vídeos** selecionados
(Anos de 2014, 2015 e 2016)

Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

Desta amostra inicial de 155 vídeos, foram escolhidos os 15 vídeos que melhor retratam as categorias citadas, estando distribuídos da seguinte forma:

Quadro 2 - Triagem dos vídeos e distribuição do conteúdo por categoria de análise

CATEGORIA:	VÍDEO ANALISADO:
Humor	Vídeo 1 - Viral: "Não é por ser gay que eu necessariamente..." (Figura 4) Vídeo 2 - Água (chuca consciente) (Figura 5) Vídeo 3 - Xingar os gays não faz sentido (Figura 6)
Preconceito	Vídeo 4 - Por que criminalizar a homofobia? (Figura 7) Vídeo 5 - Vivendo no armário (Figura 8) Vídeo 6 - A vida fora do armário (Figura 9)
Política	Vídeo 7 - O que tem na parada LGBT do Rio de Janeiro? (Figura 10) Vídeo 8 - HIV hoje (Figura 11) Vídeo 9 - Nome social e banheiros: trans respondem (Figura 12)
Cultura e informação	Vídeo 10 - <i>Gay pride</i> em Tel Aviv (Figura 13) Vídeo 11 - <i>Drag queens</i> (Figura 14) Vídeo 12 - 24 perguntas para: Silvetty Montilla (Figura 15)
Família	Vídeo 13 - Os nossos filhos (famílias homoafetivas) (Figura 16) Vídeo 14 - Gayme: pais e filhos gays (Figura 17) Vídeo 15 - Casais gays com filhos biológicos (barriga de aluguel?) (Figura 18)

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022).

Ilustrado o roteiro da pesquisa, o estudo avança com a exposição da categoria humor através da análise dos seguintes vídeos do canal “Põe na Roda”: 1) “Não é por ser gay que eu necessariamente...”; 2) Água (chuca consciente); e, 3) Xingar os gays não faz sentido.

4.2.1 Humor

Nos três primeiros anos, o humor é a categoria que mais aparece nas postagens dos vídeos do *Põe na Roda*. Isso evidencia a importância do humor como um elemento principal na busca para desconstruir o preconceito e provocar reflexões em torno das questões de sexualidades não heterossexuais. Até mesmo a escolha do nome jocoso para o canal representa a ironia na produção dos conteúdos divulgados nos vídeos do *Põe na Roda*, criando um duplo sentido com a expressão “colocar na roda” que pode representar tanto assuntos que precisam ser debatidos pela sociedade, quanto uma metáfora para a prática do sexo anal.

O riso, a imitação dos gestos e das maneiras de outros indivíduos eram vistos na Antiguidade como atos indignos e indecentes, porque o humor e o riso estavam associados às camadas populares da sociedade. A noção atual sobre o humor é algo relativamente recente, apesar de seu primeiro registro datar do ano de 1682, na Inglaterra (ALMEIDA, 2014).

Segundo Bremmer e Roodendurg (2000), a palavra humor é empregada de maneira mais genérica e neutra, de forma a preencher uma ampla diversidade de estilos: trotes, trocadilhos, farsa, etc. O humor pode ser entendido como qualquer mensagem expressa por meio de atos, palavras, textos, imagens ou músicas, cujo objetivo é provocar o riso. Atualmente pode-se acrescentar as produções audiovisuais, como é o caso do canal “Põe na Roda”, que se utiliza desses artifícios da sátira, da paródia e da ironia para construir um humor representativo das vivências e experiências de pessoas LGBTs e até mesmo denunciar o preconceito sofrido por essa comunidade.

O riso tornou-se o elemento central da sociedade humorística contemporânea, sendo considerado o ópio do século XX. Zomba-se de todos os males, proliferando na rede “memes” ironizando o caos em que a humanidade se encontra e que ela própria criou: as guerras mundiais, crises econômicas, escândalos da política, genocídios, fome, pobreza, desemprego, terrorismo,

ameaças atômicas, degradação ambiental, dentre tantos outros. O cômico é inevitável e “o humor universal, padronizado, midiaticizado, comercializado, globalizado, conduz o planeta”. Até porque rir é uma maneira de se camuflar a falta de sentido pela qual caminha a sociedade por haver esgotado todas as certezas (MINOIS, 2003, p. 554).

O humor apresenta-se como um fenômeno de grande complexidade e sofisticação criativa, composto por diversas facetas e estilos, até porque não existe uma teoria geral do humor ou mesmo uma definição na qual os teóricos concordem plenamente. O humor é um campo de lutas e debates estabelecidos por aquele que promove o riso e por aquele que ri da situação risível (DUARTE; DUARTE, 2009).

Para Minois (2003), o humor é um recurso encontrado pela humanidade para exorcizar suas angústias, pois sem ele os sofrimentos seriam ainda mais insuportáveis de se conviver. O humor torna-se o antídoto para as mazelas da vida e gera simpatia e solidariedade frente as desgraças e dificuldades do grupo social, profissional e humano, por isso que qualquer sociedade necessita do riso.

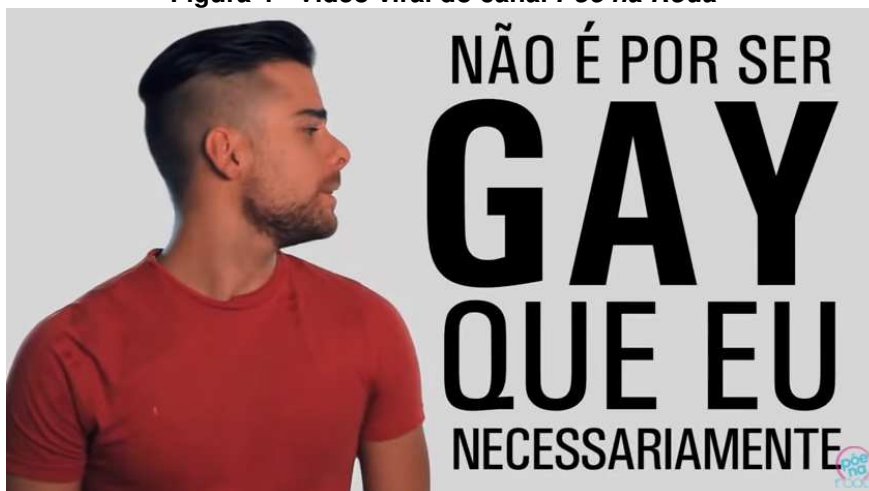
Carrieri (2004), por sua vez, sustenta não existir uma definição única e precisa do humor, pois ele pode ser estudado segundo várias perspectivas. Mas o humor pode ser compreendido como uma maneira expressar ou perceber o que é divertido, engraçado, irônico ou satírico naquilo que é elaborado. Vários são os campos de conhecimento que se debruçam sobre o humor para estudá-lo, dentre essas áreas estão a História, a Psicologia, a Antropologia, as Artes, dentre outras. O humor possibilita uma série de investigações tanto em torno de piadas quanto em torno de brincadeiras, sátiras, paródias e tantas outras.

Muitos programas na TV aberta colocam os homens gays sempre carregados de estereótipos, com trejeitos femininos que não representam a realidade da maioria das pessoas LGBTs, como se observava no programa “Zorra Total”, da Rede Globo, série que sempre retratou os homossexuais como sinônimo de piada. Um dos exemplos são os personagens gays como Alfredinho, interpretado pelo ator Lúcio Mauro Filho, que ao surgir em cena sempre se utilizava de seu bordão “Papi” ou, do personagem Pit Bicha, interpretado pelo humorista Tom Cavalcante, que mostrava um homem aparentemente másculo, bigode grosso, costeletas largas, voz grossa, repetindo o bordão “cucção de couro”.

Durante anos esses personagens reforçaram reiteradamente o estigma em torno da homossexualidade e o imaginário da população brasileira. Por muito tempo os homossexuais ficaram sem referências em relação a construção de suas identidades, pois aqueles personagens que apareciam na televisão não representavam os anseios e desejos desse grupo ou de uma parcela desse coletivo.

Diante desse histórico, não é à toa que o vídeo intitulado “*Não é por ser gay que eu necessariamente...*” (Figura 4) viralizou, dando notoriedade ao canal *Põe na Roda* em diversas plataformas digitais. O referido vídeo traz essas questões buscando desconstruir preconceitos que são frequentemente representados de maneira pejorativa em programas de humor quando se trata de personagens homossexuais. Divulgado no dia 22 de abril de 2014, esse é o segundo vídeo do canal, e foi o responsável por dar maior visibilidade e divulgação do *Põe na Roda*. O vídeo, que possui menos de 2 minutos, gerou até o momento da presente análise, 3.220.773 visualizações, 122 mil curtidas e 3.625 comentários.

Figura 4 - Vídeo viral do canal *Põe na Roda*



Fonte: YouTube (2021).³

No referido vídeo o humor é elaborado a partir de elementos da realidade homossexual a partir de suas vivências, experiências, suas relações com o outro e com a sociedade. As falas que surgem pertencem a um grupo de homens assumidamente homossexuais, em torno de seus vinte e trinta e poucos anos, majoritariamente brancos e de classe média.

³ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=f5E5U_LO2c4&t=27s. Acesso em: 12 jun. 2021.

Não existe uma diversidade no vídeo, não há falas de homens negros da periferia que poderiam apresentar outras realidades diferentemente destas expostas por esses homens brancos. O recorte de classe, região, raça e geração são de suma importância para se perceber como esses marcadores sociais da diferença são também marcantes nos espaços virtuais e nas produções audiovisuais. Não há a representação de homens negros periféricos e de homens descendentes de povos originários.

Contudo, vale ressaltar o contexto da época, já que até então não havia aquilo que se considera como humor gay. O que seria o humor gay? É o humor criado por gays para os gays no qual se retrata vivências e experiências de homossexuais sem precisar apelar para recursos que venham a subalternizar ou rebaixar o homossexual. Na maioria das vezes representado com trejeitos, escandaloso, associado a profissões consideradas femininas como foi por décadas apresentados na televisão brasileira e em programas de humor.

O *YouTube* apresenta-se como um vasto território de possibilidades aos sujeitos de gênero e sexualidade ao promover o protagonismo de pessoas LGBTs. No caso do canal *Põe na Roda*, o humor *voltado aos seus pares* onde os relatos e a troca de vivências tornam-se cômicas por gerar o reconhecimento entre semelhantes representa uma mudança de paradigmas, pois até então não havia nada parecido com o conteúdo humorístico nas produções audiovisuais em canais LGBTs no Brasil e muito menos em canais televisivos.

Esse humor irreverente visto dentro da comunidade, ressalta-se, é diferente do riso provocado como zombaria, onde o gay era apenas um personagem estereotipado retratado exclusivamente para o deboche e riso alheio (ou seja: rir *de alguém*, não é o mesmo que rir *com* alguém) tal como visto nos antigos programas de TV.

Nesse vídeo surgem as falas que são frequentemente verbalizadas tanto na sociedade quanto pelos veículos de comunicação como a TV e a própria Internet com discursos homofóbicos. O canal quis apresentar que nem todos se enquadram nesses estereótipos reproduzidos pela mídia, afirmando que “Não é por eu ser gay que... eu me depilo, eu tenho barriga tanquinho, eu falo miando, que eu falo ‘aloka’, arrasa, que eu só ouço Madonna, que eu só escuto Lady Gaga, que eu gosto de ‘Glee’, que eu tenho Iphone branco, que eu faço chapinha, que eu sou engraçado, que eu queria ter nascido mulher...”

O vídeo ilustra claramente o tipo de humor utilizado pelo canal no decorrer dos anos, sempre com objetivo de construir novos espaços de fala com vistas a desconstruir e combater o preconceito tão presente na sociedade brasileira. Os vídeos colocam os homens como protagonistas que se autoafirmam como gays e capazes de fazer humor a partir de situações do cotidiano e de suas vivências como sujeitos LGBTs.

A sátira feita em torno da estética do corpo masculino padrão, musculoso e depilado e do outro lado o corpo gordo; a brincadeira em torno das divas pop; que todo gay sabe fazer coreografia; debocha de times de futebol como se fossem unicamente pertencentes ao universo masculino heterossexual. Ironiza o uso de aplicativos voltados ao público homossexual masculino, a exemplo do mais famoso deles, o *Grindr*, ou ainda a representação social de certas profissões como se o destino final de todo gay fosse ser cabeleireiro, tal como o imaginário heteronormativo supõe.

O vídeo também faz referência a relacionamentos estáveis e duradouros para ilustrar que o meio gay não é necessariamente promíscuo, mas que são seres humanos comuns com suas vidas, seus relacionamentos e suas famílias. Ou seja, reúne todo estereótipo gay e o desconstrói, porque existe gay com família e filho adotivo, tem gay que não é malhado, que não sabe dançar, que não se depila, dentre outros.

O humor é uma importante estratégia de comunicação que através do discurso exposto pode confrontar e resistir a certos modelos estruturais dominantes. Ajuda, assim, a compreender as mudanças relacionadas a sociedade, ao contexto político, econômico e social de cada época (MONTEIRO; CORREIA; CARRIERI, 2021).

Mesmo que não haja falas de outros grupos LGBTs apresentados no vídeo, a produção por si só já é uma ruptura com o modelo social vigente. Em que momento se imaginava que homens abertamente gays iriam aparecer nas redes sociais para fazer humor a partir de suas realidades? Nunca se cogitou que um dia haveria espaço para expressar e representar grupos LGBTs com tamanha visibilidade promovido pelo espaço virtual.

Ainda mais se tratando do Brasil, o país que mais mata LGBTs no mundo. Isso era algo impensável 15 anos atrás, mas hoje é uma realidade possível por ajudar milhares de pessoas que são homossexuais a lidarem melhor com suas

orientações sexuais, seus desejos e poderem ouvir outras pessoas que também passam por situações semelhantes. Hoje existem modelos nos quais é possível se espelhar. Modelos esses que até podiam existir no passado, mas não eram visíveis e muito menos apresentados pela mídia tradicional. Com o advento da internet outras possibilidades foram, aos poucos, tornando-se possíveis.

A ironia está sempre presente nos vídeos do Põe na Roda, e se torna um elemento essencial na construção e fortalecimento do canal nos anos iniciais de captação de seguidores LGBTs, que visualizam, interagem, assistem e compartilham as produções audiovisuais, a exemplo do primeiro vídeo postado no canal. Intitulado “Água (Chuca Consciente)” (Figura 5), o vídeo possui duração de 2min5seg, e tem como data de divulgação 15 de abril de 2014, totalizando 535.287 mil visualizações, 18 mil curtidas e 550 comentários.

Figura 5 - Água (Chuca Consciente)



Fonte: YouTube (2021).⁴

O vídeo faz uma sátira com a falta de água na cidade de São Paulo, no qual a causa desse problema seria a lavagem da ampola retal, popularmente chamada de “chuca” entre os gays. Prática corriqueira entre os gays passivos que fazem a chuca antes da relação sexual anal, o vídeo sugere que por haver muitos homossexuais passivos na capital paulista, seriam eles os causadores dessa crise hídrica.

⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rh4yoF43s-Q&t=29s> Acesso em: 18 jun. 2021.

Além de ser uma crítica aos governos pela falta de políticas públicas voltadas para a preservação do meio ambiente, pois a água é um recurso natural e essencial para a sobrevivência de diferentes formas de vida no planeta Terra, o conteúdo é carregado de muito humor e ironia. Os personagens fazem brincadeiras com a situação e levam os seguidores a rirem da situação que faz parte da realidade de uma boa parcela de pessoas LGBTQs, abordando a prática do sexo anal com muita naturalidade na produção audiovisual.

O humor como identificação ocorre porque o canal dialoga para os seus pares, homens gays que vivenciam essa questão no cotidiano de suas vidas e práticas sexuais. O vídeo inclui uma *drag queen* junto com os demais homens que aparecem no vídeo. Vale lembrar que *drag queen* não é uma identidade, mas uma expressão artística que pode ser exercida por homens e mulheres independente da orientação sexual.

O terceiro vídeo analisado conta com a presença da atriz e humorista Nany People. Com o título “Xingar os gays não faz sentido”, possui duração de 1min33seg, foi postado em 17 de junho de 2014 e conta com 447.613 visualizações, 21 mil curtidas e 502 comentários. O uso da palavra “viado”, termo em destaque problematizado no vídeo citado, é tradicionalmente carregado de preconceito e sinaliza a opressão e marginalização dos homossexuais no transcorrer de suas vidas tanto no ambiente doméstico pela não aceitação familiar quanto pelo discurso opressor existente em diferentes espaços sociais.

Figura 6 - Xingar os gays não faz sentido



Fonte: YouTube (2021).⁵

⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9EX0vyMIFRA&t=2s> Acesso em: 12 jun. 2021.

O humor está presente do início ao fim dessa produção que coloca os sujeitos homossexuais numa fala de empoderamento ao resignificar os termos "bicha, viado", ao satirizar expressões que visam controlar o corpo masculino como "senta feito homem", "essa Coca é Fanta", entre tantos outros. Ao resignificar as palavras e expressões preconceituosas, esses atores sociais levantam a bandeira política de resistência, lutam por visibilidade e batalham contra o preconceito.

Resignificar passa, portanto, de constituir uma ofensa, um xingamento, para uma mudança de percepção de mundo por parte dos sujeitos de gênero e sexualidade. Por meio de seus comportamentos, promovem mudanças e expõem as complexidades e contradições sociais na busca por respeito e garantia de direitos. Desta forma, Minois (2003, p. 571) assevera que o humor auxilia o homem a viver a sua existência e a sobreviver às catástrofes do mundo e “quem não é irônico em relação à Internet será devorado por ela”, pois somente o riso permite que a sociedade sobreviva a própria miséria.

O humor diverte e é sério porque por meio do humor é possível denunciar violências e abusos, fornecendo pistas importantes sobre determinada sociedade. Na grande maioria das vezes, o humor reflete as percepções culturais e oferece um instrumento importante para compreender os modos de pensar e sentir de diferentes sociedades moldadas pelo contexto cultural. O humor, portanto, é capaz de revelar tanto ou até mais sobre uma sociedade, sua cultura e os seus conflitos (ALMEIDA, 2014).

É necessário compreender que “[...] o riso requer liberdade absoluta; o riso é liberdade. É por isso que ele inquieta as pessoas que se encerram na gaiola de suas certezas. O riso abre as gaiolas e, uma vez livre, pode atacar tudo [...]” (MINOIS, 2003, p. 613). O humor é um instrumento de resistência e de luta contra poderes hegemônicos, e no caso em análise, o humor coloca em pauta novas visões de mundo não mais pautadas no modelo heterossexual.

O humor e a ironia se constroem nas produções audiovisuais do canal *Põe na Roda* a partir de novos atores sociais, que resignificam suas existências ao satirizar situações do cotidiano de pessoas LGBTQs. Na dinâmica do mundo virtual, os vídeos e outras produções permitem que o humor ultrapasse as fronteiras de tempo e espaço com grande rapidez na divulgação de conteúdos por meio do *YouTube*.

A análise dos vídeos a partir dos anos iniciais do canal revelou que o preconceito é a segunda categoria mais frequente nas postagens de vídeos do *Põe na Roda*, elemento desenvolvido a seguir.

4.2.2 Preconceito

A sociedade brasileira foi e está estruturada à base de violências, violações e genocídio. Por mais que houvesse uma tentativa de construir uma identidade nacional representado por um povo pacífico e dócil, não são essas as características demonstradas pela quantidade de revoltas e massacres ocorridos em terras tupiniquins.

O Brasil lidera o *ranking* de países que mais matam LGBTs no mundo, pois o preconceito em relação à identidade de gênero e orientação sexual são as causas dessas mortes. A estimativa de vida de uma pessoa transexual é de aproximadamente 35 anos de idade, e de acordo com o Grupo Gay da Bahia (GGB), a cada 28 horas uma pessoa LGBT é assassinada no país.

De acordo com Rios (2007), é necessário definir os elementos que compõem o preconceito e a discriminação:

Preconceito e discriminação são termos correlatos, que, apesar de designarem fenômenos diversos, são por vezes utilizados de modo intercambiado. Por preconceito, designam-se as percepções mentais negativas em face de indivíduos e de grupos socialmente inferiorizados, bem como as representações sociais conectadas a tais percepções. Já o termo discriminação designa a materialização, no plano concreto das relações sociais, de atitudes arbitrárias, comissivas ou omissivas, relacionadas ao preconceito, que produzem violações de direitos dos indivíduos e dos grupos. O primeiro termo é utilizado largamente nos estudos acadêmicos, principalmente na psicologia e muitas vezes nas ciências sociais; o segundo, mais difundido no vocabulário jurídico (RIOS, 2007, p. 27-28).

Vale lembrar que nesses três primeiros anos que são analisados os vídeos do canal *Põe na Roda*, ainda não havia ocorrido a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a criminalização da homofobia no Brasil. Decisão esta que ocorreu somente em junho de 2019, ou seja, cinco anos após o surgimento do canal.

Nesse caso, um dos vídeos analisados discute exatamente sobre a criminalização da homofobia no Brasil a partir de relatos de pessoas LGBTs que sofreram todo e qualquer tipo de violência, conforme pode ser visto no vídeo “Por

que criminalizar a homofobia? Com 71 mil curtidas e 6min26seg de duração, este vídeo foi postado no canal em 09 de setembro de 2014, contando com 1.155.299 visualizações e 7.856 comentários até o momento da presente análise.

Figura 7 - Por que criminalizar a homofobia?



Fonte: YouTube (2021).⁶

O vídeo reúne depoimentos de homens gays, mulher trans, homem bissexual e homem heterossexual. O que há de comum entre eles? Todos já foram vítimas de homofobia. Renata Peron, mulher trans perdeu um de seus rins por conta de chutes que levou ao ser agredida quando saia de um barzinho com seus amigos. André Baliera, 29 anos, homem gay, branco, foi ofendido por palavras preconceituosas por parte de um grupo de homens. Ao revidar as ofensas, ele foi espancado na rua. O casal Gabriel Cruz, 23 anos, gay e seu namorado Jonathan Favari, 24 anos, bissexual, foram agredidos em um restaurante.

A partir desses relatos, Pedro HMC apresenta dados referentes à expectativa de vida de pessoas travestis e transexuais, que é de 36 anos contra 73 anos do restante da população. Logo em seguida, Nelson Sheep afirma que 40% dos assassinatos de transexuais no mundo acontecem em solo brasileiro. Ao que segue Felipe Abe, que explica que a cada 28 horas uma pessoa LGBT é morta no Brasil, deixando nítido que os crimes de ódio são por conta da orientação sexual alheia.

⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KXYtmju2mkw&t=239s> Acesso em: 09 ago. 2021.

Segundo os apresentadores, por falta de uma lei que criminalize a homofobia, torna-se mais difícil conseguir mensurar o número de violências registradas contra essa parcela da população. Como se não bastasse a dor física pelas violações, muitas vezes é maior a dor da injustiça, já que a ausência de uma lei específica faz com que a maioria dos agressores fiquem impunes.

Os relatos mencionam ainda a violência institucional dos órgãos públicos os quais deveriam prestar apoio às vítimas. Estas, ao se dirigirem à delegacia para registrar o boletim de ocorrência, apontam que a naturalidade em que ocorrem tentativas dos próprios órgãos do Estado, por meio de seus agentes, em descaracterizar o crime de homofobia. A falta de respeito e de humanização são fortes características dentro desses ambientes quando as vítimas são pessoas LGBTQs. Por isso, a importância do boletim de ocorrência para quantificar os casos de agressões contra esse grupo minoritário, para efetivar-se justiça e garantia plena de direitos.

O vídeo apresenta também a Lei nº 7.716/89, que pune os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia ou religião possuem seus direitos assegurados. Contudo, as pessoas LGBTQs não possuem uma lei específica que as protejam de possíveis agressões por conta de suas orientações sexuais ou identidades de gênero. Não se busca privilégios, muito pelo contrário, mas que a homofobia tenha o mesmo tratamento do racismo. Foi exatamente isso que ocorreu por meio da ação de omissão aprovada pelo Supremo Tribunal Federal em 2019, até o Congresso Nacional legislar sobre esta questão.

Esses reconhecimentos e garantias de direitos só foram possíveis por meio do histórico julgamento na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 26, no qual o Supremo Tribunal Federal decidiu em favor da criminalização da homofobia. A prática de conduta contra pessoas LGBTQs foi reconhecida como crime de racismo até o Congresso Nacional seja capaz de elaborar uma legislação específica sobre esse tema. Por meio dessa decisão, qualquer indivíduo que venha a ofender ou discriminar gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, está sujeito a punição de um a três anos de prisão. Essa previsão legal encontra-se na Lei nº 7.716/89, que determina os crimes derivados de preconceito de raça. Bem como o crime de racismo, a homofobia também enquadra-se como crime inafiançável e imprescritível (BRASIL, 2019).

Os relatos deixam claro o choque de interesses de grupos conservadores, partidos políticos e religiosos em impedir o avanço dessa pauta, pela não aprovação de uma legislação para garantir e proteger direitos de grupos minoritários. Houve momentos de diálogo durante o governo de Dilma Rousseff na tentativa de colocar em votação um projeto de lei pela criminalização da homofobia no Brasil, mas por conta de acordos na busca de obter apoio político de bancadas evangélicas e reacionárias diante da crise instalada em seu governo, o projeto foi engavetado – assim como acontece com a discussão sobre o aborto, que deixa de ser tratado como uma questão de saúde pública para tornar-se moeda de troca em tempos de eleição.

Ao final do vídeo os produtores do canal aparecem juntamente com outras pessoas em recortes separados, com close em seus rostos marcados por ferimentos que representam as agressões que poderiam ter ocorrido com qualquer ser humano. Mas com chances muito maiores de ocorrerem com pessoas pelo simples fato delas serem homossexuais, travestis, transexuais, bissexuais, lésbicas ou mesmo heterossexuais como ocorreu com pai e filho que foram agredidos por terem sido confundidos como casal gay.⁷

Essas formas de violência são constantes no Brasil e muito precisa ser feito para sair do *ranking* de países que mais comete crimes contra a população LGBT no mundo. Segundo o relatório de *Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil*, ocorridas em 2021, por meio do Grupo Gay da Bahia (GGB). Os dados informam que no referido ano houve um aumento de 8% a mais do que no ano de 2020, de mortes violentas no país, totalizando em 276 homicídios e 24 suicídios.⁸ Muitos casos são subnotificados, o que dificulta obter dados mais precisos no tocante a tais crimes.

O preconceito permeia as relações sociais, marginaliza, exclui e estigmatiza indivíduos que não se identificam com a norma heterossexual existente. Evasão escolar e expulsão do ambiente familiar compõe esse quadro de não aceitação das diferenças de gênero e da sexualidade alheia, estruturando as relações de poder. O preconceito no ambiente familiar, na escola, no mercado de trabalho e demais instâncias da sociabilidade, são algumas das pautas apresentadas nos vídeos e

⁷ Disponível em: <https://espaco-vital.jusbrasil.com.br/noticias/2778458/pai-e-filho-sao-confundidos-com-casal-gay-e-agredidos-por-grupo>. Acesso em: 17 dez. 2021.

⁸ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2022-05/ibge-divulga-levantamento-sobre-homossexuais-e-bissexuais-no-brasil>. Acesso em: 02 dez. 2021.

relatados por sujeitos LGBTs, dado que demonstra o caráter conservador da sociedade brasileira quando o assunto são as questões de gênero e sexualidade.

Muito dessa recusa parte de grupos religiosos, grupos conservadores e de discursos de políticos, que sedimentam no imaginário coletivo de que os gays buscam privilégios e que o “kit gay” – denominação pejorativa sobre supostos livros pornográficos que seriam distribuídos nas escolas como parte do programa “Brasil sem homofobia” – quer transformar crianças em homossexuais. Falácias como essas foram propagadas em horário nobre pela grande mídia, sendo que discursos desse tipo eram proferidos e televisionados frequentemente até pelo então candidato e atual presidente da República, Jair Messias Bolsonaro. Mentiras essas que nunca foram desconstruídas por essas emissoras, cujos reflexos chegam na sociedade e atingem em cheio esses grupos minoritários.

De acordo com Santos (2015), na maioria das vezes o preconceito ocorre por ignorância, falta de informação, medo e intolerância que um indivíduo expressa por meio de sentimentos, palavras, ações e omissão de viés discriminatório a pessoas homossexuais. Essas ações preconceituosas reafirmam o lugar de privilégio que a heterossexualidade ocupa na sociedade, e qualquer comportamento que rompa com o modelo heteronormativo sofre privações de direitos e recebe rótulos que estigmatizam aqueles que não se enquadram à norma.

Sullivan (1996, p. 15) diz que tratamentos preconceituosos, discriminatórios, ofensivos, constrangedores e ameaçadores, como parte de agressões físicas ou verbais são uma constante na vida de muitas pessoas LGBTs. Elas se vêem desde muito novas socializadas sob uma “pedagogia do insulto”, que se constitui como um mecanismo de silenciamento do outro através de piadas, brincadeiras, jogos, apelidos, insinuações, expressões que menosprezam e desqualificam o sujeito que foge à norma de gênero e sexual.

Um menino pode se tornar alvo de violência tanto no ambiente familiar quanto na escola por não possuir características consideradas masculinas pela sociedade antes mesmo de se identificar como homossexual. Frases do tipo “menino não chora”, “senta direito moleque”, “fala feito homem”, “isso é coisa de gay/viado/maricas”, e por outro lado de enaltecimento à performance do “macho de verdade” (como por exemplo, incentivo à violência e uso de armas, direção perigosa, abuso de álcool e outras drogas, além de desprezo a tudo que seja relacionado ao universo considerado feminino, entre outros), são algumas das inúmeras maneiras

de assédio e violência que os meninos vivenciam ao longo de sua infância, adolescência e até mesmo na vida adulta (LOPES, 2002).

A heteronormatividade regula os corpos, indivíduos e subjetividades ao fazer a sociedade eleger o modelo heterossexual como legítimo do ser humano ao excluir e rebaixar todos os demais que não se enquadram nesse modelo. E quando homossexuais expressam afetos em espaços públicos, sofrem reprovação social, pois tal comportamento é autorizado apenas em sua forma heterossexual (POCAHY, 2007). Para Golin (2007), a sociedade brasileira e o próprio Estado sempre banalizaram a violência sofrida pelos homossexuais, tornando-se uma prática constante os atos de violência e preconceito. Crimes cometidos a essas pessoas tradicionalmente ficavam impunes, tornando os indivíduos LGBT cada vez mais vulneráveis.

A homofobia revela-se como um sistema de humilhações, exclusões e violências que possuem requintes a partir de cada contexto cultural e das formas de organização social. O preconceito precisa ser analisado a partir de outros marcadores sociais, como raça, classe, geração, que são formas de inferiorização para discriminar determinados grupos (PRADO, 2010).

Segundo Prado (2010), o termo homofobia visa caracterizar uma forma de preconceito e aversão relacionados aos sujeitos homossexuais em geral. É um conceito complexo nas formas de hierarquização social, violência e preconceito. Seu uso tem sido empregado para um conjunto de sentimentos negativos que vão desde a aversão, o desprezo, o ódio ou o medo em relação à homossexualidade.

Diante do exposto, Rios (2007), esclarece que:

[...] a homofobia viola de modo intenso e permanente uma série de direitos básicos, reconhecidos tanto pelo direito internacional dos direitos humanos, quanto pelo direito constitucional. Ao lesionar uma gama tão ampla de bens jurídicos, a homofobia manifesta-se por meio de duas formas de violência: física e não-física. A violência física, mais visível e brutal, atinge diretamente a integridade corporal, quando não chega às raias do homicídio. A segunda forma de violência, não-física, mas não por isso menos grave e danosa, consiste no não-reconhecimento e na injúria. O não-reconhecimento, configurando uma espécie de ostracismo social, nega valor a um modo de ser ou de viver, criando condições para modos de tratamento degradante e insultuoso. Já a injúria, relacionada a esta exclusão da esfera de direitos e impedimento da autonomia social e possibilidade de interação, é uma das manifestações mais difusas e cotidianas da homofobia (RIOS, 2007, p. 39).

A homofobia é uma violação de direitos humanos, e como tal, infringe a Carta Magna. Contudo, passaram-se alguns anos para este delito fosse reconhecido penalmente no sistema judiciário brasileiro. Mas vale lembrar que esse reconhecimento não se deu de forma pacífica, foi uma árdua batalha do movimento LGBT brasileiro para que essa conquista fosse alcançada.

De acordo com Borrillo (2010), a homofobia torna-se uma ameaça à democracia por colocar em risco valores como respeito, dignidade, fraternidade, direitos e liberdade. Valores democráticos que foram construídos com o avanço das sociedades, mas quando colocados em perigo tendem a promover a desigualdade entre as pessoas e favorecer a hostilidade contra o outro.

Diante dessa violência, muitas pessoas LGBTs buscam manter o anonimato por meio de uma vida, muitas vezes, dupla. Ou aquilo que se chama de vida no armário, termo que simboliza as vivências de pessoas não que não assumiram sua orientação sexual. Isso é algo tão violento porque em nenhum momento é solicitado que se assuma a heterossexualidade, mas a todo instante o policiamento e o controle sobre os corpos é tanta que é necessário assumir a homossexualidade diante dos sujeitos não heterossexuais.

A seguir, o vídeo *Vivendo no armário* (Figura 8), publicado em 08 de julho de 2014, possui 18min de duração, 44 mil curtidas, 732.443 mil visualizações e gerou 4.823 comentários, ilustra perfeitamente as angústias, as frustrações, o medo, a insegurança em assumir a própria sexualidade para a família e o receio da rejeição.

Figura 8 - Vivendo no armário



Fonte: *YouTube* (2021).⁹

⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JfLFn345Cm0&t=41s> Acesso em: 29 ago. 2021.

A vida “no armário” é uma metáfora para designar o regime do silenciamento, da não-identidade e da não-existência como sujeito que vive escondendo sua essência, sem poder expressar livremente seus sentimentos, afetos e carinhos às pessoas do mesmo sexo. O perigo de ser descoberto ou identificado como uma pessoa LGBT por familiares ou por terceiros, faz com que se crie uma vigilância constante sobre si mesmo. Conter as formas de se expressar, controlar os gestos para não “dar pinta”, “não parecer que é viado”, são questões constantes na vida desses rapazes que estão vivendo no armário.

No vídeo citado, os entrevistados possuem suas identidades preservadas pela meia-luz que os enquadra separadamente, aparecendo apenas os contornos de seus membros superiores. Seus nomes são na grande maioria fictícios, com exceção de Luiz, que se identifica com seu nome oficial. Fora isso, não é possível identificar os marcadores sociais das diferenças desses rapazes.

Os relatos expõem o medo da reação familiar, a religião como uma forte instituição de controle sobre os corpos e desejos, o julgamento social em se assumir homossexual. Desse grupo, apenas um dos entrevistados, Luiz, relatou ter contado para a família sobre sua homossexualidade e obteve a rejeição de seus pais que não aceitam de forma alguma sua orientação sexual.

Uma outra questão que é colocada refere-se ao momento no qual eles se perceberam ou se compreenderam como gays. A resposta foi unânime, todos disseram que desde muito pequenos percebiam que eram diferentes em relação às demais crianças. Com o tempo compreenderam que eram homossexuais, mas não se aceitavam da forma como eram por conta dos fatores apresentados anteriormente, ou aceitavam sua condição, mas procuravam esconder da família pois sabiam que isso poderia ser gerador de conflitos familiares.

Ao final do vídeo, Luiz diz para a equipe do canal *Põe na Roda* que caso a equipe tivesse alguma ideia mirabolante para ele poder se assumir publicamente no canal, ele aceitaria. É nesse momento que a luz se acende e aquela sombra toma forma e rosto. Assim, Luiz assume sua homossexualidade. É como se das trevas se fizesse a luz! Do escuro surge um rapaz jovem, branco, com semblante tranquilo e sereno. Ele se emociona e é logo em seguida abraçado por Felipe, Nelson e Pedro HMC, os criadores e produtores do canal. Um abraço que simboliza o apoio, a união e a força de não estar só nessa luta contra o preconceito.

Em contrapartida, o vídeo intitulado *A vida fora do armário* (Figura 9), publicado em 15 de julho de 2014, com duração de 9min43seg, o vídeo possui 33 mil curtidas, 713.034 visualizações e 999 comentários, apresenta um outro lado da vida de homens assumidamente gays.

Figura 9 - A vida fora do armário



Fonte: *YouTube* (2021).¹⁰

Diferente do vídeo anterior, nesse as luzes são acesas e os entrevistados aparecem “fora do armário”: possuem rostos, nome, sobrenome, características físicas, marcadores sociais das diferenças. Eles são anônimos, homens comuns que relatam um pouco sobre suas vivências e experiências de se viver fora do regime de silenciamento exercido pela política do armário.

Esses personagens possuem nomes e idades: Guilherme Barros, 32 anos; Thiago Salles, 23 anos; Victor Dias, 20 anos; e Alberto Pereira Júnior, 27 anos. Mesmo com a aceitação e apoio familiar, existe o medo da família em relação à violência que os filhos possam vir a sofrer por conta de sua orientação sexual. Estar fora do armário é se aceitar, se amar, se respeitar, estar bem consigo mesmo e se autoaceitar.

¹⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A3uq-nW1avk> Acesso em: 05 set. 2021.

Cada pessoa tem o seu momento para assumir ou não a sua sexualidade, não há uma regra para isso. São esses os relatos coletados nos depoimentos desses homens por meio de suas vivências compartilhadas no vídeo e de como a sociedade ainda precisa trilhar um novo caminho para aceitar todas as formas de amor.

Ainda é necessário ações afirmativas que venham a corroborar contra a violência e o preconceito contra grupos minoritários no Brasil, por isso que a luta política por direitos é de suma importância nesse aspecto. Ainda mais quando se tem consciência de que o Brasil é o país que mais comete crimes de violência contra a população LGBT, questões atreladas diretamente à política, tema tratado no tópico a seguir.

3.2.3 Política

A luta política do movimento LGBT no Brasil tem ocorrido nas últimas quatro décadas, ou seja, é algo muito recente, mas que traz consigo questões importantes sobre respeito, diversidade sexual e de gênero, liberdade, casamento, adoção, direito ao nome social, alterações nos documentos civis, entre tantas outras pautas.

Torna-se um desafio a ser enfrentado pelos movimentos sociais na busca de políticas públicas que atendam suas necessidades e garantam seus direitos em um cenário de desigualdades tão discrepantes como tem ocorrido nos últimos anos por omissão do atual governo brasileiro. Há uma tentativa de desmonte do Estado, resultando na falta de investimentos em políticas públicas voltadas à sociedade resultando no enfraquecimento das instituições democráticas, bem como a perda de direitos sociais.

De acordo com Dutra (2019), os movimentos sociais são importantes agentes no processo de construção e efetivação de políticas sociais voltadas aos cidadãos. É a partir da organização e luta de determinados grupos por meio de ações coletivas buscam pressionar o Estado com objetivo de terem suas demandas sociais atendidas ou não. Tal pressão é fundamental para a conquista de direitos de minorias, pois é sabido que o Estado possui uma estrutura conservadora pautada no modelo neoliberal, com políticas mínimas no atendimento as reivindicações decorrentes da população.

O movimento LGBT tem construído nos últimos anos políticas e ações importantes de afirmação de suas identidades e necessidades como, por exemplo, direito ao casamento; a adoção por casais do mesmo sexo; a Lei Maria da Penha, estendida atualmente as mulheres trans; o direito à cirurgia de transgenitalização para as pessoas transexuais pelo Sistema Único de Saúde (SUS); a alteração do sistema do SUS para atender mulheres travestis e transexuais porque o uso do nome social não garantia a elas o acesso aos serviços de saúde, entre outras.

O campo jurídico torna-se uma importante arma de luta por parte dos grupos LGBTs na garantia e reconhecimento de seus direitos, pois quando o Estado fere direitos fundamentais dos indivíduos, cabe a justiça assegurar a proteção de grupos minoritários. É por meio das inquietações e manifestações que os movimentos sociais lutam para efetivar direta ou indiretamente a garantia de seus direitos ou reivindicar a sua manutenção na arena política. O contexto cultural é relevante na construção das identidades que irão unir forças enquanto movimento social para sanar problemas sociais que geralmente estão divididos por interesses de classe, visões de mundo, valores, ideologias e projetos de vida distintos (GOHN, 2010).

Um exemplo que auxilia a compreender a luta política travada por visibilidade e luta por direitos, é a parada da diversidade que ocorre todo ano na cidade de São Paulo e atrai milhares de turistas do mundo todo. A parada na Avenida Paulista é um ato político que reúne o maior número de pessoas no mundo todo além de atrair olhares da imprensa nacional e internacional. É um evento político grandioso na luta de enfrentamento ao preconceito institucionalizado do Estado brasileiro contra as pessoas LGBTs.

É importante ressaltar que diferentemente da parada da diversidade de São Paulo, as demais paradas que ocorrem no Brasil não possuem a mesma divulgação e repercussão. Diversas cidades possuem atos políticos menores, mas não menos importantes, pois essas ações coletivas auxiliam no processo de empoderamento e visibilidade da comunidade LGBT. As paradas menores que ocorrem nas cidades do interior paulista como Bauru, Marília, Assis, ou de Londrina e Maringá no estado do Paraná, ou mesmo de cidades maiores como Curitiba, Rio de Janeiro, dentre outras.

Nesse aspecto, um dos vídeos do canal *Põe na Roda*, publicado em 19 de novembro de 2014, com 18 mil curtidas, 544.519 visualizações, 596 comentários e com duração de 7min, trata em detalhes “*O que tem na parada LGBT do Rio de Janeiro?*” (Figura 10). A partir desse questionamento, visualiza-se pessoas comuns

que estão acompanhando o evento pelas ruas do bairro de Copacabana, homens e mulheres com suas orientações sexuais e identidades de gênero que aos poucos vão sendo apresentadas pelos criadores e produtores do canal Pedro HMC, Nelson Sheep e Felipe Abe.

Figura 10 - O que tem na parada LGBT do Rio de Janeiro?



Fonte: YouTube (2021).¹¹

Por meio de um *quiz* (perguntas rápidas e objetivas), são colhidos os depoimentos de transeuntes que estão privilegiando o evento. Essas pessoas compõem a comunidade LGBT e são confrontadas a pensar e a refletir sobre os temas levantados pelo apresentador, como política, orientação sexual, identidade de gênero, direitos civis, justiça, igualdade, homofobia e respeito as diferenças. O vídeo também aborda o Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 122, que na época tramitava no Congresso Nacional, mas foi arquivado depois de oito anos sem obter aprovação do Senado. A PLC 122 representava um avanço na legislação brasileira pela criminalização da homofobia.

Além de trazer depoimentos de pessoas anônimas, traz também a socialite, advogada, jornalista e escritora Narcisa Tamborindeguy, ícone pop LGBT. Por ser um canal de humor, não é estranho uma personalidade como ela estar presente. Isso demonstra a popularidade e o alcance que o canal possui na Internet e demais plataformas digitais na divulgação de seus materiais. Narcisa possui carisma, popularidade e descontração ao falar de temas relacionados a diversidade, isso fez com que ela se tornasse um “meme” em diversos vídeos na Internet e na televisão através de reportagens que ela fazia. Seus discursos breves e bem humorados

¹¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TUKdNt-xJXo> Acesso em: 12 set. 2021.

transformaram-na em uma figura caricata e sua presença é garantida nesse vídeo. Ao mesmo tempo em que o vídeo aborda questões importantes sobre a comunidade LGBT, o humor e a brincadeira estão presentes do início ao fim, ao satirizar algumas falas dos entrevistados e inclusive da própria Narcisa.

Dutra (2019), afirma que é notável as conquistas políticas obtidas pelo movimento LGBT brasileiro, mas infelizmente ainda são poucas diante das várias demandas do grupo, por isso é de suma importância da organização coletiva para pressionar o Estado na efetivação de novas políticas sociais.

Além do mais, as políticas públicas de saúde é uma das importantes pautas que são apresentadas no vídeo *HIV hoje* (Figura 11). Ele possui 14min57seg de duração, 794.381 mil visualizações, 22 mil curtidas e foi postado na plataforma no dia 01 de dezembro de 2014, data que marca o Dia Mundial de Luta Contra o HIV/AIDS. No vídeo os integrantes do canal aparecem de camisetas brancas com a fita vermelha do lado esquerdo do peito simbolizando o combate à doença.

Figura 11 - HIV hoje



Fonte: YouTube (2021).¹²

No vídeo, o médico Drauzio Varella, juntamente com outros médicos e uma equipe multiprofissional da área da saúde aparecem com objetivo conscientizar a população sobre a importância do uso de preservativos nas relações sexuais. Afirma-se que até os anos de 1990 havia um cuidado maior das pessoas em se prevenirem contra a doença, porque naquela época ainda não havia nenhuma forma

¹² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8vIVyOwz0J4&t=623s> Acesso em: 27 set. 2021.

de tratamento. Diferentemente dos dias atuais, já que a existência e relativa facilidade de acesso aos tratamentos responsáveis por afastar a sentença de morte certa antigamente atrelada a um diagnóstico de HIV, têm diminuído significativamente a precaução da população em relação ao autocuidado.

Reforça-se a ideia da importância de fornecer acesso à informação sobre a doença e os cuidados na prevenção, pois ela não atinge apenas os homossexuais, mas a todos que fazem sexo desprotegido. É desconstruída a ideia de que o HIV/AIDS é uma doença que afeta exclusivamente os gays, muito pelo contrário, é uma doença que todos os indivíduos correm riscos quando praticam sexo sem preservativo. A ideia de grupo de risco voltado aos homossexuais não é mais adequada, pois não é um grupo, mas uma *prática desprotegida* independentemente de ter sido feita por gays, héteros ou bissexuais, pois é a prática desprotegida que pode acarretar a doença.

Muitos avanços e conquistas ocorreram no campo da saúde pública para os indivíduos que possuem sorologia positiva ao vírus do HIV/AIDS. No Brasil, na década de 1990 é que teve início as políticas públicas voltadas ao tratamento do HIV/AIDS por conta da forte mobilização de diversos setores da sociedade e de Organizações da Sociedade Civil (OSC). No entanto a terapia antirretroviral (Tarv), popularmente conhecido como “coquetel”, é fornecida gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Assim como o Teste Rápido e os medicamentos antirretrovirais da Profilaxia Pós-Exposição (PEP), que devem ser tomados em até 72 horas após a relação sexual desprotegida para evitar que ocorra a infecção. Mas esses avanços só foram possíveis graças aos esforços da sociedade civil, juntamente com a comunidade LGBT.

Não se pode esquecer que muitos desses avanços se deram pela forte atuação dos profissionais do campo da saúde na implementação de vários programas de prevenção as doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), as infecções sexualmente transmissíveis (IST) e a pressão que esses profissionais proporcionaram para o desenvolvimento de políticas para a triagem e diagnósticos de pessoas infectadas pelo vírus HIV (DAMANTE; FERREIRA; MAITO, 2019).

As políticas públicas de saúde devem promover o acesso e o tratamento a todos os cidadãos e torna-se necessário ampliar os espaços de informação para que haja um debate plural na construção e elaboração de novas políticas públicas no atendimento das demandas sociais.

O vídeo “*Nome social e banheiros: trans respondem*” (Figura 12), é um dos poucos em que se constata a presença, voz e visibilidade às categorias travesti e transexual. Nele algumas mulheres trans e um homem trans são convidados a darem depoimentos sobre as questões políticas e de direitos humanos voltados a esse grupo em específico que sofre tamanha marginalidade e invisibilidade pelo Estado brasileiro.

Figura 12 - Nome social e banheiros: trans respondem



Fonte: YouTube (2021).¹³

A publicação do vídeo ocorreu em 31 de março de 2015, possui 13 mil curtidas, sua duração é de 15min16seg e resultou em 490 comentários. São colocadas no centro do debate as vivências e experiências de Marcela Almeida, Symmy Larrat, Luisa Marilac, Lindsay Lohanne, Léo Moreira Sá e Renata Peron. Em comum, todas são pessoas que se identificam com o gênero oposto ao qual foram designadas ao nascerem. São pessoas transexuais cujas idades variam de 25 a 57 anos, o que marca para algumas uma vitória porque a expectativa de vida de pessoas transexuais no Brasil é de 35 anos, segunda a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra).

Para a maioria das pessoas considerado um direito inquestionável, o acesso ao uso do banheiro torna-se uma das muitas barreiras enfrentadas pelas pessoas transexuais, que ao tentarem exercer o direito ao acesso de banheiros públicos, sofrem todas as formas de constrangimento e preconceito. O banheiro é uma arena

¹³ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kpe_c8xeavw&t=3s Acesso em: 03 out. 2021.

de embates políticos por ser privilégio de indivíduos heterossexuais ou de corpos que reproduzam a norma heteronormativa.

Os homens e mulheres transexuais possuem os mesmos direitos que qualquer outro indivíduo e têm o direito de utilizar o banheiro com o qual se sentem confortáveis. Não deve haver barreiras nesse sentido, pois todos os sujeitos possuem igual valor e merecem ser respeitados em suas identidades de gênero. Negar um acesso tão básico como o uso do banheiro a pessoas trans, é uma violação à dignidade humana e ao direito fundamental de liberdade de acesso a ambientes públicos, como são os banheiros públicos de shoppings, lojas, restaurantes, supermercados, etc.

O aspecto referente à empregabilidade é uma das grandes dificuldades enfrentadas por essa parcela da população. Desde muito cedo são levadas a evasão escolar decorrentes do preconceito e do discurso de ódio fortemente presentes nas instituições de ensino em relação as pessoas LGBTQs e muito mais forte sobre as pessoas trans em idade escolar. Resultando em um único caminho, a prostituição, pela falta de formação escolar e de oportunidades de emprego.

Por isso que ações afirmativas são de suma importância na formação escolar e de inserção para o mercado de trabalho. Um exemplo que pode ser citado, é o trabalho desenvolvido pela empresária, advogada e militante travesti, Márcia Rocha, com o projeto de empregabilidade voltado exclusivamente às pessoas transgêneras, o Transempregos. O site www.transempregos.com.br possui o maior banco de dados de currículos e vagas para a população trans, com um número de 1927 empresas parceiras, com curso de capacitação on-line para preparar para o mercado de trabalho, buscando fazer a diferença ao promover inclusão social e cidadania a travestis e transexuais. O Brasil carece de ações que visam a inserção de travestis e transexuais em diferentes espaços, por isso a luta por visibilidade marca a trajetória política de resistência desses grupos.

No ano de divulgação do vídeo, ainda não havia a decisão que autorizava a alteração civil nos documentos, mas apenas decretos que autorizavam o uso do nome social. A mudança só ocorreu em junho de 2018 por meio do Provimento nº 73 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao permitir aos homens e mulheres transexuais a retificação do nome e gênero nos registros civis diretamente nos cartórios de todo o país. Nesse momento não houve mais a obrigatoriedade de cirurgia de transgenitalização ou decisão judicial. É um grande marco político na

garantia de direitos das pessoas transexuais, mas isso só foi possível por meio de intensa luta e de participação coletivas desse grupo em específico que é apresentado no vídeo.

4.2.4 Cultura e informação

Cultura e informação são dois elementos que surgem em diversos vídeos do canal, com questões referentes ao cotidiano permeado sempre de muito humor. Também são colocados no “centro da roda” discussões sérias sobre assuntos diversos que permeiam a comunidade LGBT. Alguns deles inclusive já foram abordados como saúde, empregabilidade e direitos.

Mas também estão presentes assuntos mais descontraídos de entretenimento LGBT em geral, além de viagens que buscam apresentar um pouco sobre a cultura local, passeios, pontos turísticos, bares e festas voltadas aos gays conforme pode ser visualizado no vídeo intitulado *Gay pride em Tel Aviv* (Figura 13). Postado em 08 de julho de 2015, com 19 mil curtidas, duração de 7min4seg e 838 comentários, o vídeo inaugura uma série de episódios chamados “Põe na Mala”, cujas viagens dos integrantes do canal são patrocinadas por agências de viagens voltadas ao público LGBT.

Figura 13 - *Gay pride em Tel Aviv*



Fonte: YouTube (2021).¹⁴

¹⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8Wkk0JYgf2c> Acesso em: 10 out. 2021.

No decorrer dessa série estão destinos internacionais como Israel, Estados Unidos, Inglaterra, Escócia, Espanha, Portugal, México e também por regiões do território brasileiro como Rio de Janeiro, Paraná, Recife e o arquipélago de Fernando de Noronha. Além de apresentar curiosidades locais, essa série visa também divulgar agências de viagens na compra de pacotes de serviços oferecidos por elas.

No vídeo *Gay pride em Tel Aviv*, Israel é retratado como um país seguro, hospitaleiro e acolhedor a qualquer indivíduo LGBT do mundo. Desde 1992 é proibido qualquer tipo de discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero na garantia de direitos civis e políticos a essa comunidade. O vídeo desconstrói a ideia de um país em guerra, segregacionista e religioso como é transmitido pela imprensa internacional através dos meios de comunicação, pois na maioria das vezes as mídias sequer abordam a valorização dos direitos em solo israelense, segundo o canal *Põe na Roda*.

No entanto, não se pode perder de vista que muitas vezes o olhar do turista não capta as peculiaridades, necessidades e conflitos existentes em cada local, o que pode representar uma visão idealizada do lugar perfeito. O que na verdade não existe, pois em toda e qualquer sociedade sempre há disputas de poder e enfrentamentos de visões de mundo opostas pautadas em interesses entre diferentes grupos. Não se pode olvidar que o fato de ser considerada uma nação “*gay friendly*” não isenta Israel dos crimes contra os direitos humanos e toda sorte de violações cometidas contra a Palestina, na demanda histórica desse povo pelo reconhecimento de seu território.

O vídeo seguinte traz para a cena a cultura *drag queen* (Figura 14), tão presente no meio LGBT em festas, casas noturnas, eventos empresariais e nas paradas da diversidade em todo o mundo. O surgimento da cultura drag ocorreu nos Estados Unidos na década de 1970, e desde então o universo *drag queen* é explorado por novos artistas como Pabllo Vittar, Glória Groove, Aretuza Lovi, Lia Clark, dentre outras personalidades que promovem a visibilidade da comunidade LGBT e tornam-se referências para as novas gerações.

Figura 14 - *Drag queens*

Fonte: YouTube (2022).¹⁵

Por onde passam, as *drag queens* roubam a cena e encantam com suas roupas extravagantes, brilhos e paetês, perucas volumosas, saltos altos, maquiagens marcantes, atraindo todos os olhares para o trabalho artístico dessas pessoas. É importante lembrar que *drag queen* não compõe uma orientação sexual ou mesmo uma identidade de gênero, pelo contrário, é uma expressão artística que pode ser exercida por qualquer pessoa. Anos atrás nem se cogitava a possibilidade do alcance artístico que elas possuem hoje em dia e muito dessa divulgação se deu através da internet, alavancando a carreira dessas artistas.

No vídeo os integrantes do canal vão até a boate Blue Space, que é um celeiro de artistas em São Paulo, para cobrir um evento de *drag queens* chamado *Priscila*, para conhecer um pouco do universo das *drag queens*. São colhidos depoimentos sobre a forma como elas constroem seus personagens, algumas possuem carreira com shows e apresentações em outras casas noturnas na cidade paulistana.

É apresentada a diversidade existente no meio LGBT e o campo de possibilidades para quem quer se aventurar numa carreira artística no fazer arte drag. Além de artistas nacionais há uma gama de outras artistas estrangeiras que fazem sucesso mundial como, por exemplo, a Rupaul, *drag queen* estadunidense que é um dos grandes nomes no meio artístico desde meados dos anos de 1990.

¹⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=W-6LmiddavU> Acesso em: 10 jan. 2022.

É importante lembrar que cada parte do país possui suas referências artísticas no meio LGBT e no caso da cidade de São Paulo, a *drag queen* Silvetty Montilla é a grande referência (Figura 15). Lançado no canal em 22 de novembro de 2015, com 10min5seg de duração, o vídeo obteve 265.487 visualizações, seguido de 13 mil curtidas e gerou 420 comentários.

Figura 15 - 24 perguntas para: Silvetty Montilla



Fonte: YouTube (2022).¹⁶

No vídeo, Silvetty responde perguntas referentes ao nome artístico, as mudanças que ocorreram na cena drag ao longo de sua carreira, sua participação na política quando foi candidata a vereadora pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em 2012 pela cidade de São Paulo. Além de ser criadora de diversos bordões sendo o mais conhecido deles “é o que tem pra hoje”, ela também falou sobre preconceito e respeito as diferenças.

Silvetty Montilla possui uma carreira consolidada, é uma das maiores *drag queens* brasileiras e um dos grandes nomes da cena artística na noite paulistana em exercício, pois são mais de 35 anos de trabalho. Sua atuação também em peças de teatro pelo Brasil, shows de *stand up comedy*, participação em programas televisivos da tv aberta e já passou pelas emissoras Rede Globo, SBT e Rede TV.

¹⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zzL-1V0&t=394s> Acesso em: 15 jan. 2022.

4.2.5 Família

A última categoria a ser analisada é família, questão menos presente em relação às categorias anteriores, mas nem por isso significa que seja menos importante de ser analisada. Até porque existe um discurso pautado no modelo de família tradicional que corrobora para reforçar estereótipos conservadores e heteronormativos com vistas a enquadrar casais gays ao modelo familista.¹⁷

O título “*Os nossos filhos (famílias homoafetivas)*” (Figura 16) refere-se à postagem do vídeo do dia 21 de outubro de 2014, com duração de 15mn54seg, com 755.893 visualizações, gerou 2.600 comentários e 49 mil curtidas. No vídeo utiliza-se o termo união homoafetiva, termo que precisa ser desconstruído em seu uso corrente, pois a crítica que se faz é que os heterossexuais nunca precisaram ser heteroafetivos para terem seus direitos reconhecidos e garantidos enquanto entidade familiar perante o Estado.

Figura 16 - Os nossos filhos (famílias homoafetivas)



Fonte: YouTube (2022).¹⁸

Dr. Flávio Garcia, especialista em reprodução humana entrevistado pelo canal, esclarece no vídeo que a reprodução assistida para casais do mesmo sexo passou a ser algo viável e legal por meio do uso de todas as técnicas de reprodução assistida. Um dos exemplos de reprodução assistida utilizado por um casal de

¹⁷ Tendência a subordinar o reconhecimento de direitos sexuais à adaptação a padrões familiares e conjugais institucionalizados pela heterossexualidade compulsória (RIOS, 2013, p.15).

¹⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=THzRytWcHHU&t=476s> Acesso em: 15 jan. 2022.

lésbicas foi a fertilização *in vitro* por meio de um doador anônimo. Isso possibilitou às pessoas homossexuais terem um filho, pois no vídeo os homens e mulheres deixam claro o desejo que possuíam em ser pai ou mãe, mesmo que fosse uma produção independente (pai ou mãe solo).

Há exemplos de depoimentos como de um casal de homens gays que adotaram, a mãe solo que também optou pela adoção para realizar o antigo sonho da paternidade e da maternidade. Outro ponto relevante tratado no vídeo é a dificuldade de encontrar escolas que estejam prontas para receber essa nova configuração familiar, o que é uma das grandes queixas de casais do mesmo sexo quando procuram as instituições de ensino para matricular os seus filhos.

O vídeo também é bastante providencial ao desconstruir o mito de que casais gays influenciariam na orientação sexual dessas crianças. Vale lembrar que a orientação sexual não é aprendida, e sim construída durante toda a vida do sujeito. A família vai determinar a maneira de amar (amorosa e sadia), mas não quem amar. Até porquê se o formato como a família é composta fosse determinante na orientação sexual das pessoas, sequer existiriam homossexuais filhos de famílias compostas por homem e mulher heterossexuais. E se a família tradicional fosse garantia de amor e cuidado, tampouco existiriam abrigos e orfanatos abarrotados de crianças abandonadas, fruto de uniões heterossexuais – ou pior, frutos de uma violência tão cruel como o estupro, situação que mesmo prevista em lei, costuma punir a mulher que busca o direito à interrupção segura da gravidez.

Intitulado “*Gayme show: pais e filhos*” (Figura 17), o vídeo carregado do já característico humor e brincadeira através de um jogo de perguntas e respostas, mas dessa vez feito entre filhos gays e seus pais. É demonstrado os laços de afeto entre eles independente da orientação sexual pautados no respeito as diferenças. A postagem do vídeo ocorreu no dia 05 de agosto de 2015, com 22 mil curtidas, possui 401.456 visualizações, duração de 9min12seg e resultou em 818 comentários.

Figura 17 - Gayme show: pais e filhos



Fonte: YouTube (2022).¹⁹

O jogo tem por objetivo demonstrar as relações existentes entre os pais e seus filhos homossexuais. Durante a brincadeira são revelados os aspectos referentes ao preconceito, aceitação, respeito em relação a orientação sexual dos filhos e que é algo natural de cada indivíduo. O vídeo retrata apenas um grupo, o de homens gays, sem levar em consideração que os demais grupos que compõem a sigla LGBT, também são constituídas de pais e filhos transexuais. O vídeo poderia ter ampliado esse universo a demais sujeitos e apresentar um pouco sobre as relações entre pais e filhos.

Por fim, o vídeo intitulado “*Casal gay com filhos biológicos (barriga de aluguel?)*” (Figura 18), possui 9min de duração, foi publicado em 29 de dezembro de 2016, tem 1.600 comentários, 21 mil curtidas e 242.492 visualizações. No referido conteúdo, é apresentado o caso da dona Ana Maria, mãe do Luís Henrique, que cedeu o útero para gerar uma criança do seu filho e do parceiro dele, Gustavo. O fato ocorreu em Capivari, no interior do estado de São Paulo e foram gerados dois meninos, Pedro Henrique e João Lucas.

¹⁹ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_Rx9BhQBkMA Acesso em: 19 jan. 2022.

Figura 18 - Casal gay com filhos biológicos (barriga de aluguel?)



Fonte: YouTube (2022).²⁰

A forma encontrada pelo casal homossexual foi a inseminação artificial para gerar esse feto por meio da barriga solidária da mãe de um deles. Mas é importante ressaltar que a legislação brasileira não aceita que haja nenhum tipo de ganho financeiro com relação à gestação dessa criança por parte da pessoa que cedeu o útero. Por isso, o grau de parentesco aceito para tal gestação é até o terceiro grau, sem ganhos financeiros além de não haver a necessidade de uma decisão judicial em relação a essa questão.

A barriga solidária torna-se mais uma possibilidade para os casais gays que buscam ter filhos biológicos rompendo a barreira do preconceito e homofobia tão arraigados na sociedade. Essas ações abrem um novo e vasto campo de debates nas mais diversas áreas do conhecimento, exigindo cada vez mais dos profissionais uma formação inclusiva e uma educação libertadora, que contemple o respeito à diversidade e à dignidade humana.

²⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=14vrHnVUEss> Acesso em: 14 mar. 2022.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho propôs-se a compreender como é possível construir a identidade LGBT por meio de mídias digitais, mediante a análise do canal do *YouTube* voltado à comunidade LGBT, *Põe na Roda*. Desta forma, houve uma preocupação em trazer reflexões acerca da comunicação e minorias, ao expor que as mídias tradicionais não são capazes de promover debates plurais, pois ainda representam os homossexuais de forma bastante limitada, carregados de estereótipos que pouco contribuem para a cidadania e pertencimento desses indivíduos.

Foi necessário que a internet surgisse e com o passar do tempo seu acesso facilitado tornou-se um campo de possibilidades para que sujeitos de gênero e sexualidades pudessem expressar seus anseios e lutas para além do espaço físico. Com o uso das plataformas digitais um campo vasto de oportunidades de articulação política e de debates se potencializou. Atualmente há uma gama muito maior de *sites*, *blogs*, canais na internet que promovem a visibilidade e o empoderamento de diversas minorias, como é o caso de sujeitos LGBTs. No passado esses grupos tinham suas orientações sexuais e identidades de gêneros consideradas uma doença pelo simples fato de não seguirem o modelo heteronormativo estabelecido pela sociedade.

O preconceito, o discurso de ódio, a homofobia e diversas outras formas de violência foram expostas no espaço virtual, o que permitiu que questões que antes não eram levadas a sério, se transformassem em ações coletivas na internet por meio de denúncias, vídeos ou mesmo mensagens que se espalharam rapidamente.

O discurso de ódio desferido sobre Paulo Vaz, homem trans e parceiro de Pedro HMC, é um exemplo dos efeitos nocivos e até mesmo fatais causados pelo uso indevido da internet. Uma enxurrada de mensagens que o inferiorizavam por ser quem ele era, um homem transexual, foi um dos principais gatilhos para o desfecho trágico que culminou com o suicídio de Paulo. Isso se deu por conta do vazamento de um vídeo íntimo de Pedro HMC junto com uma outra pessoa. Não era segredo algum de que o casal possuía um relacionamento aberto, pois em vídeos no próprio canal, ambos deixavam isso muito claro e inclusive em entrevistas em outros canais na plataforma.

Por um lado, a internet é um espaço que permite e favorece a divulgação de informação e conhecimento ilimitado sobre diversas questões, mas também é um campo de violência e de disputas políticas, pois a homofobia propagada nas mídias digitais tem consequências nefastas fora do meio virtual. Por isso a luta constante do movimento LGBT brasileiro busca garantir seus direitos civis e políticos para uma existência digna como todo e qualquer sujeito, independentemente de sua orientação sexual ou de sua identidade de gênero. A trajetória do movimento LGBT no Brasil é muito recente, é uma história que está a se construir por meio de memórias e relatos de pessoas que vivenciaram momentos do passado, revistas e jornais que carregaram em suas páginas a luta de um grupo que por muitos anos ficaram à margem da sociedade e sem garantia de direitos civis e mesmo políticos.

No recorte temporal referente aos anos de 2014, 2015 e 2016, no qual a pesquisa se debruçou sobre o canal *Põe na Roda*, foi possível visualizar a presença de cinco categorias principais, que foram o humor, preconceito, política, cultura e informação, e família. Essas categorias configuram elementos importantes na constituição do canal e na representação de bens simbólicos na construção da identidade homossexual masculina.

Não se pode perder de vista que o canal é criado e produzido por homens gays para homens gays, mas isso não impede que diálogos e intersecções sejam estabelecidas na abordagem e apresentação dos demais grupos que compõem a comunidade LGBT. Mas seria muita pretensão achar que um canal do *YouTube* fosse capaz de abarcar a gama de identidades que surgem constantemente, é uma tarefa impossível de ser contemplada. Mas nem por isso o canal *Põe na Roda* perde o seu valor enquanto potência política, inovação e criatividade.

Não há dúvidas em relação ao sucesso e popularidade que o canal foi capaz de construir durante esses anos de existência na produção e criação de conteúdos para internet. Com o passar dos anos, o *Põe na Roda* acabou angariando uma onda expressiva de acessos, e ao fidelizar uma parcela orgânica de seguidores, viu a necessidade de sair de um simples canal que produzia vídeos esporádicos para a geração de conteúdo que suprisse a demanda, com publicações de vídeos até três vezes na semana.

Toda essa popularidade e visibilidade que o canal possui se dá pela forte presença de elementos do universo gay abordados nos vídeos iniciais com muito humor e carregados sempre de ironia. É um canal que coloca o seu público como

protagonista e não como vítima do sistema, mas que luta pelos seus direitos e por uma sociedade plural pautada numa cultura de paz. Essas são questões de suma relevância, pois é notório que infelizmente o Brasil carrega o fardo de ser um país preconceituoso e homofóbico, que tenta negar suas feridas coloniais ao invés de reconhecer e reparar – de forma justa e plena – as diversas formas de violência estrutural presentes desde sua gênese como nação.

Pela primeira vez no Brasil, um canal automeado gay alcançou mais de um milhão de seguidores ao longo desses oito anos na plataforma do *YouTube*. Vale lembrar que o canal escolhido para este estudo é precursor em abordar assuntos importantes como saúde, HIV/AIDS, orientação sexual, identidade de gênero, casamento entre pessoas do mesmo sexo, adoção, denúncias de homofobia, transexualidade, dentre outros temas. A divulgação das produções dos integrantes do canal também é muito acessível, com uma didática excelente, falando diretamente para o seu público.

Por mais que o canal esteja direcionado para homens gays com um perfil específico – jovens, brancos, classe média, com formação universitária, cujos marcadores sociais da diferença os privilegiam em relação aos indivíduos negros, pobres e de pouca instrução – isso não descaracteriza o seu valor e importância, pois promove a visibilidade de pessoas LGBTQs e amplia o debate para o grande público, mesmo que seja uma parcela pequena desse montante representada em seus vídeos. Por isso a importância da criação de mais canais voltados para as demais identidades LGBTQs que carecem de visibilidade e lutam por demandas que muitas vezes podem ser opostas aquelas apresentadas no canal *Põe na Roda*, conforme analisadas por meio das categorias apresentadas na pesquisa.

A todo momento a sociedade passa por mudanças e identidades surgem sempre pautadas no contexto cultural no qual os indivíduos estão inseridos. Suas vivências, experiências e relações estabelecidas com as demais pessoas elaboram formas de ver e de se compreender enquanto sujeito com suas peculiaridades, desejos, formas de se relacionar com o outro e com o mundo. Diante dessas questões, a internet revela-se um espaço profícuo que favorece a pluralidade das identidades e aproxima as pessoas com objetivos em comum, gerando pertencimento a um grupo, ao compartilhar suas experiências de vida e visões de mundo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Isete Evangelista. O direito das minorias na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a situação dos índios enquanto minoria étnica do estado brasileiro. **Revista Quaestio Iuris**, v. 6, n. 2, 2013, p. 11-32.

ALMEIDA, Everaldo dos Santos. Humor e linguagem nas telas da mídia: da conversação à ressignificação linguística na programação de entretenimento da televisão brasileira. In: XVII CONGRESSO INTERNACIONAL ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGÍA DE AMÉRICA LATINA. **Anais eletrônicos...** João Pessoa, Paraíba, 2014. Disponível em: <https://www.mundoalfal.org/CDAnaisXVII/trabalhos/R0077-1.pdf> Acesso em: 11 maio 2022.

AMARAL, Vera Lúcia do. **Psicologia da educação**. Natal, RN: EDUFRN, 2007, p. 3.

ARAÚJO, José Aélson Pereira de; RIVERA, Carolina Quarteu. **O reconhecimento do casamento de casais com sexualidades fora da norma**: o Projeto de Lei nº 1.151 de 1995 à Resolução nº 175 de 2013. Congresso Internacional de Direitos Difusos (Anais eletrônicos), Paraíba, 2017, p. 1-9.

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. **O queer e o conceito de gênero**. 2011, [s/p]. Disponível em: <http://ufscar.br/cis/2011/10/o-queer-e-o-conceito-de-genero/> Acesso em: 19 jun. 2021.

BALTAR, Mariana; LEPRI, Adil Giovanni. Gestões sensacionalistas: as atrações e o audiovisual no *YouTube*. **Matrizes**, v. 13, n. 1, jan./abr. 2019, São Paulo, p. 169-189.

BARBALHO, Alexandre. Cidadania, minorias e mídia: algumas questões postas ao liberalismo. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2. ed., 2009, p. 27-39.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edições 70: Ltda, 1977.

BARTON, David; LEE, Carmen. **Linguagem on-line**: textos e práticas digitais. Tradução Milton Camargo Mota. 1. ed., São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BASTOS, Fernando; PORTO, Sérgio Dayrell. Análise hermenêutica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed., 5. reimpr., São Paulo: Atlas, 2011, p.316-329.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BORTOLINI, Alexandre. Diversidade sexual e de gênero na escola: uma perspectiva inter-relacional e intercultural. In: BORTOLINI, Alexandre (Org.). **Diversidade sexual e de gênero na escola**: educação, cultura, violência, ética. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão/UFRJ, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Brasil sem homofobia**: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e de promoção da cidadania homossexual. Brasília, 2004.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa**. 2019. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010> Acesso em: 10 maio 2022.

BREMMER, Jan; ROODENDURG, Herman. (Orgs.) **Um história cultural do humor**. Tradução de Cynthia Azevedo; Paulo Soares. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BUTLER, Judith. **Lenguaje, poder e identidad**. Madrid: Editorial Sintesis, 2004.

CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. Gerais: **Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 6, n. 2, jul./dez., 2013, p. 179-191.

CARRIERI, Alexandre de Pádua. O humor como estratégia discursiva de resistência: as charges do Sinttel/MG. **Revista Organizações e Sociedade**, v. 11, n. 30, maio/ago., 2004, p. 29-48.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Jorge Zahar Editor Ltda, 2013.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**: a era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, v. I, 2009.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges; revisão Paulo Vaz. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

COLLING, Leandro. **Gênero e sexualidade na atualidade**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Superintendência de Educação à Distância, 2018.

COSTA, Alessandra de Sá Mello; VERGARA, Sylvia Constant. Estruturalista, pós-estruturalista ou pós-moderno? Apropriações do pensamento de Michel Foucault por pesquisadores da área de administração no Brasil. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 6, n. 13, jan./abr. 2012, p. 69-89.

COTTA, Diego de Souza. **Estratégias de visibilidade do movimento LGBT**: campanha não homofobia: um estudo de caso. 2009. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

DAMANTE, Carla Andreotti; FERREIRA, Rafael; MAITO, Sofia. **Políticas públicas referentes ao HIV e AIDS**: onde estamos e para onde iremos? 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/politicas-publicas-referentes-ao-hiv-e-aids-onde-estamos-e-para-onde-iremos/> Acesso em: 13 maio 2022.

DARDE, Vicente William da Silva. A construção de sentidos sobre a homossexualidade na mídia brasileira. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, jul./dez., p. 223-234.

DENTERGHEN, Diego Emmanuel de Kerchove de. Do *Schwules Museum* ao Museu da Diversidade Sexual: marcas da representação e reconhecimento da comunidade LGBT. In: GROSSMANN, Martin; SILVA, Diogo de Moraes; DENTERGHEN, Diego Emmanuel de Kerchove de. **Panorama reflexivo: 11 anos de encontro paulista de museus: conceitos, políticas, ações, redes, públicos e memórias**. 1. ed., São Paulo: Fórum Permanente: Acam Portinari: Sisem-SP Sistema Estadual de Museus de São Paulo, 2021, p. 234-236.

DUARTE, Sergio Ricardo; DUARTE, Luciana Costa Rodrigues de Paula. O humor nas organizações hoteleiras: um estudo de casos múltiplos. **Revista Hospitalidade**, v. 6, n. 1, jun., 2009, p. 89-104.

DUTRA, Livia Almeida. Política social e a luta do movimento LGBTQ no Brasil. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. **Anais eletrônicos...** São Luís, Maranhão, 2019. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissao_id_312_3125cbb54147d07c.pdf Acesso em: 13 maio 2022.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o campo e para a arena do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas**, v. 3, n. 4, jan./jun. 2009, p. 131-158.

FEITOSA, Lourdes Conde. **Amor e sexualidade: o masculino e o feminino em grafites de Pompeia**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005, p. 14.

FEITOSA, Lourdes Conde. Gênero e sexualidade no mundo romano: a antiguidade em nossos dias. **História: Questões & Debates**, Editora UFPR: Curitiba, n. 48/49, 2008, p. 119-135.

FERREIRA, Nelson Toledo. As arenas midiáticas como palco de luta das minorias. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 12, n. 1, abr. 2018, p. 24-41.

FERNANDES, Daniel; RESMINI, Gabriela. **Biopolítica**. Porto Alegre, UFRGS, 2016, [s/p]. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/e-psico/subjetivacao/espaco/biopolitica.html> Acesso em: 19 jun. 2021.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed., 5. reimpr., São Paulo: Atlas, 2011, p. 280-304.

FORMIGA, Heron. **Minorias, manifestações e mídia: a hora de dizer o dizível**. XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Natal, set. 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 4, 1995, p. 65-71.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOLIN, Célio. O acesso à justiça na luta pelos direitos humanos. In: POCAHY, Fernando (Org.). **Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea: políticas, teoria e atuação**. Porto Alegre: Nuances, 2007, p. 8-9.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 103-133.

HOWES, Robert. João Antônio Mascarenhas (1927-1998): pioneiro do ativismo homossexual brasileiro. **Cadernos AEL**, v. 10, n. 18/19, 2003. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2516/1926> Acesso em: 19 jun. 2021.

IRINEU, Bruna Andrade et al. O samba começou e fez convite ao tango para parceiro?: a arena LGBTI em tempos de ofensiva neoliberal e cruzada antigênero no Brasil e na Argentina. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 6, n. 17, 2019, p. 255-270.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.

JESUS, Jaques Gomes de; GALINKIN, Ana Lúcia. Gênero e mobilização social: participação feminina na parada do orgulho de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. **Bagoas**, v. 5, n. 6, jan./jun. 2011, p. 283-300.

LAGO, Reina Ferro do. Bissexualidade masculina: uma identidade negociada? In: HEILBORN, Maria Luiza (Org.). **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

LITZ, Claudia Borges de Oliveira et al. **Referencial teórico-metodológico da hermenêutica de profundidade como alternativa para a investigação nas ciências sociais aplicadas**. 2014. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/3769/3154> Acesso em: 12 abr. 2022.

LOPES, Ana Maria D'Ávila. Proteção constitucional dos direitos fundamentais culturais das minorias sob perspectiva do multiculturalismo. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, ano 45, n. 177, jan./mar. 2008, p. 19-29.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 16.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2 (56), maio-ago. 2008, p. 17-23.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, ano 9, 2. sem., 2001.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade**: identidade sexual e política no Brasil da abertura. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MAIOR JÚNIOR, Paulo Roberto Souto. **Assumir-se ou não assumir-se?: o Lampião da Esquina e as homossexualidades no Brasil (1978-1981)**. 2015. 189 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

MARIUSSO, Victor Hugo da Silva Gomes. **Lampião da Esquina**: homossexualidade e violência no Brasil (1978-1981). 2015. 209 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

MARTINS, Argemiro Cardoso Moreira; MITUZANI, Larissa. Direito das minorias interpretado: o compromisso democrático do direito brasileiro. **Sequência**, n. 63, dez. 2011, p. 319-352.

MENDES, Gyssele. Representação de LGBTs na mídia: entre o silêncio e o estereótipo. **Carta Capital**, 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/representacao-de-lgbts-na-midia-entre-o-silencio-e-o-estereotipo/> Acesso em: 11 jul. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, 2003, p. 123-193.

MINOIS, George. **História do riso e do escárnio**. Tradução Maria Elena O. Ortiz Assumpção. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer**: um aprendizado pelas diferenças. 2 ed. ver. Ed. ampl., 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP, Universidade Federal de Ouro Preto, 2015.

MISKOLCI, Richard. **O armário ampliado**: notas sobre sociabilidade homoerótica na era da internet. Niterói, v. 9, n. 2, 1. sem. 2009, p. 171-190.

MONTEIRO, Daniel Francisco Bastos; CORREIA, Gabriel Farias; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Humor como estratégia discursiva: uma análise das charges do jornal sindical Folha Bancária. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 20, n. 4, nov., 2021, p. 715-738.

MOTT, Luiz et al. **Observatório de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil: 2020**: relatório. 1. ed. Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI+, 2021.

NAZÁRIO, Heleno Rocha; REINO, Luciana da Solva Souza; MANFREDINI, Rodolfo. A hermenêutica de profundidade e suas aplicações. **Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação**, Blumenau, v. 10, n. 2, 2016, maio/ago., p. 288-305.

PÉRET, Flávia. **Imprensa gay no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2011.

POCAHY, Fernando. Um mundo de injúrias e outras violações: reflexões sobre a violência heterossexista e homofóbica a partir da experiência do CRDH rompa o silêncio. In: POCAHY, Fernando (Org.). **Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea: políticas, teoria e atuação**. Porto Alegre: Nuances, 2007, p. 10-26.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. Homofobia: muitos fenômenos sob o mesmo nome. In: BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

QUEIROGA, Ney Arthur Feitosa. **Identidade gay na pós-modernidade: o que é e para que serve?** In: XI Colóquio Nacional Representações de Gênero e Sexualidades, Rio Grande do Norte, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2015, p. 1-12.

QUINALHA, Renan. O movimento LGBT brasileiro: 40 anos de luta. **Revista Cult**, São Paulo, a. 21, n. 235, jun. 2018, p. 20-23.

RIBEIRO, Caio Julius Mamedes. **YouTube: um estudo de mídia**. 2019. 47 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

RIOS, Roger Raupp. O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In: POCAHY, Fernando (Org.). **Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea: políticas, teoria e atuação**. Porto Alegre: Nuances, 2007, p. 27-48.

RIOS, Roger Raupp. As uniões homossexuais e a “família homoafetiva”: o direito de família como instrumento de adaptação e conservadorismo ou a possibilidade de sua transformação e inovação. **Civilistica.com**, ano 2, n. 2, 2013, p. 01-21.

RODRIGUES, Jorge Caê. A imprensa gay no Brasil. In: GREEN, James et al (Orgs.). **História do movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018, p. 237-253.

RODRIGUES, Henrique José Alves. **Pensando minorias sexuais e de gênero sob a perspectiva das políticas públicas e de subjetivação**. 2010. 96 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

ROZENDO, Suzana da Silva. Comunicação e minoria: algumas questões a serem consideradas. **Extraprensa**, USP, a. VI, n. 10, jun. 2012, p. 56-66.

SANTOS, Ana Rita Rodrigues dos. **O preconceito nas relações sociais entre homossexuais e heterossexuais**: uma análise documental. 2015. 68 f. Especialização (Gênero e Diversidade na Escola) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SAFATLE, Vladimir. A democracia para além do Estado de direito. **Revista Cult**, ano 12, v. 1, São Paulo, n. 137, 2009, p. 42-44.

SEFFNER, Fernando. Visibilidade e atravessamento de fronteiras. **Arquipélago**: revista de livros e ideias, n. 7, out., Porto Alegre, 2006, p. 28-30.

SÉGUIN, Elida. **Minorias e grupos vulneráveis**: uma abordagem jurídica. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

SEMPRINI, Andéa. **Multiculturalismo**. Bauru: Edusc, 1999.

SILVEIRINHA, Maria João. Democracia e reconhecimento: repensar o espaço público. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2. ed., 2009, p. 41-70.

SIMÕES, Júlio; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOARES, Murilo César. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2. ed., 2009, p. 11-14.

SOUZA, Caroline Mazzer de; DARCIE, Marina; GOBBI, Maria Cristina. **Cultura participativa no YouTube**: construção de sentidos de empoderamento feminino no canal Ellora. IV Simpósio Internacional de Cultura e Comunicação na América Latina. São Paulo, 2019. pp. 1034-1047. Disponível em: https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2021/01/LIVRO-II_VOL-III_POLITICAS-1.pdf Acesso em: 12 jul. 2021.

SULLIVAN, Andrew. **Praticamente normal**: uma discussão sobre o homossexualismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 73-102.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 15. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TROMBKA, Ilana. Mundo virtual e suas influências na esfera do real. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge; MARTINEZ, Regina (Orgs.). **Comunicação: discursos, práticas e tendências**. São Paulo: Rideel; Brasília: UniCeub, 2001, p. 211-225.

VENTURI, Gustavo. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil: intolerância e respeito às diferenças sexuais**. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2010/02/13/diversidade-sexual-e-homofobia-no-brasil-intolerancia-e-respeito-as-diferencas-sexuais/> Acesso em: 12 jun. 2021.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. 2ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 37-82.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 7-72.

YAMAOKA, Eloi Juniti. O uso da internet. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed., 5. reimpr., São Paulo: Atlas, 2011, p. 146-163.

ZAGO, Luiz Felipe. Corpo, gênero e sexualidades gays na corda bamba ético-metodológica: um percurso possível de pesquisa na internet. **Cronos**, Natal, v. 12, n. 2, jul./dez. 2011.